



Jorge Dos Santos Carreira

**Perspectivas teológicas para a renovação paroquial com
base na sinodalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Teologia pelo
Programa de Pós-graduação em Teologia, do
Departamento de Teologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Rio de Janeiro
Julho de 2021



Jorge Dos Santos Carreira

**Perspectivas teológicas para a renovação paroquial com
base na sinodalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia pelo Programa de Pós-graduação em Teologia, do Departamento de Teologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Orientador

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Abimar Oliveira de Moraes

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Tiago Fraga Gomes

Departamento de Teologia – PUC-RS

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e orientador.

Jorge dos Santos Carreira

Bacharel em filosofia pela PUC-Rio e Bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Carreira, Jorge dos Santos

Perspectivas teológicas para a renovação paroquial com base na sinodalidade / Carreira, Jorge dos Santos ; orientador: Antonio Luiz Catelan Ferreira. – 2021.

144 f. : il. color ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Teologia — Teses. 2. Ecclesiologia. 3. Sinodalidade. 4. Paróquia. 5. Renovação. I Ferreira, Antonio Luiz Catelan. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

“CDD: 200”

Aos meus pais Jorge e Mônica, ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani Tempesta e aos meus paroquianos que ousam caminhar em sinodalidade.

Agradecimentos

Ao Pai de Jesus Cristo, nosso Salvador, que por seu Espírito nos chama a Unidade, por ter me sustentado até aqui para a conclusão desse trabalho.

Ao meu orientador Professor Dr. Mons. Antonio Luiz Catelan Ferreira, pela paciência e acompanhamento ao longo da Jornada.

À minha amada Paróquia de Santa Luzia do qual sou pároco há um ano e meio, justamente no período de escrita e conclusão desse projeto, pelas orações e partilha da caminhada sinodal.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos que caminham comigo em todos os projetos, pelo incentivo dado do início ao final desta pesquisa.

Aos meus queridos amigos Iara Alexandre, Rayan, Fátima, Ivo e Regina por toda a contribuição para a realização dessa pesquisa.

Aos sacerdotes amigos que me acompanharam e incentivaram a iniciar o mestrado e animaram nessa conclusão: Padre Adriano, Padre Thiago Azevedo, Padre Anderson Gomes, Padre Rodrigo Dias, Padre Abimar. Aos seminaristas amigos: Lucca, Islandsom, José Henrique, Gabriel, Carlos Ébano e Lucas pelas orações e ajuda fraterna.

Aos professores e funcionários do Departamento de Teologia. À Professora Doutora Maria Teresa de Freitas Cardoso, coordenadora do PPG em Teologia da Puc-Rio, e ao Prof. Doutor Padre Waldecir Gonzaga, diretor do Departamento de Teologia da Puc-Rio pelo incentivo no ingresso do Mestrado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Resumo

Carreira, Jorge dos Santos; Antonio Luiz Catelan (Orientador). **Perspectivas teológicas para a renovação paroquial com base na sinodalidade**. Rio de Janeiro, 2021. 144p. Dissertação de Mestrado- Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho apresenta a paróquia como lugar de encontro dos discípulos-missionários, onde a partir dos sacramentos se abre à missão. A sinodalidade da paróquia é a perspectiva atual de grande importância para a pastoral do mundo contemporâneo pois abre os paroquianos ao mundo e à vida em comunidade. A partir da eclesiologia pós-conciliar e do Papa Francisco se tem percebido a grande necessidade de se colocar os agentes de pastorais, assim como o pároco e os conselhos econômicos e de pastoral, no caminho da sinodalidade. Caminhar juntos é a motivação da Igreja atual no que concerne ao processo de escuta e diálogo tão necessários para se perceber a paróquia para o mundo. O primeiro capítulo do trabalho apresenta a paróquia, sua origem, etimologia e perspectivas atuais. No segundo mostra a questão da sinodalidade na vida da Igreja e sua teologia atual. Já no terceiro, aborda a sinodalidade na paróquia como uma perspectiva teológica de renovação missionária na caminhada com o Ressuscitado.

Palavras-chave

Sinodalidade; Papa Francisco; Sínodo; Paróquia

Abstract

CARREIRA, Jorge dos Santos; FERREIRA, Antonio Luiz Catelan (advisor). **Theological perspectives to a parish renewal based on synodality**. Rio de Janeiro, 2021. 144p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The current work will present the parish as a meeting place for missionary disciples, which, starting from the sacraments, open itself to the mission. The synodality of the parish is a perspective of great importance for the pastoral care of the contemporary world, as it opens parishioners to the world and to community life. From post-conciliar ecclesiology and from Pope Francis, there has been a great need to place pastoral agents, as well as the parish priest and the economic and pastoral councils, on the path of synodality. Walking together is the motivation of the Church today regarding the process of listening and dialogue so necessary to perceive the parish for the world. The first chapter of the work will present the parish, its origin, etymology, and current perspectives. The second, shows the question of synodality in the life of the Church and its current theology. In the third, synodality in the parish is approached as a theological perspective of missionary renewal in the journey with the Risen One.

Key words

Synodality; Synod; Pope Francis; Parish

Sumário

1 Introdução	10
2 A paróquia e seus desdobramentos	12
2.1 A história da paróquia	12
2.1.1 As primeiras comunidades cristãs a partir do povo de Israel	13
2.1.2 A missionariedade das primeiras comunidades	14
2.1.3 As primeiras comunidades até a <i>Domus Ecclesiae</i>	16
2.1.4 Do Concílio de Trento até os nossos dias	23
2.2 A etimologia da palavra paróquia	24
2.3 Os cristãos batizados influenciadores da realidade e preservando a criação de Deus	27
2.4 A identidade da paróquia	30
2.5 Perspectivas atuais da paróquia segundo os Papas, Concílio Vaticano II, Conferências Episcopais Latino-Americanas e o Código de Direito Canônico	35
2.5.1 João Paulo II e a paróquia	36
2.5.2 Bento XVI e a paróquia	38
2.5.3 Francisco e a paróquia	39
2.5.4 A Paróquia no Concílio Ecumênico Vaticano II	41
2.5.5 Puebla e a paróquia	47
2.5.6 Aparecida e a paróquia	49
2.5.7 A paróquia segundo o Código de Direito Canônico de 1983	51
2.6 Considerações conclusivas	53
3 A questão da sinodalidade na caminhada da Igreja local e paroquial	55
3.1 A sinodalidade na história da Igreja	56
3.2 A sinodalidade como caminhada ecumênica	
O diálogo com as comunidades cristãs	64
3.3 A sinodalidade e o mundo contemporâneo	68
3.4 A sinodalidade no magistério do Papa Francisco	72
3.5 A sinodalidade no Concílio Ecumênico Vaticano II	80
3.6 O esforço sinodal na caminhada da Igreja na América Latina de Puebla à Aparecida	83
3.7 As conferências episcopais nacionais	
Lugares de comunhão e sinodalidade	90
3.8 Considerações conclusivas	94
4 A paróquia e a sinodalidade. O caminhar-juntos como missão da comunidade paroquial	95
4.1 A Igreja local e a pastoral de conjunto	96
4.2 A missão do pároco como agente	

de sinodalidade na paróquia	101
4.3 Os leigos como agentes de construção da sinodalidade na paróquia e na sociedade	103
4.3.1 Os leigos no interior da paróquia. Conselhos econômicos e pastorais	104
4.3.2 Os leigos fora da paróquia. Agentes de pastoral no mundo	108
4.4 Questões pastorais sobre a sinodalidade paroquial	110
4.4.1 A iniciação cristã	111
4.4.2 A evangelização da juventude pós <i>Christus Vivit</i>	115
4.4.3 As famílias, a sinodalidade, e a <i>Amoris Laetitia</i>	124
4.4.4 A renovação das estruturas pastorais para a cultura da sinodalidade	128
4.5 Considerações conclusivas	133
5 Conclusão	134
6 Referências bibliográficas	137

1

Introdução

O Presente trabalho tratará da paróquia como lugar de comunhão e sinodalidade. A comunidade paroquial, que tem sido vista como rede de comunidades, na atualidade tem reconhecida a necessidade de sua atualização para que os fiéis e demais moradores daquela determinada região possam ver ainda na participação ativa dela algo de relevante. Repensá-la, sob a ótica do magistério do Papa Francisco, pode dar uma contribuição significativa em vista disso.

O atual pontífice tem, desde o início de seu pontificado, salientado a necessidade de a Igreja sair de estruturas caducas de fechamento para ir até o mundo. Se antes muitos evangelizadores estavam temerosos e presos em suas burocracias, agora recebem novo impulso de ir até as chamadas “periferias existenciais” em todas as realidades.

Muito mais que um território fixo onde o pároco lidera e pastoreia, a paróquia é uma comunidade de homens e mulheres, da região ou até mesmo de lugares diversos, que nela encontram abertura para a celebração dos sacramentos e demais atividades. Assim, a territorialidade é um aspecto entre vários. Daí a relevância da comunidade se estabelecer, não tanto pela localização geográfica, mas pela missionariedade e comunhão. A renovação da vida comunitária da paróquia por meio da missionariedade, encontram na sinodalidade um oportuno impulso.

A sinodalidade é expressão da eclesiologia de comunhão desejada e expressa nos documentos do Concílio Vaticano II e nos documentos papais seguintes. Caminhar juntos é expressão do próprio Jesus e de sua Igreja nascente. No ordinário da vida católica os cristãos caminham juntos e não separados. Até mesmo, por isso, a Igreja continua no esforço ecumênico considerando todos e quaisquer batizados como a seus irmãos. Portanto, caminhar juntos não é algo eletivo: ou se caminha unidos, ou não se caminha com o Cristo nem com sua Igreja.

Existe atualmente uma vasta bibliografia sobre a paróquia no campo teológico/ pastoral. Partindo da eclesiologia conciliar em que se vê a paróquia como lugar de comunhão e missão, muito se contribuiu para essa perspectiva.

Estão se multiplicando também, de forma veloz, as publicações sobre a sinodalidade. O caminhar do pós-concílio com a inauguração do Evento sinodal,

das reuniões dos bispos, produziu uma grande consciência desse tema. Na celebração dos 50 anos da instituição do Sínodo dos Bispos foi notória, a partir do Papa Francisco, a insistência na caminhada de escuta e diálogo. Daí o discurso teológico ganha forças para ampliar a visão e as perspectivas.

Entre todas as questões acerca da renovação paroquial, que possuem relação com o tema dessa pesquisa, trataremos, principalmente, das que se referem à sinodalidade. Esse tema traz, portanto, na vida paroquial o foco de elucidar aos paroquianos e participantes da rede de comunidades, a necessidade de também caminhar juntos. São muitas as necessidades da vida paroquial, mas a inclinação para esse tema da caminhada sinodal, traz impulso de acolhimento e comunhão entre os fiéis e o pároco e entre si.

O método utilizado no trabalho foi da pesquisa bibliográfica. A leitura e a busca nas obras citadas encontraram espaço para a pesquisa do tema e o “mergulho mais profundo” na hipótese do trabalho.

O presente trabalho se insere numa reflexão teológica que visa ao aprofundamento da compreensão dos desafios relativos à renovação paroquial. A hipótese é que a sinodalidade ofereça perspectivas teológicas em vista da almejada renovação.

O desenvolvimento do trabalho começa com um panorama histórico da paróquia visando a compreensão da sua configuração teológica e, principalmente, os esforços empreendidos pelos Papas mais recentes, o Concílio Vaticano II, bem como as Conferências Episcopais Latino-Americanas, em vista de sua renovação. Em seguida, apresenta-se a questão da sinodalidade também na história da Igreja e seus desdobramentos no pontificado do Papa Francisco, no último grande Concílio e nas Conferências Episcopais tratadas, no intuito de identificar conceitos e princípios em vista da tarefa principal, que se cumpre no capítulo seguinte. Esses dois capítulos são preliminares com relação à tarefa central expressa na hipótese de que a sinodalidade ofereça um quadro teológico, no qual o conjunto dos elementos necessários à renovação da paróquia encontram o adequado equilíbrio. Assim o capítulo seguinte trata do tema central da presente pesquisa. Ele correlaciona os desafios da renovação paroquial com as possibilidades da sinodalidade.

2

A Paróquia e seus primeiros desdobramentos

Na primeira parte do trabalho apresentar-se-á a paróquia em sua história, com origem no povo de Israel até as primeiras comunidades. As comunidades dos Atos dos Apóstolos já mostram a gênese e testemunho de grande missão e comunhão. Os primeiros cristãos, a partir dos apóstolos e mártires da primeira geração cristã, apresentam com forte senso de fraternidade o caminho para a sinodalidade.

Também é apresentado aqui a etimologia da palavra paróquia, suas proposições no Código de Direito Canônico e a influência que os paroquianos podem ter no ambiente onde vivem. O sentido de serem como estrangeiros no mundo não lhes tira da realidade que os cerca pois “a mesma etimologia do termo torna compreensível o sentido da instituição, a paróquia é uma casa em meio às casas e responde à lógica da Encarnação de Jesus Cristo, vivo e atuante na comunidade humana”¹.

2.1

A história da paróquia

Desde o início do cristianismo os membros das comunidades se reuniram ao redor do mistério da Eucaristia para celebrar a Páscoa semanal. Essas celebrações nas casas dos cristãos, sobretudo nos primeiros séculos, eram de maneira clandestina por causa da perseguição que sofriam essas comunidades. Mas foi inevitável, devido ao impulso missionário dos primeiros séculos, que as comunidades crescessem.

Aqui se quer expor brevemente a história da paróquia, para propor nesse trabalho uma atualização dessa estrutura. Acredita-se que, com a atualização pastoral do impulso de uma “nova evangelização”, a paróquia pode recordar sua história, rever no percurso histórico suas estruturas que não funcionam mais e avançar.

Mesmo sabendo que na história da Igreja de todo o mundo muitas realidades paroquiais, e inclusive na atualidade, permaneceram vazias no impulso de

¹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja.

evangelização, o pontificado do Papa Francisco tem nos mostrado que essa estrutura não está ultrapassada. Faz-se necessário rever então a história da paróquia católica para iluminar a vida pastoral na atualidade.

2.1.1

As primeiras comunidades cristãs a partir do povo de Israel

É evidente que durante toda a história da humanidade, Deus reuniu através dos patriarcas e do povo de Israel um povo. Desde a criação quando cria uma família, existe o sinal de que Deus deu a essa primeira família o ordenamento de povoar a terra e ser fecundos. Os indícios bíblicos mostram, através dos primeiros homens e mulheres que ouviram a palavra de Deus aquele que ouviu a palavra deveria sair e constituir uma numerosa família. Assim foi com Abraão e Sara, Isaac, Jacó e tantos na Antiga aliança.

O povo de Israel é sinal dessa reunião querida por Deus. Quando salva o povo do Egito através de Moisés e os conduz a uma terra prometida, Deus está dando a esse povo características de família.

Dali já se verifica a comunidade do povo de Israel orientada pela Lei de Deus e sustentada pela aliança fiel de um Deus carinhoso, compassivo e ciumento. A lei fortalece o povo para não sucumbir e os líderes levam o povo para frente como Moisés, Josué, os juízes, profetas e reis da antiga aliança.

É importante salientar que “da História da fé veterotestamentária provêm tanto as mais importantes designações e imagens referentes à Igreja quanto os mais importantes padrões sociais que baseiam a forma de organização da Igreja”². Existe uma unidade histórica, sociológica, teológica e espiritual entre o povo de Israel e a Igreja mas “a particularidade de Israel, afinal, não está na particularidade da sua situação política ou sociocultural, mas na dinâmica específica da sua experiência de Deus, que foi que emprestou ao povo sua identidade e permitiu atravessar os períodos de crise e entendê-los”³.

Assim, a Igreja dos primeiros séculos, com o arcabouço da história do povo de Israel, é Igreja que caminha bravamente pela história porque tem suas raízes em um povo escolhido e cuidado por Deus. A Igreja não surge “do nada”. Ela tem raízes profundas na fé de Israel. É Igreja provada, Igreja acolhida e enviada. Assim como

² SATTler, D.; SCHNEIDER, T., Doutrina sobre Deus, p. 59.

³ SATTler, D.; SCHNEIDER, T., Doutrina sobre Deus, p. 60.

o Israel antigo recebe promessas de paz e prosperidade, mas avança em meio a desertos, exílios e provações, agora a Igreja nascente encorajada também surge a partir da cruz e segue adiante.

A Igreja assume, a partir de Israel, sua característica peregrina em busca da terra que não é desse mundo. Desejosa de servir a todas as nações da terra, ela proclama o Deus de Israel que enviou Seu único Filho para salvar a toda a humanidade. O surgimento da Igreja como novo Povo de Deus não é rompimento histórico nem teológico com o povo antigo. Mas se vê enviada aos povos todos, inclusive aos pagãos.

O Povo Cristão assume, a partir da herança de Israel, uma identidade de família peregrina sobre a Terra. É povo escolhido e selecionado por Deus que na história envia seu Filho Jesus para resgatar e formar a sua Igreja.

2.1.2

A missionariedade das primeiras comunidades

Essa estrutura paroquial, que vemos em nossos últimos séculos, não existia no início das primeiras comunidades obviamente. A maneira das comunidades se organizarem eram as reuniões familiares e com aqueles que residiam próximos. Essas primeiras comunidades nasceram no impulso do mandato de Jesus aos apóstolos (ide e fazer discípulos). O Evento Pascal (paixão, morte, ressurreição e Pentecostes) trouxe vida e *parresia* aqueles que conheceram a mensagem de Jesus e estavam nas comunidades apostólicas.

A missão dos Doze, os discípulos e o evento “Paulo” fizeram com que as comunidades crescessem com uma força de ânimo, alegria e evangelização. A meta era conquistar lugares para o evangelho.

“Historicamente, a missão dos seguidores de Jesus começou no domingo de Páscoa, quando Maria Madalena, Joana e a outra Maria, mãe de Thiago foram ao túmulo e o encontraram vazio. Ficaram sem saber o que estava acontecendo. [...] então as mulheres voltaram do túmulo e anunciaram tudo aos onze e a todos os outros (cf. Lc 24, 8-10). Testemunhar e proclamar que Jesus está vivo e vitorioso, eis a missão”⁴.

Existe, portanto, forte ligação entre a comunidade reunida e o impulso de missão. Pois aqueles que foram agregados pelo evento da ressurreição recebem um

⁴ PANAZZOLO, J., Igreja, comunhão, participação, missão, p. 55.

mandato para agregar outros também. Através do próprio ordenamento do Senhor se vê: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt 28,18-19).

Ao mesmo tempo em que a comunidade se reúne nos primeiros eventos, ela é levada a trazer mais outros pois “a evangelização implica mobilização, organização, e exige dinamismo e irradiação, como Jesus que nunca apareceu instalado, sedentário e quieto”⁵.

Portanto, falar da história das primeiras comunidades é falar do chamado radical e necessário a sair de si. Se em primeiro lugar o envio de Jesus foi para as comunidades judaicas, seu impulso em segundo lugar é ir a todas as nações da terra.

Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a anunciar⁶.

A vida das comunidades do Século XXI deve ser entendida pela sua origem em Jesus, Ele que saiu de si deve inspirar com sua vida e exemplo as comunidades da atualidade a realizar a sua *kenosis* diária indo até os irmãos batizados e batizando toda a terra.

Sem a missionariedade e evangelização se voltará às estruturas caducas burocráticas formadas em tantos lugares e se fecharão os olhos e se perderá a atenção da missão primeira e principal: fazer todos os povos discípulos do Senhor. Pois “no dom de ser cristão, todos se tornam discípulos missionários, o discípulo, tocado pelo chamado, aprende, no seguimento, o modo de Jesus”⁷ e também “como cristãos, somos chamados a viver como discípulos de Jesus Cristo em nosso dia a dia”⁸.

Deve-se voltar urgentemente a esse ponto original: ao mandato de Cristo e envio do Espírito Santo em Pentecostes à Igreja. O mundo atual carece de uma Igreja missionária a partir do plano original, que não perca seu carisma antigo e

⁵ PANAZZOLO, J., Comunhão, participação, missão, p. 57.

⁶ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, 15.

⁷ CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, p. 10.

⁸ CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, p. 19.

dinâmico pois tem origem em Cristo Jesus. O anúncio querigmático propõe o envio original onde a Igreja anuncia, através dos batizados e inspirada nos apóstolos, o Cristo vivo e vencedor.

A Igreja não guarda para si o tesouro que recebeu, mas desde seu início anuncia Cristo ao mundo. O testemunho inicial é Cristo e este não deve ser esquecido por nós em nenhuma época. A sobrevivência do ministério sacramental para o mundo da Igreja durante toda a história se deu através do anúncio vivo, querigmático e real de Cristo.

A Igreja, como no início, é chamada a atualizar na vida simples e pastoral a vida do Seu Senhor. A liturgia propõe também a atualização real e simbólica na vida cotidiana e celebrativa das comunidades.

Devemos compartilhar Aquele que se entregou por nós na cruz. Esse compartilhamento precisa ser verdadeiro na vida das comunidades atuais como no seu início.

Compartilhar em Cristo significa imitá-lo quando Ele sai de si mesmo para ir ao encontro do outro. Trata-se de uma experiência maravilhosa, embora um pouco paradoxal. Por que? Porque, quem coloca Cristo no centro da vida, descentraliza-se! Quanto mais você se une a Jesus, e Ele se torna o centro da sua vida, tanto mais Ele o faz sair de si mesmo, o descentraliza e o abre para os outros⁹.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no documento que será apresentado aqui, em vários momentos reafirma essa missionariedade das paróquias quando diz que “o grande desafio das paróquias é sair em missão, deixar de ocupar-se apenas com a rotina e com as mesmas pessoas que já estão na comunidade e sair ao encontro das pessoas”¹⁰.

2.1.3

As primeiras comunidades até a *Domus Ecclesiae*

Na inspiração da missão que movia as primeiras comunidades e do ímpeto do martírio que enfrentavam os primeiros cristãos, eles eram reunidos em comunidades familiares, ainda sem as estruturas que com o passar do tempo surgiriam, e que se desenvolveriam a seguir.

⁹ FRANCISCO, O amor é contagioso, o evangelho da Justiça, p. 117.

¹⁰ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 31.

Da necessidade de viver entre si o Evangelho, de participar da Ceia do Senhor e de anunciar a Cristo em meio a tempos de perseguição, as casas dos cristãos eram lugares favoráveis para os encontros comunitários. Essas famílias que se reuniam desde o início eram conduzidas pelos primeiros bispos das Igrejas. Portanto, já há uma semente da estrutura hierárquica a partir daquilo que o Senhor Jesus quis e fundou com início no ministério apostólico.

A comunidade nascente estava vivendo segundo o que tinha recebido de Jesus. Assim vemos nos Atos dos Apóstolos a comunidade cristã vivendo a comunhão, a igualdade de dignidade, a partilha dos bens, a amizade, no serviço, no perdão, na oração em comum, na alegria.¹¹ Essa comunidade primeira vive a partir da experiência com o ressuscitado e cheios do Espírito Santo (Jo 20).

Daí se vê ainda em At a inspiração para toda comunidade cristã e que deve se inspirar as paróquias da atualidade (At 2,42): o ensinamento dos apóstolos, a comunhão fraterna, a fração do pão e nas orações, características que assimilaram da vida com Jesus. Além disso, a comunidade primitiva vivia em comunhão e fraternidade como se vê em At 2,44-47:

Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo a necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo. E o Senhor acrescentava cada dia ao seu número os que seriam salvos.

“Os primeiros cristãos reuniam-se em casas particulares. Independentemente de baterem à porta como hóspedes ou constituírem um grupo doméstico autônomo, sempre adentravam um espaço que era marcado por certas estruturas sociais”¹² daí se vê claramente que o cristianismo entrou naquela realidade já existente social. Assim já ali nas casas se passou a organizar com o tempo a institucionalização dos papéis e ministérios dentro da comunidade.

Nesse tempo vê-se um avanço das cidades daí o avanço do cristianismo também foi possível. Existia uma verdadeira revolução acontecendo na época, de modo que as cidades passaram a ser lugares de referência.

Assim dentro das cidades, existiam as casas dos que agora abraçavam a fé cristã. A imagem da casa é proposta por Paulo assim como Igreja doméstica: as

¹¹ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 74.

¹² KAUFMANN, T. (org.), História ecumênica da Igreja, p. 33.

comunidades de Jerusalém, Antioquia, Roma, Corinto e Éfeso, entre outras, são comunidades formadas por igrejas domésticas: as casas serviam de local de acolhida dos fiéis que ouviam a Palavra, repartiam o pão e viviam a caridade que Jesus ensinou. Paulo faz da casa a estrutura fundamental das Igrejas por ele fundadas¹³.

Vale ressaltar que uma característica fundante para essas comunidades-casa era a comunhão que os movia. Todas as ações das primitivas “igrejas” bebiam da comunhão que tinham com Deus, haja vista que muitos tinham convivido com Jesus, e entre os crentes da mesma comunidade.

É mister que essa comunhão seja trazida como meta para as comunidades atuais. Diz o Documento de Aparecida ao propor para os cristãos da América Latina e Caribe a missão e discipulado que “igual às primeiras comunidades de cristãos, hoje nos reunimos assiduamente para ‘escutar o ensinamento dos apóstolos, viver unidos e tomar parte no partir do pão e nas orações’ (At 2,42), a comunhão da Igreja se nutre com o Pão da Palavra de Deus e com o Pão do Corpo de Cristo”¹⁴.

Interessante observar que os passos dos primeiros discípulos de Cristo como Igreja doméstica, não os fez ser um clube isolado nem uma seita de pessoas aglomeradas e fechadas. Embora começando nas casas, “a Igreja não é um clube de amigos nem uma sociedade de lazer, na qual se reúnem pessoas com as mesmas inclinações e interesses afins, o chamado de Deus é válido para todos os que se acham nesse lugar, por sua própria natureza a Igreja é pública”¹⁵ diz o Cardeal Ratzinger. E ainda, o purpurado afirma que “ela quis ser pública como o próprio Estado, porque é o novo povo para o qual todos são chamados”¹⁶.

A comunhão dos crentes com Deus leva a comunidade a se unir mais e mais. Nunca será uma comunhão abstrata nem avulsa, mas sim que bebe do Sacramento da Eucaristia e leva os cristãos à missão.

A Igreja é comunhão, e comunhão exatamente com todo o Corpo de Cristo. Ou em outros termos: na Eucaristia nunca posso querer comungar somente com Jesus. Ele deu um corpo a si mesmo. Quem comunga com Ele, comunga necessariamente com todos os seus irmãos e irmãs, que se tornaram membros do único Corpo. Dado o

¹³ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 99.

¹⁴ CELAM, Documento de Aparecida, 158.

¹⁵ RATZINGER, J., Compreender a Igreja Hoje, p. 44.

¹⁶ RATZINGER, J., Compreender a Igreja Hoje, p. 44.

alcance do mistério de Cristo, a *communio* encerra a dimensão do católico. A Igreja, ou é católica, ou não existe¹⁷.

É preciso então entender a Igreja primitiva e os primeiros séculos em chave de comunhão. As estruturas hierárquicas logo se apresentam com base de sustento à comunhão dos cristãos.

Ainda recuperando a missão paulina na Igreja nascente, percebe-se o protagonismo do Apóstolo quando entende a Igreja como comunhão de um corpo com diferentes membros, “por ser judeu e viver num mundo urbano, conheceu a pratica judaica de estabelecer associações em grandes casas e famílias que, em reuniões, decidiam ou abordavam vários assuntos, levou essa experiência para o cristianismo”¹⁸. Paulo então foi um dos criadores desse conceito Igreja-casa. O apóstolo endereça suas cartas a pessoas e comunidades específicas e a leitura de cada uma delas mostra um evangelizador preocupado com famílias e com situações práticas e reais: “Se Timóteo for ter convosco, cuidar de que esteja sem receios em meio a vós, pois trabalha na obra do Senhor, como eu” (1Cor 16,10); “enviam-vos efusivas saudações no Senhor Áquila e Priscila, com a Igreja que se reúne na casa deles” (1Cor 16,19).

As comunidades que surgiam desse conceito de família testemunhavam o amor de comunhão mais apurado. Eram fortalecidas pela convivência e pela intimidade familiar essas comunidades-casa não são excludentes nem preconceituosas, mas abertas a todos. Assim esse modelo de igreja agregou a muitos, pois todos de fato se sentiam irmãos dessa nova família.

Esse modelo de família cristã aberta a todos foi durante os primeiros séculos o modelo de igreja para aquelas comunidades. Uma vez crescidas davam origem à outras.

Essas comunidades também ao mesmo tempo em que se nutria a comunhão a partir da Eucaristia, não se fechavam a outras culturas. Mantinham sempre o caráter de missão a todos segundo o mandato de Cristo.

O testemunho dos mártires e tantos cristãos peregrinos são eloquentes em dizer que apesar de membros de uma mesma família gerada na Ceia de Cristo,

¹⁷ RATZINGER, J., Compreender a Igreja Hoje, p. 46-47.

¹⁸ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 22.

banhada na cruz e enviada em Pentecostes, devem ir ao mundo inteiro para anunciar o Evangelho.

A Igreja surge no contexto familiar para designar como os cristãos devem viver a sua vida em vista da vida que terão na eternidade. Todo sinal de prisão e de extremo isolamento são contrários à vontade de Cristo em agregar os povos dispersos e pelo seu sangue ser o Primogênito de muitos irmãos. Nesse sentido diz o Papa Bento XVI:

Uma das pobreza mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão. Vistas bem as coisas, as outras pobreza, incluindo a material, também nascem do isolamento, de não ser amado ou da dificuldade de amar. As pobreza frequentemente nasceram da recusa do amor de Deus, de uma originária e trágica reclusão do homem em si próprio, que pensa que se basta a si mesmo ou então que é só um fato insignificante e passageiro, um estrangeiro num universo formado pelo acaso. O homem aliena-se quando fica sozinho ou se afasta da realidade¹⁹.

A Igreja é desde seu início anúncio profético de integração do homem com Deus, consigo e com o próximo quando é casa da família e do povo novo de Deus. É casa dos que são excluídos, abandonados, dos sem casa e sem pátria. É refúgio dos imigrantes, dos órfãos, das viúvas e dos desvalorizados em todas as épocas. Não somente na antiguidade, mas hoje quer ser lugar de comunhão contra todo isolamento em si mesmo que o homem quiser entrar.

Ainda antes do surgimento das paróquias as comunidades viviam assim em comunhão. Apesar da maneira clandestina dos três primeiros séculos, as comunidades aprofundaram cada vez mais a fraternidade onde os “membros da comunidade se tratavam como irmãos e se distinguiam dos costumes pagãos, o sentimento de irmandade se expressava no cuidado e na assistência a todos os que necessitavam”²⁰.

O testemunho eloquente da Igreja se manifestava a partir da vivência da Palavra e da Eucaristia que celebravam. Não estava distante da vida o que professavam na fé litúrgica.

O passo seguinte histórico para vivência do cristianismo é o Edito de Milão em 313 quando foi declarada a liberdade religiosa para em todo o Império Romano. Com esse evento se percebe um crescimento massivo das comunidades cristãs por poderem manifestar-se publicamente.

¹⁹ BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, 53.

²⁰ CNBB, *Comunidade de comunidades*, p. 107.

Com esse evento favorável à religião cristã nota-se que “surgiu uma nova perspectiva de missão, de índole missionária, entre duas forças antagônicas: missão da comunidade cristã e exercício político de poder institucional”²¹. Essa última visão foi a cada vez tomando o lugar da primeira. Com esse episódio e o crescimento das comunidades, há uma transformação da Igreja-casa para os lugares onde caberiam as pessoas que estavam chegando. Há também um início de organização territorial e administrativa das igrejas.

A relação Igreja-casa se enfraqueceu, criaram-se, no final do século III, locais fixos chamados *domus ecclesiae*, para as diversas reuniões da comunidade, sob a direção de um presbítero. No final do século IV, esses locais fixos de culto eram chamados de *titulus*. Chamavam-se paróquia, as comunidades rurais, afastadas da cidade onde moravam o bispo e seu presbitério²².

Chega-se no momento histórico portanto, dos séculos seguintes em que a Igreja cresce nas cidades e nos setores rurais, daí há o surgimento dessas variadas e diferentes comunidades chamadas paróquias. “A partir do século IV aparece, de um lado, a diocese e, de outro, a paróquia; a diocese emerge como expansão das comunidades eclesiais urbanas e a paróquia vive como uma expressão dessa comunidade urbana única”²³ colocada em menor escala. Desse crescimento das paróquias, as comunidades estão agora organizadas em torno de um presbítero ou diácono devido à expansão.

Se então no início os crentes que aderiam à fé cristã eram inseridos, na comunidade pela adesão de fé e pertença àquela família espiritual, com o crescimento das comunidades eles pertencem à elas pela sua territorialidade. Antes da estruturação das comunidades então “o fato de se converter à fé é que marcava o início da pertença à comunidade dos crentes”²⁴.

No início do cristianismo, até o século II as comunidades eram marcadas por ministérios que não eram somente dos ministros ordenados. A partir desse crescimento do número dos que aderiam a fé foi se percebendo cada vez mais a clericalização das comunidades.

²¹ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 27.

²² MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, 112.

²³ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 104.

²⁴ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 39.

A paróquia surge no século IV como se conhece hoje: “comunidade de cristãos que habitam em determinado lugar, com um sacerdote responsável”²⁵. Cada vez mais se nota que a comunidade plena de carismas do início passa a ser somente uma comunidade chefiada por um sacerdote que a conduz e administra os sacramentos. “Diminuiu a força da pequena comunidade com seus muitos carismas para fortalecer as unidades paroquiais territoriais”²⁶.

No século seguinte, o V, vê-se ao lado das paróquias as igrejas privadas e o monarquismo com alguns problemas por trazer à essas comunidades rurais a presença de monges com suas liturgias diferentes e modo de ver a comunidade também. Não somente dificuldades, mas também essas comunidades monacais contribuíram para o crescimento espiritual dos cristãos para receberem algo que as paróquias não podiam dar.

Com o crescimento populacional das comunidades rurais as paróquias também chegaram às cidades. Devido a impossibilidade de os bispos chegarem em lugares mais distantes foram se criando diversas paróquias nas cidades pequenas ou grandes.

Há muito que se observar e salientar no que concerne à evolução desse modelo de igreja perto dos seus membros, na paróquia. Em diversos momentos da história as comunidades experimentaram em seu seio tudo o que a Igreja estava sofrendo.

Com a chegada do período medieval essas comunidades que estavam crescendo também sofreram transformações: no séc. VIII eram fundadas paróquias nos domínios de senhores feudais; no período da reforma Carolíngia (sec. IX) há a importância da autoridade do bispo e a formação do clero, os bispos também conseguem visitar mais as paróquias e adquire jurisdição sobre os mosteiros. “Abrem-se escolas de formação para o clero, há mais disciplina eclesiástica e floresce a vida comum do clero, num tempo em que havia forte decadência dos costumes da parte do clero e da vida religiosa em geral”²⁷.

A reforma do Papa Gregório VII (e dos outros seguintes a ele) no século XI é de grande importância para a história das paróquias pois conseguiram vencer os senhores feudais da dominação absoluta que tinham das paróquias.

²⁵ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 42.

²⁶ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 112.

²⁷ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 44.

Nos séculos seguintes vê-se o florescimento de comunidades monacais e das ordens mendicantes que favorecem a espiritualidade das pessoas. Daí os cidadãos daquela localidade procuram a paróquia para as questões burocráticas e de registros pois parecem não ver aquele lugar como sua comunidade²⁸.

2.1.4

Do concílio de Trento até os nossos dias

É interessante observar que, infelizmente, com o passar dos séculos e o emergir da Idade Média e Moderna com suas transformações culturais e sociais, as comunidades cristãs católicas ficam a cada vez longe das comunidades do Novo Testamento, não somente por sua época, mas pelo sentido de ser comunidade²⁹. O processo de burocratização entra na vida das comunidades cada vez mais.

Ainda nesse período da Idade Média, e nos séculos XIV-XV percebe-se um esvaziamento espiritual da vida cristã na paróquia. Esse lugar é lugar de grandes movimentações sociais, de quermesses e afins e não de vida comunitária. É evidente que a paróquia precisa de uma renovação e acontece com o Concílio de Trento, uma certa transformação, em relação aos períodos anteriores.

Com o Concílio de Trento a paróquia ganha novo vigor. Esse concílio no século XVI não modifica a estrutura da paróquia, mas a reforça como centro de atuação da reforma católica. Precisava-se responder aos anseios do Renascimento e da Reforma Protestante daí a paróquia passou a ser o lugar de atuação da vida católica:

Este concílio Estabeleceu os critérios de territorialidade da paróquia, e propôs a criação de novas paróquias devido ao crescimento populacional, de modo que o pároco pudesse atender a todos os seus paroquianos, “assim a estrutura e a organização paroquiais saem fortalecidas e se tornam autônomas, porque fundadas sobre a lei que condiciona a ação pastoral ao clero e aos preceitos eclesiásticos”³⁰.

Esse modelo moderno de paróquia é o que ainda se aplica nos dias atuais. Sabe-se que o período pré-industrial a paróquia se manteve estática atendendo às famílias daquela região onde se encontrava.

²⁸ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 45.

²⁹ LOHFINK, G., Deus precisa da Igreja?, p. 374.

³⁰ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 47.

É evidente que o modelo paroquial precisa de renovação e os esforços da Igreja no magistério dos recentes papas tem dado relevância a esse processo de urgente renovação.

As definições que as leis da Igreja apresentam sobre a paróquia ainda são presas às questões de territorialidade e precisam ser vistas com a perspectiva de ação missionária e evangelização no mundo atual. A paróquia que se fecha (muitas vezes literalmente) acaba por morrer. Aquela comunidade que se abre e vai até os paroquianos (residentes ou não no seu território) acaba por crescer.

Esse modelo de paróquia tridentina se manteve até o Concílio Vaticano II onde se pensou acerca da eclesiologia de comunhão o retorno às fontes na vida teológica e também pastoral. Retornar aos Padres da Igreja e à vida comunitária é retornar à experiência bíblica da Igreja nascente, da simplicidade e da caridade, da ajuda mútua e do acolhimento dos pobres.

2.2

A etimologia da palavra paróquia

Apesar de hoje, a paróquia já sinalizar um lugar onde a Igreja atua no mundo e trazer consigo esse sinal de pertença, o sentido primeiro da palavra é bem diferente disso, e voltar no seu sentido original na verdade traz à tona sua identidade ampliando cada vez mais sua relevância.

A palavra paróquia no original deriva do grego *paroikia* que pode significar literalmente “junto das casas” ou aqueles que residem no mesmo bairro, e *pároikos* aquele que reside como estrangeiro, afastado das casas, ou como estrangeiro já estabelecido. Se vê essa expressão no Antigo testamento em Ex 2,22 quando os Israelitas estão no Egito (versão grega da Bíblia)³¹. Quando na Escritura é apresentado esse termo (se vê em I Pe 2,11 a expressão *parepídemos*) quer expressar que os cristãos na verdade são estrangeiros nessa terra e cidadãos da eternidade. Lá, os “paroquianos” serão cidadãos da Casa de Deus e não estranhos nem estrangeiros. Desde muito cedo, a consciência de que os cristãos morarão na verdade no céu é percebida. Como se vê no final do século I quando Clemente de Roma diz: “a Igreja

³¹ CORIDEN, J. A., The Parish in catholic tradition, p. 19.

de Deus estabelecida de passagem (*paroikoussa*) em Roma à Igreja de Deus estabelecida de passagem em Corinto”³².

Por isso no sentido primeiro e na etimologia da palavra e seus desdobramentos, não se vê o sentido que usamos como território onde se congrega uma comunidade católica. Esse sentido canônico e prático que se verá a seguir ajuda a organizar as comunidades pelo mundo, mas se faz necessário sempre pensar além disso e não se aprisionar nessa questão. O sentido do acolhimento de todos na comunidade é primordial aqui, pois se todos são estrangeiros, deve-se acolher os outros “estrangeiros” também: “a paróquia, desse modo, é uma estação onde se vive de forma provisória, pois o cristão é caminheiro, ele segue o caminho da salvação”³³.

Apesar de ser um lugar de passagem, para todo cristão que está nesse mundo, a paróquia por sua origem, precisa ser comunidade acolhedora de todos, onde os laços de unidade e fraternidade são vividos como preceitos importantes. É a casa neste mundo de todos os fiéis, mas também dos necessitados, pobres e excluídos³⁴.

Os cristãos no início tinham a consciência e a certeza que estavam no mundo de passagem para cumprir o propósito dado por Jesus sendo sal da terra e luz do mundo (Mt 5,12). São estrangeiros e cidadãos de um outro lugar e que não devem se conformar com esse mundo (Rm 12).

O sentido escatológico da palavra paróquia foi, de algum modo, perdido já depois de passado os primeiros séculos de vida de Igreja, mas pode ser resgatado pela vivência comunitária. A vida daqueles chamados a congregarem numa paróquia, no presente século, é de homens e mulheres relevantes para esse mundo que embora habitem aqui ou ali são estrangeiros e não devem se apegar a esse mundo.

Também, esse sentido original reforça a catolicidade da Igreja, pois os paroquianos de um local podem estar em qualquer lugar que serão recebidos por todos os outros que também se veem como “estranhos” a esse mundo, mas fraternos para esses mesmos que se veem estranhos. Esse laço de estranheza faz com que haja algo em comum, feito no batismo e reforçado nos sacramentos e na vida comunitária, entre todos os cristãos.

³² BIANCHI, E., A paróquia, p. 10.

³³ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 162.

³⁴ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 162.

O sentimento de ser estrangeiro fazia com que todos se sentissem iguais, filhos de outra pátria. Daí se fomenta a comunhão entre aqueles que são membros da mesma comunidade de crentes e fiéis batizados:

A comunhão dos crentes, dispersa por todo o mundo e cuja pátria propriamente dita está no céu, é uma comunhão cujo caráter escatológico se exprime numa prática moral alternativa: pelo fato de viverem na comunhão de Deus, os cristãos podem viver de outra maneira no mundo³⁵.

Na atual crise de territorialidade das pessoas no que concerne a ter ou não uma paróquia, como se vê nas mudanças urbanas e no êxodo rural, todos são paroquianos do mundo porque são da mesma família estabelecida aqui, mas reforçada na vida eterna.

Também expressa sobre a solidariedade e fraternidade esse sentido original, pois todos se veem como sendo da mesma origem.

O sentido primeiro da paróquia pode iluminar a compreensão atual, pois pode devolver aos cristãos da atualidade, a pertença a uma casa espiritual onde os que participam são irmãos e residem como “vizinhos-paroquianos”. Esses serão os “próximos” onde ninguém dentre esse grupo fraterno é estranho a si.

A paróquia atual pode ser novamente como no início, a igreja visível espalhada em todo o mundo dando ao cristão católico uma nova família espiritual ligada pelo batismo, alimentada pela Eucaristia e pelos sacramentos. O verdadeiro rosto da paróquia é seu caráter familiar, comunitário, solidário, acolhedor e ao mesmo tempo missionário e evangelizador para todos os povos. Diz Puebla que

A paróquia realiza uma função de certo modo integral de Igreja, visto que acompanha as pessoas e as famílias ao longo de sua existência, na educação e no crescimento de sua fé. É centro de coordenação e de animação de comunidades, de grupos e movimentos. Aqui abre-se o horizonte de comunhão e participação. A celebração da Eucaristia e outros sacramentos torna presente, de modo mais claro, a globalidade da Igreja³⁶.

Vale ressaltar que apesar dos cristãos se identificarem como cidadãos das realidades celestes, encontra no mundo seu campo de trabalho. As coisas criadas e tudo que se faz necessário ser cuidado não pode sofrer da negligência da humanidade. As transformações necessárias e a preservação do ambiente é de

³⁵ SATTLER, D.; SCHNEIDER, T., Doutrina sobre Deus, p. 71.

³⁶ PAYA, M., A paróquia, comunidade evangelizadora, p. 62.

responsabilidade de todos nós habitantes da Casa Comum. Nenhum homem ou mulher que se vê como vizinho e “paroquiano” na terra não deve se esquivar de sua missão.

As comunidades paroquiais são sinais escatológicos de um mundo que há de vir onde todos seremos irmãos uns dos outros transformando esse chão em céu. O propósito no tempo em que se vive é de transformação social, política, espiritual, onde todos os “vizinhos” são beneficiados pelos cristãos. Inclusive os que ainda não nasceram se beneficiarão da preservação desta Casa Comum.

2.3

Os cristãos batizados influenciadores da realidade e preservando a criação de Deus

Como relatado acima, os batizados que são “avizinados” por outros não somente fisicamente, mas na história são chamados a preservar o meio ambiente e as coisas criadas por Deus. Em termos sociológicos, a paróquia é a estrutura de comunidade e de pessoas que precisam se entender como colaboradores das instâncias humanas e sociais. Todos os paroquianos são chamados a isso.

A atualidade da eclesiologia católica passa pela renovação das comunidades paroquiais que antes se entendia somente para si e a partir do evento conciliar se vê também para o mundo. Por isso se deve pensar em novos métodos para viver a “paroquialidade” da vida dos católicos para a os dias atuais. Sobre métodos de renovação pastoral e missionária da paróquia se trará nesse mesmo trabalho no capítulo 3, quando se lerá esse aspecto em chave sinodal.

Quando se trata do tema da paróquia inevitavelmente se pensa na questão da territorialidade, pois a definição canônica de paróquia toca nesse tema. Apesar da necessária atualização desse aspecto, por se perceber uma ampliação atual na mentalidade dos crentes acerca desse tema, se pode trazer a realidade de um local onde não existe somente o templo e os espaços de celebração e atividades paroquiais, mas também outros. Esses outros locais são os espaços onde no bairro ou localidade (vila, favelas, ruas, estradas, condomínios etc.) onde os paroquianos residem. Se os paroquianos são os vizinhos dos outros eles estão inseridos num contexto plural e diverso. Não estão se relacionando somente com os crentes de sua comunidade, mas com outros e até mesmo com o meio ambiente onde vivem.

Ainda sobre esse aspecto da territorialidade vista de maneira mais ampliada, percebe-se que “a configuração territorial da paróquia, todavia, hoje é convidada a confrontar-se com uma característica peculiar do mundo contemporâneo, no qual a crescente mobilidade e a cultura digital dilataram os confins da existência”³⁷. Sem o pensamento da “Igreja em Saída” pensada pelo Papa Francisco, a paróquia tende a esclerosar-se e fechar-se em si, sem perceber o seu próprio “território existencial”.

Na preocupação de se lançar ao contexto social e de meio-ambiente da paróquia, os evangelizadores não são ingênuos de pensar que o mundo ao seu redor os aceitará tão facilmente. Muitos pensam que a linguagem religiosa ou teológica deveria abarcar somente os conceitos de fé e muito pouco da moralidade. Por esse motivo, pode-se desanimar em sair da comunidade paroquial à missão. Não se deve esquecer que “a sociedade, hoje, não leva a caminhos de uma experiência religiosa, se, em épocas passadas, a ação pastoral da Igreja praticamente se reduzia a manter ou aprofundar a fé recebida quase por herança”³⁸ hoje se vê um mundo diferente disso.

Tem-se visto, portanto, uma urgência da comunidade paroquial se preocupar com os outros aspectos que não somente a vida litúrgica. Além da relevância social no cuidado com os necessitados que veremos a seguir, os cristãos também precisam mais do que nunca, no presente século ter a preocupação com a casa comum.

São os diversos “aerópagos” atuais tão necessários para a atuação do homem e da mulher católicos. Um deles é a questão ambiental sem dúvida: “os cristãos leigos e leigas assumirão com coragem a busca de uma comunhão com a criação, a defesa da água, do clima, das florestas e dos mares, como bens públicos a serviço de todas as criaturas”³⁹.

O magistério do Papa Francisco presenteou recentemente a Igreja, com essa concepção do mundo como Casa Comum onde esses irmãos de diversas religiões e crenças e até os não-crentes podem abrir os olhos para a realidade da ecologia: “Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos

³⁷ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja.

³⁸ ANDRADE, D. R., Reinventar a paróquia?, p. 96.

³⁹ CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, p. 272.

deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas”⁴⁰.

Os cristãos batizados são estrangeiros nessa Terra, mas ao mesmo tempo atuais moradores dela. Por isso o compromisso do cristão católico com a natureza também é imprescindível.

Com a capacidade dada por Deus a todos os homens e mulheres de conservar e cuidar da criação criada nessa casa comum, todos são chamados a se relacionar com tudo que existe com solidariedade e amor. Os paroquianos são “avizinados” por pessoas e por tudo que existe isso significa que devemos olhar as coisas como o criador as vê e não como se viu até hoje. É evidente que a preservação das coisas criadas gera justiça social para todos pois faz com que os recursos naturais sejam utilizados para benefício de todos. Se isso não ocorrer, os mais necessitados são os mais prejudicados.

Os paroquianos de uma realidade têm olhos abertos para todas as realidades humanas porque dotados de verdadeira humanidade se abrem ao outro e às coisas:

Embora suponha também processos evolutivos, o ser humano implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução doutros sistemas abertos. Cada um de nós tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus. A capacidade de reflexão, o raciocínio, a criatividade, a interpretação, a elaboração artística e outras capacidades originais manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico. A novidade qualitativa, implicada no aparecimento dum ser pessoal dentro do universo material, pressupõe uma ação direta de Deus, uma chamada peculiar à vida e à relação de um Tu com outro tu. A partir dos textos bíblicos, consideramos o ser humano como sujeito, que nunca pode ser reduzido à categoria de objeto⁴¹.

Se a teologia da paróquia católica leva a pensar na comunhão recebida na Trindade e alimentada na vida sacramental ela com certeza nos leva a pensar na criação. É no contexto da vivência desse mundo que se pode fomentar a unidade entre os habitantes da Terra. Não se pode pensar na questão da relevância da paróquia no cenário social e público se esses paroquianos não forem coerentes e atuantes no cenário total. É sobre uma vivência radical e de santidade que os cristãos batizados são chamados a viver. A vida de bem-aventurança proposta pelo Senhor Jesus faz dos cristãos não explorados nem de pessoas nem de qualquer criatura

⁴⁰ FRANCISCO. *Laudato Si*, 43.

⁴¹ FRANCISCO. *Laudato Si*, 81.

existente quando chamados à pobreza de espírito e ao despojamento das coisas supérfluas.

A paróquia vista como lugar de relevância ambiental precisa ser entendida como local público, de responsabilidade do pastor que está ali, seu pároco, em que não são donos os participantes mas é de todos e diz respeito a todos, sendo lugar de responsabilidade de todos, “não somente se faz presente de forma evidente em seu âmbito humano, mas atua sobre eles interferindo em todas as relações humanas e em todos os elementos que configuram a vida do grupo, se empenha por remodelar a sociedade e deixar-se remodelar por ela⁴².

Os paroquianos que se aproximam das realidades criadas são os que ouvem a Palavra proclamada na assembleia litúrgica e que participam e atuam em todas as esferas. O cuidado com a Casa comum é ação urgente da pastoralidade atual. Não se pode pensar na territorialidade de uma paróquia senão conceber seu espaço de meio ambiente naquele bairro ou cidade: “A paróquia é a Igreja em nosso bairro ou povoado, a comunidade de todos os batizados que vivem aqui. Jesus nos enviou a esta pequena parcela do mundo para que a evangelizemos”⁴³.

2.4

A identidade da paróquia

A partir da definição canônica e também do Catecismo da Igreja Católica, quando diz que a paróquia é: “uma determinada comunidade de fiéis constituída de maneira estável na Igreja Particular”⁴⁴, se pode resgatar a identidade da paróquia não somente como um ordenamento jurídico. Se verá na terceira parte do trabalho a necessidade de o pároco administrar a paróquia com a ajuda do Conselho econômico e pastoral, mas ela não é em primeiro lugar uma empresa nem um ordenamento jurídico, mas uma comunidade. Esse conceito evoca pessoas reunidas no mesmo objetivo. Essa comunidade é reunida pela Eucaristia e motivada pela missão.

Se deseja nesse tópico de nosso trabalho, então, apresentar aspectos que ampliam a definição de paróquia. As questões históricas servem para elucidar esses

⁴² PAYÁ, M., A paróquia, comunidade evangelizadora, p. 67-68.

⁴³ PAYÁ, M., A paróquia, comunidade evangelizadora, p. 59.

⁴⁴ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 164.

pontos positivos, que compõem a comunidade querida por Jesus e que se apresenta no tempo e no espaço de habitat dos crentes.

A paróquia se apresentou no início como a chegada da Igreja até às casas dos cristãos para que, tendo um pastor mais próximo, o bispo ou o pároco, pudesse ser alimentada pelos sacramentos e uma casa de irmãos que são na verdade estrangeiros nesse mundo.

Mas existem outros aspectos que no início da sua organização a Igreja viveu e que na constituição e ampliação das paróquias foram esquecidos.

Com o passar do tempo as paróquias serviram de lugar de receber os sacramentos e nada mais. Mas se deve fugir de toda delimitação da paróquia, no que concerne à limitação daquela comunidade. A paróquia é expressão da Igreja católica naquela localidade e a Igreja é rica em carismas e expressões. Quando uma paróquia se fecha ao novo e aos dons que todos podem enriquecer, ela de fato se empobrece com o protagonismo de pouquíssimos que compõem a corte dos preferidos e “mandões” do pároco.

Como *Ekklesia*, a paróquia é assembleia de todos os crentes fiéis leigos e fiéis ordenados que compõem o Corpo de Cristo. “A paróquia é o seio em que os cristãos são gerados pela fé, é um espaço para crer, é o lugar onde nos tornamos cristãos, é um modo mais comum de vivermos o Evangelho”⁴⁵ e ainda “é a Igreja de Deus Vivo nas casas dos crentes e junto das casas dos não- cristãos”⁴⁶.

A comunidade paroquial, assim como a Igreja toda, é fundada pela Eucaristia porque possui no sacramento do altar sua ligação e alimento. Por isso deve ser restituída à paróquia essa característica mais emblemática a partir do mistério de comunhão. A unidade querida e desejada pelos participantes da comunidade provem da Eucaristia pois essa era a vontade do Senhor Jesus. Do altar eucarístico vem as forças para a comunidade seguir adiante porque dali encontra força e vigor para se levantar em tempos de crises e angústias da comunidade.

Os ministros ordenados, sobretudo os sacerdotes, vivem da Eucaristia e conduzem o rebanho a descansar, se alimentar da Eucaristia e dela sair em missão. O pároco ainda não é só aquele que conduz a comunidade, mas mantém a paróquia em perfeita comunhão com a Igreja Local e tira a paróquia do isolamento garantindo

⁴⁵ BIANCHI, E., A Paróquia. Ensaios, p. 25.

⁴⁶ BIANCHI, E., A Paróquia. Ensaios, p. 25.

a *Traditio* apostólica⁴⁷. O pároco tendo consciência do seu papel de pastor e líder da comunidade não cancela os carismas diversos e nem despreza as diferenças, mas impulsiona com sua pregação e testemunho os cristãos de sua paróquia aos sacramentos e à missão.

A identidade da paróquia clama por unidade, que bebe da Eucaristia, e por uma nova Evangelização. Nascida dos ambientes pequenos rurais a paróquia vê no mundo atual de tanta correria e tão cheio de diferenças sua missão mais necessária: levar Cristo para o mundo.

Salienta-se aqui os elementos essenciais que compõem a identidade da paróquia, não esquecendo que a paróquia encontra na ligação com o bispo e com a diocese o fundamento da sua própria identidade, a garantia da própria liberdade e fundamento da sua eclesialidade⁴⁸. Esses elementos essenciais são: a *leitourgía*, *koinonía*, *martyría* e *diakonía*⁴⁹.

O primeiro aspecto sinaliza a ligação da comunidade com a Eucaristia pois é ela que edifica a Igreja por isso o maior empenho de uma comunidade deve ser em primeiro lugar com a Eucaristia. A celebração da Santa Missa portanto, no seio de uma comunidade reunida deve ser feito com zelo, “uma liturgia dominical que tenha qualidade mistagógica é o mais fecundo magistério eclesial que todas as semanas pode dar forma à vida cristã do indivíduo e da comunidade”⁵⁰.

Ali na comunidade paroquial os cristãos também nascem para a vida de Deus a partir do Batismo e se encontram no processo catecumenal com o Senhor Jesus através de uma evangelização profunda que atinge todo o ser. Não é mais lugar a paróquia de se pressupor que todos os que ali participam são verdadeiramente evangelizados, mas que estão em processo profundo e rico de descobrirem os mistérios de Deus sobretudo no que tange à participação litúrgica. Os cristãos leigos, e não somente os ministros ordenados, são convidados inclusive a participar mais ativamente das celebrações litúrgicas. Tem-se visto em nossas comunidades cristãos se aprofundando e vivendo intensamente a vida litúrgica da paróquia não mais como meros ouvintes, mas participantes, segundo a perspectiva do Concílio Vaticano II.

⁴⁷ BIANCHI, E., A Paróquia, p. 28.

⁴⁸ BIANCHI, E., A Paróquia, p. 68.

⁴⁹ BIANCHI, E., A Paróquia, p. 29.

⁵⁰ BIANCHI, E., A Paróquia, p. 30.

Os membros da comunidade participam da vida litúrgica da paróquia quando são inseridos no ato do próprio Deus que se faz presente na liturgia. Ratzinger expressa esse aspecto: “a novidade e a particularidade da Liturgia cristã é o fato do próprio Deus quem age e concretiza o essencial, elevando a Criação nova, fazendo-se acessível, de modo a que seja possível comunicar com Ele pessoalmente através das coisas terrestres e dos nossos dons”⁵¹. Os fiéis leigos e também os ordenados participam da vida litúrgica da paróquia viabilizando as celebrações, na organização e tudo o mais, porém não devem se esquecer que a vida litúrgica é protagonizada pelo próprio Deus.

Ainda nesse aspecto deve se salientar a escuta da palavra e assim a *lectio divina*. As sagradas escrituras proclamadas na paróquia trazem vida e esperança pois é a voz de Deus para os crentes. E também é extremamente necessária a participação principal dos cristãos na missa dominical, pois da renovação da páscoa semanal, os crentes encontram forças para viver os dias cotidianos.

No aspecto da *Koinonia* vemos a comunhão que brota da Trindade e que irradia na fé dos cristãos. Todo modelo de *koinonia* parte do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Também a comunhão que a Igreja vive brota da comunhão que tem com Jesus na Eucaristia.

A Eucaristia é o dinamismo da comunhão: ela gera, molda e reforça a *koinonia* e, portanto, edifica a Igreja que a celebra. A *koinonia*, note-se bem, não é apenas a ligação que une os cristãos, mas sim, sobretudo, a forma de relação existente entre os cristãos e a própria Triunidade de Deus. A paróquia, célula da Igreja, deve modelar-se a si própria sob a forma da comunhão trinitária, forma sob a qual unidade e diversidade não são contraditórias, mas essenciais para uma comunhão plural⁵².

É do Sacramento Eucarístico que surge a Igreja e ela vivendo da Eucaristia que gera comunhão na vida da Igreja e da paróquia. Os cristãos não veem a Eucaristia como um produto que fazem, mas como dom que recebeu de Deus, que é o próprio Deus, dando forças de unidade àquela comunidade.

O teólogo Ratzinger vai nos dizer sobre a Igreja comunhão e sua relação com a Eucaristia:

A Igreja é Eucaristia, como dissemos. Isto pode ser traduzido mediante a fórmula: a Igreja é comunhão, e comunhão exatamente com todo o Corpo de Cristo. Ou em

⁵¹ RATZINGER, J., Introdução ao espírito da liturgia, p. 128.

⁵² GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 36.

outros termos: na Eucaristia nunca posso querer comungar somente com Jesus. Ele deu um corpo a si mesmo. Quem comunga com Ele, comunga necessariamente com todos os seus irmãos e irmãs, que se tornaram membros de um único Corpo⁵³.

No aspecto da *Martyria* vê-se o testemunho que os cristãos paroquianos devem dar por serem batizados e participantes de uma comunidade. Todo cristão deve saber que a Igreja nasceu da capacidade apostólica de testemunhar a pessoa de Jesus a partir da Páscoa. Os apóstolos e os discípulos viram o ressuscitado e não conseguem fazer nada além de pregar essa Boa Nova.

Dar testemunho de Cristo significa em primeiro lugar viver no cotidiano a vida cristã recebida no batismo e nutrida na comunhão eucarística. O paroquiano recebe de Deus, vive no dia a dia e é capaz de testemunhar aos outros o Evangelho vivo.

Infelizmente esses aspectos até aqui foram esquecidos por muitas comunidades. Ficaram isoladas em suas celebrações cansadas e desanimadas não atraindo mais ninguém ao seio de sua paróquia. Daí se vê em muitos lugares a comunidade não atrair mais os jovens nem os novos moradores daquela vizinhança. O testemunho local dos cristãos em seu trabalho, vida de família atrai para a comunidade todos os que precisam ser evangelizados. A missão brota de um testemunho verdadeiro dos crentes. Ser paroquiano, sem se ver como testemunha na comunidade local, significaria participar de um culto a um deus nada interessante e que não é mais interessante para os nossos dias.

Mais do que nunca o movimento do Magistério da Igreja, sobretudo pós Vaticano II é levar aos cristãos católicos a serem testemunhas de Cristo. Recordase que em muitas localidades os cristãos são mártires dando a vida por Cristo em nossos dias atuais. Isso fortalece a caminhada daqueles que vivem no “conforto” dos bancos de igreja suficientemente acostumados e acomodados com o que a comunidade passa.

Cristão que não testemunha está fadado a morrer. A fé como dom necessita ser movimentada em ações em nome de Cristo.

A paróquia é o espaço onde se pode chegar a este testemunho, o lugar em que se faz o discernimento que orienta esta *martyria* e se realiza concretamente essa forma de vida dia após dia. Só em nome desta existência quotidiana, moldada pelo Evangelho,

⁵³ RATZINGER, J., Compreender a Igreja hoje, p. 47.

e a partir dela, é possível empreender a missão como uma ida para os lugares onde o Evangelho não é conhecido⁵⁴.

O último aspecto que aqui é tratado, a *diakonía*, ajuda a entender o conceito de paróquia. Como a própria expressão exprime são os aspectos de serviço na vida paroquial. Os paroquianos são servos uns dos outros e têm expressado isso de maneira clara e objetiva quando se doam aos pobres, ajudam aos necessitados, ensinam aos errantes, cuidam dos marginalizados, acolhe os órfãos e idosos abandonados.

Esse aspecto é esplendidamente visto e concretizado em Igrejas do mundo inteiro. Desde o início na primeira comunidade dos Atos dos apóstolos não havia necessitados entre eles de modo que a partilha dos bens e o serviço eram necessários e vividos.

Na atualidade, apesar de se ver isso em diversas paróquias, outras ainda se negam a assumir essa missão alienando a outros. Fogem dos necessitados, como senão fosse necessário o exemplo do próprio Cristo, que se fez pobre para enriquecer com sua pobreza (2Cor 8,9). E que esteve do lado do excluído e marginalizado, aproximando-se do ladrão e dos pecadores de sua época, trazendo à Igreja a identidade de solidariedade permanente nesse mundo.

Hoje mais do que nunca se faz necessária a criatividade no que concerne ao serviço dos pobres. Se os paroquianos são aqueles estrangeiros nesse mundo e avizinados de todos, toda a realidade local do bairro ou região que está a paróquia é assunto daqueles paroquianos. Porém não se deve esquecer que “a paróquia nunca deverá, naturalmente, separar a pastoral da espiritualidade, o serviço que tenta ir ao encontro dos necessitados daquele que é oferecido pela Boa-Nova de Jesus Cristo crucificado e ressuscitado, o serviço aos últimos”⁵⁵.

2.5

Perspectivas atuais da paróquia segundo os Papas, Concílio Vaticano II, Conferências Episcopais Latino-Americanas e o Código de Direito Canônico.

Nessa seção serão apresentadas as linhas gerais do que os Papas mais recentes, o Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas e

⁵⁴ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 43.

⁵⁵ GIUSTINA, E. D., A Paróquia renovada, p. 47.

o Código de Direito Canônico legaram de ensinamentos sobre essa realidade paroquial. É claro que a paróquia é sinalizada como expressão local da igreja vista como comunhão. Ela precisa se tornar cada vez mais para a igreja sinal luminoso para o mundo dividido de que os crentes desejam se aproximar uns dos outros e construir ser protagonistas de uma nova realidade.

Já em Paulo VI com a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* de 1978, sobre a evangelização no mundo contemporâneo, é proposto que toda a Igreja é evangelizadora, a Igreja particular e sua abertura para a igreja universal, o sucessor de Pedro, os bispos e sacerdotes, os religiosos, os leigos, as famílias, os jovens e os ministérios diversificados⁵⁶. Ou seja, coloca as comunidades cristãs em vista de crescerem em evangelização e ainda diz que “comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela (a igreja) tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor”⁵⁷. O pontífice coloca a paróquia então, como comunidade de crentes, nessa esfera de evangelização.

2.5.1 João Paulo II e a paróquia

O longo e frutuoso pontificado de São João Paulo II à frente da Igreja trouxe grandes frutos para a pastoralidade das comunidades paroquiais. Aqui serão salientados alguns discursos ou documentos oficiais desse papa no que tange à paróquia.

Já no discurso da Abertura da Conferência de Santo Domingo (CELAM) João Paulo II destacou que as paróquias são células vivas e pujantes de vida eclesial e que se renovam por meio da evangelização⁵⁸. Diz ele: “as paróquias, os movimentos apostólicos e associações laicais, e todas as comunidades eclesiais em geral, hão de ser sempre evangelizadas e evangelizadoras⁵⁹.”

Também João Paulo II trata o assunto da paróquia na *Catechesi Tradendae*, de 1977, contextualizando a catequese no conjunto do trabalho pastoral da Igreja e a paróquia seria esse lugar privilegiado de se propor essa ação pastoral: “a paróquia

⁵⁶ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, 59-73

⁵⁷ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, 15.

⁵⁸ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 43.

⁵⁹ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 43.

precisa reencontrar a sua vocação que é a de ser a casa de família, fraterna e acolhedora, onde os batizados e confirmados tomam consciência de ser Povo de Deus e onde o pão da boa doutrina e o pão da Eucaristia lhes são repartidos com abundância”⁶⁰.

Na *Familiaris Consortio*, também exortação pós-sinodal, (veremos no último capítulo no que tange as relações com a sinodalidade pastoral da família), o pontífice considera a paróquia a partir da ação pastoral⁶¹.

Na *Christifideles Laici* sobre o ministério dos leigos na Igreja, João Paulo II discorre muito sobre a temática da paróquia quando trata do tema da participação dos fiéis leigos na Igreja; acerca também da participação dos leigos na vida diocesana com a criação dos Conselhos Pastorais Diocesanos, onde os leigos são consultados e colaboram aí. Também a exortação pós-sinodal enfatiza a importância das conferências episcopais a descobrir a forma mais oportuna de desenvolver a colaboração dos fiéis. Na paróquia propriamente se exige uma decidida renovação, adaptando as estruturas, a criação de pequenas comunidades para os fiéis leigos serem colaboradores. João Paulo II ainda destaca aqui que a paróquia é lugar privilegiado do empenho apostólico dos leigos.

Aqui o pontífice salienta a necessidade dos Conselhos pastorais paroquiais, pois os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial nesse contexto⁶².

Na *Pastores Dabo Vobis*, também exortação apostólica pós-sinodal de 1992, João Paulo II coloca a paróquia na esteira da promoção das vocações sacerdotais quando diz que “no âmbito das comunidades diocesanas e paroquiais, são de estimar e promover aqueles grupos vocacionais cujos membros oferecem o seu contributo de oração e de sacrifício pelas vocações sacerdotais e religiosas”⁶³.

Na *Ecclesia in America* (1999), da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América realizada em 1997, o pontífice coloca a paróquia de volta na questão da sua própria renovação. Ele deixa claro que se faz necessário em muitos ambientes de grandes centros urbanos, a criação de comunidades e de movimentos para se chegar mais perto das pessoas. Esse modelo de paróquia requer uma figura

⁶⁰ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 46.

⁶¹ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 47.

⁶² CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 52.

⁶³ JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, 41.

de pastor que cultive uma profunda experiência de Cristo vivo com espírito missionário e aberto, diz João Paulo II. Também aqui volta a salientar a participação ativa dos leigos nessa tarefa de renovação⁶⁴.

Na *Pastores Gregis* (2001), sobre o ministério dos bispos, trata da paróquia sobre esse tema. João Paulo II escreve que os bispos devem ter solicitude particular com as paróquias, quando da visita pastoral às comunidades, eles devem privilegiar o contato com as pessoas.

Por fim na Carta Apostólica *Novo Millenio Ineunte* de 2001, João Paulo II propõe as linhas mestras do projeto pastoral às Igrejas Particulares que deve atingir também, obviamente as paróquias. Ele vê as comunidades como escolas de oração.

2.5.2

Bento XVI e a paróquia

Bento XVI trata do assunto da paróquia mais diretamente, quando num encontro com os sacerdotes da Diocese de Albano, onde ele apresenta as linhas gerais de uma paróquia. Quando arguido sobre um plano de pastoral de conjunto, o pontífice vai dizer que existem três compromissos fundamentais na paróquia. Esses são os seguintes: o serviço sacramental onde se é observado a administração dos sacramentos, a preparação para eles; o serviço da Palavra, onde a pregação e homilia ocupam destaque na vida paroquial; e o serviço da *diakonia*, onde todos são colaboradores para a ajuda aos doentes e marginalizados.

O pontífice aqui, vai dizer algo importante na vida da paróquia, que é a colaboração de todos: “o pároco não pode fazer tudo! É impossível! Não pode ser um solista, não pode fazer tudo, mas precisa de outros agentes pastorais”⁶⁵.

Já na *Sacramentum Caritatis* (2007), recolhendo as contribuições do Sínodo dos Bispos de 2005, Bento XVI convida as paróquias a dar valor às celebrações dos sacramentos da Iniciação cristã e também a que promovam formas comunitárias de culto ao sacramento da Eucaristia fora da missa.

Na *Verbum Domini* (2010), o Papa vai colocar a paróquia no contexto da Palavra de Deus e da animação bíblica. Anima as comunidades a crescerem no encontro de Cristo em sua Palavra. Na vida litúrgica e pastoral, Bento XVI anima

⁶⁴ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 59.

⁶⁵ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 72.

às comunidades à *Lectio Divina* e tantas atividades enfatizando o que o Sínodo tinha sinalizado acerca da sacramentalidade da Palavra: “realmente presente nas espécies do pão e do vinho, Cristo está presente, de modo análogo, também na Palavra proclamada na liturgia”⁶⁶.

2.5.3

Francisco e a paróquia

Todos os sumo-pontífices anteriores tiveram a preocupação com a instituição paroquial para a vida da Igreja. Mas para o atual pontífice as Igrejas de portas abertas e em saída devem ser acolhedoras para todos os fiéis:

As paróquias têm de estar em contato com os lares, com a vida das pessoas, com a vida do povo. Têm de ser casas onde a porta esteja sempre aberta para ir até os demais. É importante que a saída siga uma clara proposta de fé. Trata-se de abrir as portas e deixar que Jesus saia afora com toda a alegria de sua mensagem. Por isso, não nos deixemos roubar a alegria evangelizadora! Por favor, não nos deixemos roubar a alegria evangelizadora⁶⁷.

A paróquia, na perspectiva da teologia pastoral de Francisco, está contida sobretudo na *Evangelii Gaudium*, onde o pontífice discorre sobre a necessidade de uma permanente evangelização da Igreja. Neste documento, Francisco propõe a renovação das estruturas todas do interior da Igreja para uma saída permanente de si.

Nesta Exortação Apostólica, Francisco exorta a que as paróquias não sejam estruturas caducas, mas se adaptem às necessidades do tempo e do lugar. As paróquias, para o atual pontífice, devem vencer algumas coisas que não favorecem a evangelização alegre: o clima pouco acolhedor, atitudes burocráticas, predominância do administrativo sobre o pastoral e evangelização restrita à sacramentalização⁶⁸.

O número, onde o pontífice elucida a paróquia, é sobretudo o 28, onde no capítulo primeiro da exortação, trata da transformação missionária da Igreja. Ali, Francisco insiste sobre a importância da territorialidade da paróquia no que

⁶⁶ BENTO XVI, *Verbum Domini*, 56.

⁶⁷ <https://pt.aleteia.org/2017/09/01/papa-francisco-pede-que-paroquias-nao-se-parecam-escritorios/>

⁶⁸ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 81.

concerne a proximidade da Igreja às casas das pessoas, ou seja, a paróquia é a presença eclesial no território.

Francisco coloca a paróquia na perspectiva da proximidade, mas da necessária e urgente renovação: “Temos, porém, de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão”⁶⁹.

Essa renovação e conversão das estruturas, para o magistério de Francisco, exige uma mudança de mentalidade e renovação interior de todos, mas em primeiro lugar dos ministros ordenados, dos pastores, dos párocos, mas não somente para eles, mas para todo o povo de Deus. Francisco diz que “o Povo Santo fiel de Deus é ungido com a graça do Espírito Santo; portanto, na hora de refletir, pensar, avaliar, discernir, devemos ter muito cuidado com essa unção”⁷⁰ e assim o “clero não realiza sozinho a transformação solicitada pelo Espírito Santo, mas está envolvido na conversão que diz respeito a todos os integrantes do Povo de Deus”⁷¹.

Os seguintes números da Exortação de Francisco ainda expressam sobre as demais instituições, como no n. 29, que devem estar sempre ligadas à vida diocesana e paroquial a fim de não perder suas raízes. A paróquia seria uma referência da Igreja para essas associações. No seguinte número, a Igreja Particular é chamada à uma conversão missionária. O Papa sempre insiste, desde sua participação no Documento de Aparecida e também nas Congregações Gerais antes do Conclave que o elegeu, e até hoje sobre o tema da autorreferencialidade, onde a Reforma da Cúria Romana deve ser entendida em chave missionária e toda a Igreja⁷².

Para Francisco, a instituição paroquial precisa ser vista e reconhecida como lugar de renovação da Igreja inteira, quando conscientiza seus fiéis e participantes ao encontro com Jesus e com os irmãos. A renovação deve ser constante e fugir das instâncias de prisão e a voltar à fonte e recuperar a frescura original do Evangelho. Deve-se apostar por paróquias que saibam conjugar os cinco verbos missionários:

⁶⁹ FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 28.

⁷⁰ FRANCISCO, Carta ao povo de Deus.

⁷¹ FRANCISCO, Carta ao povo de Deus.

⁷² MAESTRO, J. P. G., La Parroquia a luz de la exhortacion *Evangelii Gaudium*, p. 402.

primeirar-se; aprender a envolver-se; aprender a acompanhar; aprender a ser fecunda; e aprender a ser fecunda⁷³.

Também pode-se perceber através da *Evangelii Gaudium*, Francisco propôs para toda a Igreja universal e podemos aplicar às paróquias, como que tarefas: relançar a missão da Igreja com mudança de estruturas que apoiam a nova missão; reafirmar e expressar de novo a identidade do cristão em torno a Cristo morto e ressuscitado; reformar a instituição eclesial; e reanimar a vida e a missão dos cristãos⁷⁴.

Essa tarefa é permanente e de todos no caminho eclesial. Os agentes de pastorais podem realizar essa missão quando caminham juntos. Essas tarefas na comunidade paroquial que auxiliam a missão, são atividades caracterizadas de sinodais, isso se verá no final do trabalho.

2.5.4

A Paróquia no Concílio Ecumênico Vaticano II

O movimento de *aggiornamento* do Vaticano II trouxe à perspectiva paroquial muitas luzes. O concílio pastoral e eclesial que teve seu início com João XXIII propôs aos crentes olhar para dentro da Igreja e para fora. O movimento de renovação das estruturas da Igreja fez com que a maneira de se viver na comunidade paroquial fosse renovada. Apesar dos textos não tratarem do tema da paróquia especificamente, a insere na renovação de todas as estruturas eclesiais. A eclesiologia de comunhão, a relevância do protagonismo dos leigos, o pastoreio dos bispos com seu presbitério, a fraternidade sacerdotal e o diálogo ecumênico e inter-religioso por exemplo, temas tão abordados no Concílio, perpassam a realidade paroquial em sua certeza. A paróquia é lugar apropriado para a aplicação até os nossos dias das propostas e diretrizes conciliares, de modo que o contrário foi visto em muitas realidades pelo mundo: um certo negacionismo prático das resoluções teológicas do Concílio.

No recente Documento da Congregação para o Clero de 29 de junho de 2020, *A Conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja*, logo no seu início se propõe a renovação da paróquia na chave de leitura conciliar: “A reflexão eclesiológica do Concílio Vaticano II e as

⁷³ MAESTRO, J. P. G., La Parroquia a luz de la exhortacion *Evangelii Gaudium*, p. 393.

⁷⁴ MAESTRO, J. P. G., La Parroquia a luz de la exhortacion *Evangelii Gaudium*, p. 394.

notáveis transformações sociais e culturais dos últimos decênios induziram diversas Igrejas particulares a reorganizar a forma de confiar o cuidado pastoral das comunidades paroquiais. Isto consentiu de iniciar novas experiências”⁷⁵.

“O Papa solicitou o *aggiornamento* da Igreja, palavra típica *roncalliana* que significava o colocar em dia a Igreja, diálogo com o mundo moderno, enculturação nas novas culturas, voltar às fontes vivas da Tradição cristã, renovação pastoral”⁷⁶ com isso João XXIII estava abrindo a Igreja em suas janelas para um novo Pentecostes, novos ventos para um novo tempo.

As perspectivas pastorais pós- Vaticano II são propostas até os nossos dias. Os textos, que tratam diretamente da paróquia, são pequenos, como visto acima, em vista do grande arcabouço do Concílio, porém todos os desdobramentos propostos pelos padres conciliares atingiram diretamente a vida pastoral das comunidades ao redor de todo o mundo.

Se os textos do Concílio (segundo o Sínodo dos bispos de 1985) são essencialmente sobre a eclesiologia de comunhão como tema central e fundamental, a paróquia é lugar chave para a aplicação de toda a renovação que se propunha.

Ao aprovar a eclesiologia de comunhão, embora de forma às vezes obscura e flutuante, os Padres conciliares sabiam que não estavam inovando. Voltavam à tradição mais genuína testemunhada pela Igreja antiga (...) sem dúvida a unidade da Igreja de Jesus Cristo, após o Vaticano II, deve ser vista como unidade de comunhão das Igrejas⁷⁷.

A seguir será apresentado alguns trechos do Concílio que tratam da paróquia mesmo que indiretamente relacionando-a com a vida da Igreja, com a vida litúrgica da comunidade, com o ministério episcopal e presbiteral e diversos temas.

Já na *Sacrosanctum Concilium* (1963) vê-se que no contexto do progresso da vida litúrgica isso ocorre na diocese e na paróquia. Assim é apresentada a paróquia pela 1 vez como comunidade local, configurada como um grupo de fiéis, que realiza uma forma de representação da Igreja Universal⁷⁸.

Expressa o texto da SC, 42: “As paróquias representam, de algum modo, a Igreja visível estabelecida em todo o mundo. Por consequência, deve cultivar-se no

⁷⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja.

⁷⁶ CODINA, V., Eclesiologia do Vaticano II, p. 463.

⁷⁷ GOPEGUI, J. A. R., O Concílio Vaticano II quarenta anos depois, p. 22.

⁷⁸ CNBB, Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé. A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 15.

espírito e no modo de agir dos fiéis e dos sacerdotes a vida litúrgica da paróquia e a sua relação com o Bispo”. Ora se o bispo é na diocese sinal de unidade, na vida paroquial isso se manifesta também.

Também é citado o tema da Paróquia no decreto sobre as Igrejas católicas de rito oriental, *Orientalium Ecclesiarum* (1964) onde se recomenda a criação de novas paróquias sobretudo de outros ritos orientais.

No Decreto sobre o ministério dos bispos, *Christus Dominus* (1965) também há citações sobre a vida paroquial pois aqui ela é entendida como comunidade e que pertence à diocese e à Igreja Universal.

Aqui também vê-se elementos do ofício dos párocos como colaboradores dos bispos e como cura das almas. Os párocos devem pregar a palavra de Deus a todos os fiéis, que façam da celebração do culto eucarístico o centro e ponto culminante de toda a vida da comunidade cristã, que mostrem facilidade de ouvir as confissões, esforcem-se por conhecer o rebanho, visitem as casas e as escolas, atendam à adolescência e a juventude, amem paternalmente os pobres e os doentes e também tenham especial cuidado dos operários e estimulem os fiéis a que auxiliem as obras de apostolado⁷⁹. Também trata neste decreto do precioso auxílio que o vigário paroquial deve dar ao pároco que “realizem o trabalho paroquial com unidade de vontades e concordância de esforços” (CD, 30).

CD também trata no número 31 da nomeação, mudança e renúncia dos párocos; da ereção e modificações das paróquias, n. 32. Por fim, no que concerne à vida paroquial da diocese fala sobre o trabalho que os sacerdotes religiosos tem na vida diocesana e pastoral quando devem, já que estão naquela determinada diocese, obediência e respeito ao bispo (34 e 35).

Já na Constituição Dogmática sobre a Igreja, a *Lumen Gentium*, não há citação direta à paróquia, mas sim sobre a “comunidade local”⁸⁰ em que se percebe que pela comunhão que aí se forma e se alimenta, a comunidade local é apresentada como símbolo do amor e da unidade do corpo de Cristo, também como família e fraternidade. Esses sinais, que a Igreja reflete, não são somente para si mas “assim a Igreja reza e trabalha ao mesmo tempo para que o mundo inteiro se transforme em Povo de Deus, corpo do Senhor e templo do Espírito Santo, e para que em

⁷⁹ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 20.

⁸⁰ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 22.

Cristo, cabeça de todos, seja dada ao Pai e criador do universo toda a honra e toda a glória”⁸¹.

Os sinais então, dados para a comunidade local, se aplicam na comunidade paroquial que é uma expressão da Igreja.

A paróquia, comunidade de comunidades, seria hoje seria a concretização histórica que torna visível a Igreja. É onde todos os que nela participam fazem a experiência de ser Igreja com uma multiplicidade de dons, de carismas e de ministérios. O concílio reflete sobre a Igreja Particular partindo da Eucaristia e insiste no valor da Igreja reunida em assembleia eucarística. Ela é fonte e cume de toda a vida cristã, onde se realiza a unidade de todo o Povo de Deus⁸².

Há a menção às paróquias no Decreto *Optatam Totius* (1965), nos números 2 e 22. O Decreto, tratando sobre a formação sacerdotal, destaca que a paróquia é a comunidade cuja fecundidade favorece o crescimento das vocações do seio das famílias e também nas paróquias os clérigos mais jovens são introduzidos gradualmente na vida sacerdotal e nas atividades apostólicas.

Já no Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos, há várias citações sobre a paróquia onde é vista como lugar essencial de atuação. Os leigos são parte importante da vida da comunidade e não mais acidentais. Eles têm a função na comunidade paroquial (segundo o número 9) de suprir o que falta aos seus irmãos, revigoram o espírito dos pastores e de outros membros do povo, empenhar-se nas obras apostólicas, conduzir os que estão longe à Igreja, cooperar com a comunicação da Palavra de Deus pela catequese e até ajudar na administração dos bens da Igreja⁸³.

Sobre o trabalho na paróquia, este decreto ainda diz:

A paróquia dá-nos um exemplo claro de apostolado comunitário porque congrega numa unidade toda a diversidade humana que aí se encontra e a insere na universalidade da Igreja. Acostumem-se os leigos a trabalhar na paróquia intimamente unidos aos seus sacerdotes, a trazer para a comunidade eclesial os próprios problemas e os do mundo e as questões que dizem respeito à salvação dos homens, para que se examinem e resolvam no confronto de vários pareceres (AA 10)⁸⁴.

⁸¹ LOPES, G., *Lumen Gentium*, texto e comentário, p. 70.

⁸² CNBB, Comunidade de comunidades, p. 104.

⁸³ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 26.

⁸⁴ CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Compêndio do Vaticano II, Constituições, decretos e declarações, p. 541.

Além dos números 9 e 10, citados em parte acima, o Decreto ainda salienta a importância das formas associadas em que os fiéis são chamados a exercer o apostolado, trabalhando em suas comunidades para um fim: “sejam apóstolos assim nas suas comunidades familiares como nas paróquias e dioceses, as quais exprimem a índole comunitária do apostolado. Exerçam-no também nas associações livres que resolverem formar” (AA 18). Também aborda, o Decreto, sobre a ajuda que o clero deve prestar ao apostolado dos leigos (AA 25) e também sobre os meios que servem para a mútua cooperação (AA 26). E ainda destaca sobre a formação para o apostolado que começa desde a infância com os pais e depois transcendendo os limites da família devem ser integradas na comunidade paroquial, pois ali as crianças irão tomar consciência da sua qualidade de membros vivos e ativos do Povo de Deus. E também aqui exorta aos sacerdotes, que tenham em conta a formação em ordem ao apostolado (AA 30) ⁸⁵.

Aqui ainda é exposta a paróquia vista nos Decretos *Ad Gentes* e *Presbyterorum Ordinis*. No primeiro, sobre a atividade missionária da Igreja, “destaca que a Igreja é uma comunhão universal que existe concretamente em comunidades locais, principalmente diocesanas e paroquiais”⁸⁶. Essas comunidades se renovam em perspectiva missionária, destacando o dever missionário das comunidades cristãs e dos missionários leigos.

Já no Decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre a vida e ministério dos presbíteros, apresenta a paróquia pela centralidade que ocupa nela a celebração eucarística. Desse modo, os fiéis crescem na vivência da fé cristã, daí ela pode ser considerada como família e fraternidade⁸⁷. A paróquia também é citada aqui quando se expressa a relação dos bispos e os presbíteros (PO 7) e também na fraternidade sacerdotal entre presbíteros.

Foram citados acima os trechos que expressamente citam a paróquia. Porém, na pastoralidade que se observa na vida paroquial, todos os Decretos e Constituições do Concílio Vaticano II falam diretamente aos diversos grupos de fiéis leigos e ministros ordenados. Direta ou indiretamente, a renovação eclesial do

⁸⁵ CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Compêndio do Vaticano II, Constituições, decretos e declarações, p. 550.

⁸⁶ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 29.

⁸⁷ CNBB, A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior, p. 30.

Concílio ainda se faz necessária para a vida pastoral e paroquial em todo o seu contexto.

Apesar das interpretações errôneas ao Concílio, o desprezando por seu caráter pastoral, há a necessidade de atualização dessa mensagem nas vidas das comunidades. As paróquias são lugares privilegiados de formação das famílias e dos leigos para que compreendam a singularidade da urgência de uma Igreja tocada pelo evento de Pentecostes e sua atualização na vida pastoral. É necessário, portanto, compreender os textos conciliares na perspectiva da eclesiologia de comunhão:

Naturalmente, a “recepção” como realidade teológica pressupõe uma eclesiologia de comunhão, que dê espaço para uma pneumatologia, reconheça a importância da Igreja Local e respeite o “*sensus fidei*” de seus membros (...) e ainda portanto, não nos deve admirar que o Concílio tenha tido repercussões eclesiológicas múltiplas, devido à diversidade dos contextos históricos e socioculturais onde era “recebido”. Tais repercussões não se dão numa sequência linear, lógica, sem falhas ou lacunas. São também realidades históricas em contínuo desenvolvimento, aperfeiçoamento e sujeitas a correções. Mas devem acontecer para que os frutos do Concílio possam desabrochar em outros tempos e contextos, levando a homens e mulheres concretos a salvação de Deus⁸⁸.

A teologia da paróquia ganhou sistematização, portanto com o Concílio e os desdobramentos seguintes. Não se pode pensar mais a estrutura paroquial, como se estivesse na época da cristandade nem do período medieval. O Concílio Vaticano II deu então um novo modelo de paróquia para a Igreja e para o mundo. O modelo de cristãos preocupados com as interrogações de sua época, preocupado com os necessitados e pobres, atento aos jovens e marginalizados, de uma Igreja cheia de carismas e dons diversificados, de um clero que não clericaliza nem domina seu povo, esse é o modelo da nova paróquia.

Nesta paróquia nova segundo o espírito do concílio se vê: o serviço da palavra atento aos sinais dos tempos; o serviço litúrgico com a participação dos leigos, onde a liturgia é viva e festiva, é sensível aos problemas externos, possui um clero preparado, conselhos de pastoral e econômico para decidir as coisas com o pároco. Essa paróquia conciliar não está fora da realidade que temos visto nos nossos dias.

⁸⁸ MIRANDA, M. F., Uma Igreja em processo de renovação, p. 374-375.

2.5.5 Puebla e a Paróquia

A Igreja da América Latina tem experimentado um impulso de evangelização pós-vaticano II até nossos dias. A Conferência de Puebla coloca a paróquia como lugar de comunhão e já começa a desenhar o que se percebe hoje, a paróquia como rede de comunidades.

Todas as Conferências do Episcopado latino-americano desde sua criação trazem luzes e propostas relevantes para a vida missionária paroquial. Desde a primeira Conferência do CELAM no Rio de Janeiro, em 1955, as demais de Medellin (1968), Puebla (1979) que se salientará aqui, passando por Santo Domingo (1992) até Aparecida (vamos analisar à frente) se percebe que:

Em todos esses encontros a paróquia foi tema merecedor de atenção. Há uma preocupação geral com a adequação da instituição paroquial aos nossos tempos, assim como a revitalização da paróquia em sua realidade “*ad intra*”, visando-se animar o crescimento da dimensão comunitária e participativa⁸⁹.

Já em Medellin, se conclui que era preciso procurar a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente rurais ou de marginalizados urbanos.

O tema da paróquia aparece em Puebla no contexto da eclesiologia de comunhão, da participação mais efetiva dos leigos na vida da Igreja e também relacionado (dentro da esteira pós-conciliar) com a rede de comunidades criada em torno dessa paróquia.

No número 618 define Igreja como Povo de Deus, que manifesta sua vida de comunhão e serviço evangelizador em diversos níveis e sob diversas formas históricas e depois nos números seguintes apresentando a situação real da Igreja. No contexto da maior participação de todos os membros, tanto leigos como ministros ordenados, Puebla expressa que “a influência do ambiente secularizado tem produzido, por vezes, tendências centrífugas com respeito à comunidade e perda do autêntico senso eclesial” (n. 627).

Puebla salienta a importância então da descentralização da paróquia com as pequenas comunidades:

⁸⁹ ANDRADRE. D. R., Reinventar a paróquia, p. 29.

Está comprovado que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexo sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local⁹⁰.

Puebla afirma que a paróquia tem sido esse lugar de renovação eclesial, a partir do incentivo aos leigos em diversas tarefas da comunidade; há também uma mudança de mentalidade dos pastores; constante atualização da catequese; maior presença do presbítero para com o povo e também no tema da evangelização apresenta maior comunicação e comunhão pastoral.

Puebla também salienta algo de muito importante na vida da paróquia. Diz o Documento Final da Conferência do Episcopado Latino-Americano, no n. 644 que a “paróquia realiza uma função de Igreja em certo sentido integral, já que acompanha as pessoas e famílias no decorrer de toda a sua existência”. Ainda destaca que a paróquia é centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos, ampliando assim o horizonte de comunhão e participação.

Esse binômio “comunhão- participação”, tão destacado em Puebla, que ver-se-á também no próximo capítulo sobre a sinodalidade, traz grandes desdobramentos para a paróquia no mundo contemporâneo. Os agentes de pastorais despertados e animados no Concílio se veem agora animados a vida em missão permanente. Os pastores são chamados a serem os responsáveis pela animação à comunhão-participação a partir do modelo de Pastoreio de Jesus, dedicados ao Povo de Deus, porém devem se dedicar a fomentar a participação de todos.

No que tange às linhas pastorais Puebla salienta que se deve seguir os critérios apontados na *Evangelii Nuntiandi*, 58, de Paulo VI e que:

Deve-se insistir numa opção mais decidida em favor da pastoral de conjunto, especialmente com a colaboração das comunidades religiosas, promovendo grupos, comunidades e movimentos; animando-as a um esforço constante de comunhão, fazendo da paróquia o centro de promoção e dos serviços que as comunidades menores não podem assegurar⁹¹.

⁹⁰ CELAM, Documento de Puebla, 629.

⁹¹ CELAM, Documento de Puebla, 650.

2.5.6

Aparecida e a paróquia

É grande a possibilidade, em relação a um evento eclesial do nosso continente, que o evento Aparecida tenha sido um dos mais importantes no que tange à renovação da estrutura paroquial nos últimos anos. A proposta da missão permanente, ou missão continental, faz dos discípulos-missionários protagonistas da vida paroquial.

Não se pode mais pensar na missão da Igreja no continente latino-americano sem passar pelas resoluções de Aparecida. A Conferência de 2007, que teve a participação de Bento XVI promoveu a paróquia como essa rede de comunidades missionária.

Aparecida propõe a paróquia na perspectiva missionária já que:

Os primórdios cristãos indicam que é no ser comunidade que a Igreja encontra seu fundamento, originalidade e possibilidade missionária. a vivência comunitária da fé é condição para uma Igreja em estado permanente de missão. Mas desencadear processos de paróquia como comunidade missionária exige suscitar discípulos missionários, não apenas fiéis, e superar posições fixas e predeterminadas, não relendo constantemente a caminhada⁹².

A base para uma paróquia missionária, segundo a perspectiva de Aparecida está ainda nas comunidades de base e nos missionários paroquiais que assumem também o discipulado de Cristo.

Aparecida propõe também um olhar novo sobre a realidade que cerca a paróquia. Incentiva a ver o novo panorama religioso que se dá no mundo em que vivemos, o panorama do crescimento industrial permanente, juntamente com a globalização, modernização e secularização são fatores reais. Também se vê nesse contexto atual que “a fé cristã enfrenta a descrença e a indiferença, os que se declaram sem religião tem aumentado muito, (...) o alto índice de pobreza, a falta de estrutura familiar e a grande preocupação em trabalhar ininterruptamente para sobreviver, aumentam tal desinteresse”⁹³.

Também há na realidade percebida por Aparecida o fenômeno da diversidade religiosa, sobretudo na realidade latino-americana:

⁹² MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 117.

⁹³ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 121-122.

O processo de colonização e desenvolvimento do Brasil realizado pela ocupação do território e conversão dos indígenas, mais tarde, pela chegada dos escravos negros e imigrantes europeus, proporcionou a convivência de várias etnias e possibilitou diversidade de religiões praticadas no país⁹⁴.

Também se vê que “conforme o senso de 2000 é grande o fenômeno dos que se denominam sem religião. Não é que haja um profundo ateísmo, mas certa distância da religião institucionalizada, expressando uma religiosidade anônima com atributos diferentes do que até então se designou”⁹⁵.

Diante disso, a realidade paroquial precisa estar adequada e atualizada na perspectiva de uma constante e necessária conversão pastoral paroquial. As paróquias, para o Documento final da Conferência, se apresentam como “células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial, são escola de comunhão”⁹⁶.

Também visto pela percepção de Comunidade de comunidades, a paróquia é lugar onde se repensa com profundidade as relações eclesiais. É lugar privilegiado à comunhão e à conversão a partir de dentro para a fora, para a missão. Renovar a paróquia para Aparecida é gerar comunhão entre seus membros.

Daí se passa dos guetos paroquiais à uma paróquia, luz de comunhão para toda a Igreja. Vencendo toda a burocratização que se vê nas comunidades, a comunhão entre os paroquianos é crucial para o processo de missão. Mas esse processo primeiro passa por uma conversão genuína que leva tempo e é um processo as vezes sofrido e custoso. A burocracia na vida paroquial atrapalha muitas vezes a missão, pois “evangelizar envolve viver a experiência de Deus na comunidade, não simplesmente administrá-la, restringir-se à simples administração, numa mentalidade baseada em vida cultural e sacramental”⁹⁷ muitas vezes engessada pelas estruturas antigas.

É preciso também destacar, que o desenvolvimento e crescimento dos ministérios laicais nas comunidades paroquiais devem ser animados pelos párocos e deve-se evitar o clericalismo. Aparecida aponta que os párocos devem ser também discípulos de Jesus e não somente administradores das comunidades, isso se vê

⁹⁴ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 121-122.

⁹⁵ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 123.

⁹⁶ REINERT, J. F., Paróquia, Casa de iniciação e comunidade de sujeitos eclesiais, p. 43.

⁹⁷ MIKUSZKA, G. L., Por uma paróquia missionária, p. 130.

Assumir a comunhão exige superar o clericalismo, multiplicando discípulos e ministérios, abrindo-se para a evangelização, uma comunidade missionária e evangelizadora motiva as relações entre os iguais, supera as relações desiguais, testemunha a comunitariedade e ultrapassa a ideia de uma evangelização tradicional. Quanto menos clericalista mais partilha, reflexão, responsabilidade, competência, criatividade, maleabilidade, experiências de fé e missionariedade⁹⁸.

2.5.7

A Paróquia segundo o Código de Direito Canônico de 1983.

O presente Código de Direito Canônico define a paróquia como uma comunidade de fiéis, constituída de maneira estável e confiada aos cuidados pastorais de um pároco, isso no cânon 515. Já no cânon 518 diz que as paróquias são territoriais e que se for conveniente podem ser erigidas paróquias pessoais por razões diversas de língua, ritos.

Vimos no tópico anterior a evolução histórica das comunidades paroquiais que, chegando na modernidade, se estagnaram no conceito de territorialidade. Numa sociedade medieval em sua maioria católica, era suficiente a paróquia ser a região onde moravam aqueles cristãos seus frequentadores.

Em vistas de responder a tantos desafios do seu século, o Concílio de Trento não consegue estabelecer uma proposta de vida comunitária ativa e espiritual na paróquia. Isso porque precisava mostrar os limites e as leis em que os católicos precisavam seguir.

Entretanto, os aspectos canônicos são as bases para uma abertura maior da igreja e não o seu fechamento.

Não se deseja aqui eliminar a importância da territorialidade. Pelo contrário, é preciso perceber que a territorialidade da paróquia é uma característica que não deveria ser subestimada ou até negada. Realçado o atual fenômeno de mobilidade das pessoas, é verdade que a referência ao território ultrapassa grandemente o aspecto topográfico, pois pretende significar sobretudo o espaço, o ambiente de vida e o habitat humano como lugar de tradição da Igreja: a localização da Igreja continua a ser um princípio irrenunciável.

Ainda é preciso admitir que essa questão da territorialidade, tão assinalada no atual Código, é importante porque mostra no ambiente social e preciso daquela

⁹⁸ CELAM, Documento de Aparecida, 304.

localidade, a atuação da Igreja nos dias de hoje. Isso permite a visibilidade da Igreja e sua proximidade com aqueles que residem ali. Assim todos os fiéis que residem ali são paroquianos. De modo que nenhum cristão católico no mundo deixa de ser paroquiano de algum lugar. Todos os católicos possuem um pároco e uma comunidade, de certa maneira. As comunidades católicas por menores que sejam, abarcam os espaços humanos civilizados.

Porém, é importante salientar que esse aspecto de territorialidade não é suficiente para designar uma paróquia. Se olhar a paróquia mais uma vez pela sua origem e passagem histórica, vemos que é necessário que se ponha em relevo outros aspectos tão ou mais importantes na definição de paróquia.

É de se perceber então, que “a configuração territorial da paróquia, todavia, hoje é convidada a confrontar-se com uma característica peculiar do mundo contemporâneo, no qual a crescente mobilidade e a cultura digital dilataram os confins da existência”⁹⁹.

É necessário, na atualidade, definir a paróquia, para além dos aspectos burocráticos e canônicos, vendo-a com o olhar da renovação, querida pelo Concílio Vaticano II e a atual movimentação da Igreja no mundo inteiro.

É verdade que para se pensar na criação e ampliação das novas paróquias em uma Igreja Local, deve ser considerado os aspectos canônicos de divisão e multiplicação de ruas e avenidas das paróquias que cresceram e podem ser mães de novas paróquias. Entretanto, os aspectos de evangelização e missão são tão relevantes quanto.

O que se tem percebido na realidade brasileira, é ainda uma resistência missionária para a ampliação da visão comunitária das paróquias. Há um diagnóstico antigo da Igreja do Brasil de se perceber a paróquia como comunidade de comunidades, mas na prática do dia-a-dia, há um esquecimento e não prática desse impulso urgente de se sair da “zona de conforto” pastoral e de se pensar além.

O cânon, que se viu no início (515), enfatiza rapidamente que a paróquia é uma comunidade de fiéis que possuem um pastor, portanto, deve viver como tal, tendo como modelo a Igreja primitiva que se reuniu através da vontade do Supremo Pastor Jesus e se estabeleceu na força do Espírito.

⁹⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja.

Os aspectos canônicos são de preservação e organização, e não de prisão e falta de visão da parte dos fiéis e seus pastores. É necessário se rever a identidade da paróquia para os crentes dos tempos atuais. Também é evidente com a proposta da “Igreja em Saída” de Francisco, se pensar na paróquia além das letras e mantê-la aberta aos ventos de criatividade do Espírito em todo o tempo.

As leis canônicas e diocesanas, as quais se impõem à vida paroquial, são diretrizes, que uma vez observadas trazem a segurança e sentido de pertença para a comunidade, mas devem ser sinais de que a paróquia é a Igreja na localidade dos fiéis. Esses não precisariam ir a nenhum lugar para ser Igreja além de sua própria paróquia, e sua rede de comunidades. Assim como a Igreja Local e Particular é Igreja, a paróquia também o é: a paróquia é a primeira realização da Igreja como evento, é a primeira forma local de vida comunitária¹⁰⁰.

2.6

Considerações conclusivas

Conclui-se até aqui neste trabalho, que a pesquisa sobre a paróquia é vasta e amplos são seus desdobramentos na atualidade, sobretudo o que concerne sua renovação, tema que se tratará no último capítulo.

A paróquia católica e sua rede de comunidades ocupam a centralidade da vida diocesana, pois as proposições da Igreja do Mundo através do Magistério e dos ordenamentos locais são praticadas em suma ali na comunidade. A vida cotidiana do pároco e dos paroquianos é desafiada à missão e à renovação, a partir da celebração dos Sacramentos, sobretudo a Eucaristia, e da reconciliação e perdão. O dia a dia das pessoas acontece na sua primeira localização, a família, mas também no encontro dominical e diário, na vida das pastorais e movimentos.

Os desafios da vida paroquial nunca deixarão de existir, mas serão inseridos na vida de fé do povo de Deus. A partir de uma formação permanente da comunidade, todos serão inseridos na caminhada de Cristo, que não abandona a sua Igreja. Os problemas e as crises que as comunidades paroquiais enfrentam pelo mundo são enormes e até mesmo diferentes em cada continente, nação e Diocese, mas todos eles podem ser enfrentados e vencidos a partir da experiência de amadurecimento e caminhada conjunta.

¹⁰⁰ RABNER, H., La Parrochia, p. 50-51.

A Pastoral de Conjunto numa comunidade paroquial ajuda a superar, portanto, grandes conflitos de egoísmo e individualismo que atingem as paróquias. Muitos pastores se queixam pela falta de engajamento e compromisso de seus paroquianos, porém, a caminhada se impõe esses problemas e não podem ser esquecidos. Daí quanto mais o sentido de comunhão e fraternidade forem cultivados na paróquia mais compromisso se perceberá.

É evidente que as fórmulas pastorais vistas na academia não serão plenamente aplicadas, pois as situações são diversas e diferentes, que dependem de diversos fatores, mas a teologia pastoral pode trazer luz à caminhada, pois aprofundadas as questões da atualidade, os pastores conseguem vislumbrar algum caminho diferente e mais claro para a sua própria realidade.

A caminhada sinodal, tema do próximo ponto da pesquisa pode ser um dos caminhos de elucidação da vida pastoral para a atualidade.

3

A questão da sinodalidade na caminhada da Igreja Local e paroquial

O presente capítulo deseja, em consonância com o ministério petrino do Papa Francisco (principalmente, mas não exclusivamente), apresentar os aspectos teológicos da sinodalidade na vida da igreja.

Será visto historicamente como a questão da sinodalidade foi apresentada nos textos bíblicos e na Tradição da Igreja. Após faremos uma análise do contexto de renovação conciliar que tange a sinodalidade. A seguir veremos a paróquia como lugar de exercício da sinodalidade e depois o que na atualidade o magistério do Papa Francisco aprofunda sobre o tema.

A caminhada sinodal é a expressão atualizada de comunhão no interior da Igreja. Os batizados são chamados a caminhar juntos com o Cristo que se faz nosso irmão, como no caminho de Emaús, caminhar com os outros membros da Igreja, com os cidadãos, com o mundo atual na sua contemporaneidade, com as outras igrejas cristãs e não cristãs.

O Concílio Vaticano II como “vento de renovação” no interior da Igreja fez os cristãos católicos, e faz até os nossos dias, pensarem a caminhada cristã não solitária, mas conjunta e acompanhada. Fiéis leigos e ministros ordenados caminham lado a lado no objetivo de apresentar Cristo ao mundo atual. O diálogo com o mundo contemporâneo tão necessário foi o esforço da construção e conclusão do Concílio, mas precisa ser assimilado em nossos dias. Vale salientar que para muitos peritos da sinodalidade, na história da Igreja os concílios e sínodos por acontecerem já são um evento sinodal.

A caminhada sinodal é feita de escuta e comunhão por isso vamos salientar esses aspectos. Pensar a sinodalidade é pensar na Igreja como comunhão entre os crentes, que pertencendo a mesma família de batizados atuam nas comunidades firmemente

Já, desde o início do Ministério petrino do Papa Francisco, temos visto o esforço e o testemunho de se pensar a caminhada da Igreja como dialogal e comunitária.

A caminhada sinodal é caminhada irreversível, pois o movimento da pastoralidade/missão da Igreja no mundo atual clama pelo testemunho da Igreja que

caminha no seu interior em diálogo e comunhão: “A Igreja antiga antes de teorizar sobre o conceito de ‘comunhão’, viveu-o como regra vital interna à própria Igreja; essa *communio christiana* encontra na assembleia litúrgica o primeiro e principal espaço da vida sinodal”¹⁰¹.

A sinodalidade pode ser considerada a questão de testemunho mais relevante para a Igreja atual, no que concerne a maneira que o mundo a vê e também as demais comunidades cristãs.

Mas o que seria propriamente sinodalidade? Essa expressão que se verá aqui em toda a pesquisa se dá na história, mas na atualidade encontra no evento Sínodo dos Bispos sua grande manifestação.

Sinodalidade é o substantivo abstrato e se compreende a partir do concreto sínodo e do adjetivo sinodal. “Sínodo”, composto pela proposição *sýn*, junto, e pelo substantivo *hodós*, caminho, indica, literalmente, um caminho feito em conjunto pelo povo de Deus peregrino. A palavra “caminho”, por sua vez, remete a Cristo, “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), e à condição dos cristãos – os de Cristo, os do caminho (At 9,2; 19,9.23; 22,4; 24,14.22)¹⁰².

Também se pode perceber sobre a origem da palavra que: “Outra hipótese de etimologia vê a derivação de sínodo do antigo dialeto ático, e composta não a partir de *hodós*, mas de *oudós*, que significa a soleira da casa”¹⁰³.

3.1

A sinodalidade na História da Igreja

Neste tópico serão apresentados alguns aspectos da sinodalidade na caminhada histórica da Igreja.

Primeiramente a questão da sinodalidade não é algo que se percebeu somente pós-vaticano II, mas faz parte da origem da Igreja. A Igreja chamada a viver, a partir do Magistério do Papa Francisco esse Kairós de sinodalidade nos tempos atuais da pastoralidade da Igreja, vive isso a partir do dado bíblico e histórico. Engana-se quem pensa, que a questão da sinodalidade foi criada pelo atual pontífice. Seu pontificado tem trazido esse tema em relevância como esteira do pós-concílio. As ações pastorais de Francisco têm sinalizado uma caminhada de escuta e de relevância na Igreja opondo-se a todo organismo obsoleto e antigo que não funciona

¹⁰¹ LAMELAS, I. P., A experiência sinodal na Igreja pré-nicena, p. 36.

¹⁰² CATELAN, A. L., A Sinodalidade Eclesial no Magistério do Papa Francisco, p. 391.

¹⁰³ CATELAN, A. L., A Sinodalidade Eclesial no Magistério do Papa Francisco, p. 391.

mais propõe a caminhada aberta e fraterna. Em seu discurso aos membros da Ação Católica Italiana em 30/04/2021 ele diz:

É triste ver quantas organizações caíram na armadilha dos organogramas: tudo perfeito, todas as instituições perfeitas, todo o dinheiro necessário, tudo perfeito ... Mas me diga: a fé, onde está? O Espírito, onde está? 'Não, estamos procurando ele juntos, sim, de acordo com o organograma que estamos fazendo'. Tenham cuidado com o funcionalismo. Cuidado para não cair na escravidão dos organogramas, das coisas perfeitas, bem ... O Evangelho é desordem porque o Espírito, quando chega, faz tanto barulho que a ação dos apóstolos parece a ação de bêbados. Assim diziam: 'são bêbados!' A docilidade ao Espírito é revolucionária, porque Jesus Cristo é revolucionário, porque a encarnação é revolucionária, porque a ressurreição é revolucionária. A mensagem de vocês também deve ter essa característica revolucionária¹⁰⁴.

Com esse pronunciamento, fica evidente, que se pode considerar o início da Igreja, a partir do evento Pentecostes pois é do derramar do Espírito santo que a Igreja se vê aberta à novidade de Deus e à fraternidade. Se a experiência anterior a Pentecostes, ainda era do trauma da Paixão do Senhor Jesus e ainda da assimilação de sua ressurreição, o envio do Espírito “sacode” a Igreja para a novidade da unidade. O Espírito Santo une os diferentes que antes se “aturavam” e agora vivem a realidade concreta de ser comunidade.

Papa Francisco está propondo sair de cronogramas fechados que não tem vida. A sadia revolução evoca a gênese da comunidade cristã. A reunião pós-Pascal dos discípulos no cenáculo nos mostra a caminhada conjunta da Igreja¹⁰⁵. A ordem do Senhor é que permanecessem unidos em Jerusalém para que enviasse o Paráclito.

Antes de avançarmos sobre a sinodalidade da Igreja nascente, vale ressaltar que se a palavra sínodo evoca caminhar juntos, estamos falando do próprio Senhor Jesus que chamou para caminhar consigo os apóstolos, os discípulos e tantos que o acompanhavam.

A sinodalidade expressa a revelação de Deus, desde o início da Economia Salvífica que cria o homem e a mulher para ter uma amizade com Ele e para caminharem como um povo. A palavra Sínodo composta pela preposição sin, com, e pelo substantivo odos, via, nos mostra esse caminho que o povo faz

¹⁰⁴ FRANCISCO, Discurso aos membros da Ação Italiana.

¹⁰⁵ Em muitos trechos dos Atos dos Apóstolos vemos a Igreja reunida, sobretudo em seu início para a experiência do derramamento do Espírito no cenáculo (At 1,6 ; At 1,14) e depois são dispersados por conta das perseguições e caminham em diferentes comunidades.

conjuntamente¹⁰⁶. Vale ressaltar que a palavra sinodalidade, que será utilizada aqui por diversas vezes em nosso trabalho surgiu como substantivo derivada justamente da palavra sínodo.

As Sagradas Escrituras falam do caminhar de Jesus com multidões que não o deixavam. Após sua ressurreição caminha ao lado dos discípulos a caminho de Emaús (Lc 24,13-15). Ali nos deixa uma catequese sinodal.

Na caminhada do ressuscitado com aqueles discípulos vemos algo interessante. Jesus não propõe outro caminho diferente daquele que iam, Ele simplesmente se põe a caminhar com eles. De certa maneira para escutá-los e compreendê-los. Suas indagações são relevantes no aspecto humano. Ainda não tinham compreendido a ressurreição. Precisavam eles mesmos experimentar o caminho do ressuscitado: “Ora enquanto conversavam e discutiam entre si, o próprio Jesus aproximou-se e pôs-se a caminhar com eles; seus olhos, porém, estavam impedidos de reconhecê-lo. Ele lhes disse: ‘que palavras são essas que trocáis enquanto ides caminhando? E eles pararam, com o rosto sombrio” (Lc 24,13-15). Jesus aqui ouve, pergunta e ouve novamente. O relato ainda segue dizendo toda a tristeza da paixão e morte de Jesus. O Senhor sabe de tudo, mas se presta a ouvir. Ele é o caminhante, ou seja, aquele que faz todo o trajeto com seus discípulos, se colocando ao lado deles. Se o mestre caminhava na antiguidade à frente dos discípulos, agora o ressuscitado está lado a lado, pois somente assim se consegue ouvir quem fala.

Aqui, o relato de Lucas já dá dicas à comunidade reunida, que os irmãos que são atingidos pelo ressuscitado e pelo poder de seu Espírito precisam ouvir, indagar e ouvir novamente. O Evangelho segue dizendo que eles percebem tardiamente que era o Senhor que caminha com eles. São exortados e se põem à mesa com o Senhor. A caminhada sinodal até Emaús se torna a mais bonita da bíblia e modelo de toda a comunidade que nasce em Pentecostes. Ela propõe a solidariedade com os que sofrem, acolhe, exorta, ilumina, convida à mesa e traz novas perspectivas de vida.

Se a caminhada do povo de Israel na Antiga Aliança, já demonstrava a participação de um Deus presente no meio do seu povo rumo à Terra prometida, a caminhada com Jesus se torna mais profunda. Jesus é o próprio Deus lado a lado, Emanuel e presente em todos os momentos. O Deus próximo da humanidade nunca

¹⁰⁶ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 11-12.

a deixaria a sós. Além de acompanhar a história humana em suas mazelas e desejar construir aliança com o homem, Ele mesmo se dá agora na Encarnação do Verbo pondo seus pés nos mesmos caminhos.

O convite que os discípulos propõem ao Senhor em Lc 24,29 “Eles, porém, insistiram, dizendo: ‘permanece conosco, pois cai a tarde e o dia já declina’, entrou então para ficar com eles”, mostra a solidariedade bíblica para com o estrangeiro e um passo importante para a sinodalidade da Igreja que surge: caminhar juntos e ouvir o outro produz capacidade de amar e de se solidarizar pelo necessitado.

Com isso percebe-se que não se trata de questionar as práticas sinodais das igrejas, pois são válidas no esforço de unidade, mas se trata de sempre questioná-las à luz do ressuscitado. A questão da sinodalidade é da origem da Igreja pois tem origem nas ações do próprio Senhor Jesus. São vários os relatos bíblicos que mostram a “personalidade sinodal de Jesus”. Tão logo, pós- Pentecostes, a Igreja assumiu para si a postura sinodal. Obviamente não em todos os momentos refletiu as luzes da escuta e da acolhida. Esse esforço a partir de uma eclesiologia de comunhão que tem na Trindade sua fonte, é renovado de tempos em tempos na vida eclesial.

Assim a Igreja é fundamentada na Sinodalidade:

São João Crisóstomo, por exemplo, escreve que Igreja é “nome que indica caminhar juntos (sínodos)”. De fato, a Igreja- explica- é a assembleia convocada para dar graças e louvores a Deus como um coro, uma realidade harmônica onde tudo se mantém unido, pois aqueles que a compõem, mediante as suas recíprocas e ordenadas relações, (o mesmo sentir)¹⁰⁷.

Portanto, “Fazer sínodo não é se olhar para o espelho, nem mesmo para a diocese ou para a Conferência Episcopal, não, não é isso. É caminhar juntos com o Senhor e em direção ao povo, sob a orientação do Espírito Santo,”¹⁰⁸ diz Francisco, e ainda que o aspecto de catolicidade da Igreja também remete à sinodalidade pois “A palavra ‘católica’ pode, portanto, ser traduzida pela expressão ‘estar próximo’, porque é universal, ‘estar próximo’, mas de todos”¹⁰⁹.

Ao longo da história da Igreja, portanto, se viu as diversas motivações sinodais ou conciliares para reunir e congregar na unidade da Igreja. Caminhar

¹⁰⁷ CNBB, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 12.

¹⁰⁸ FRANCISCO, Discurso aos membros da Ação Italiana.

¹⁰⁹ FRANCISCO, Discurso aos membros da Ação Italiana.

juntos, ouvir os demais, ser indagados sobre as questões pastorais, do mundo ou de fé não significa deturpar a unidade da Igreja, mas nas diferentes culturas, nações e povos onde a fé cristã foi acolhida, mais manifestações da graça do Espírito se deu.

Desde a primeira reunião apostólica do chamado Concílio de Jerusalém, abordada nos Atos dos Apóstolos e resolvida em At 15, vemos um “conflito” de opiniões que pelo impulso do Espírito é resolvido. Ali estão diferentes apóstolos lidando com uma questão problemática na Igreja primitiva: a inserção na fé cristã dos pagãos. Com a vinda do apóstolo Paulo a questão ganha relevo e necessidade de ser resolvida. O caminho sinodal de Paulo e Barnabé é destacado quando se vê: “decidiu-se que Paulo e Barnabé e alguns outros dos seus subiriam a Jerusalém, aos apóstolos e anciãos, para tratar a questão (...), chegados a Jerusalém, foram acolhidos pela Igreja, pelos apóstolos e anciãos, e relataram tudo o que Deus fizera por meio deles” (At 15,2b-4).

O diálogo com os apóstolos acontece e se vê uma postura sinodal que se segue ao relato da parte de Pedro e Tiago quando chegam à conclusão de aceitar na comunidade os pagãos. A escuta, a discussão sadia, a oração e acolhida são marcas desse primeiro conflito apostólico que se resolve.

Outro aspecto bíblico de sinodalidade é visto no ministério e na caminhada de evangelização do Apóstolo Paulo. Em toda a sua trajetória desde o relato do encontro a caminho de Damasco (At 9), vemos uma caminhada conjunta, uma escuta, conflitos e resoluções. As viagens e cartas paulinas marcam a sinodalidade da Igreja. O apóstolo dos gentios caminha com Barnabé, com Silas, Paulo e Priscila, com João Marcos e com diversos discípulos. Paulo não se basta para ser fundador e organizador das comunidades. Deixa ali seus discípulos e amigos que caminham segundo o seu ensinamento.

As cartas paulinas às comunidades como Romanos, Coríntios, Gálatas, Filipenses, Colossenses e Tessalonicenses relatam um apóstolo preocupado com a unidade da comunidade a partir do Mistério de Cristo. Seus escritos estão carregados de exortações à unidade. Carregadas de entusiasmo querigmático, cristológico e eclesiológico o apóstolo não deseja que as comunidades se desviem, mas cheguem ao conhecimento de Cristo e de sua Igreja. Paulo vê as comunidades carregadas de ministérios e dons que se edificam mutuamente sem necessidade de aceção de pessoas. A ajuda mútua e a caridade devem reger a vida da Igreja.

Nós, os fortes, devemos carregar as fragilidades dos fracos e não buscar a nossa própria satisfação. Cada um de nós procure agradar ao próximo, em vista do bem, para edificar. O Deus da esperança e da consolação vos conceda terdes os mesmos sentimentos uns para com os outros, a exemplo de Cristo Jesus (Rm 15,1-5).

Ainda:

Com efeito, o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim também acontece com Cristo. Pois fomos todos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito (1Cor 12).

Também:

Irmãos, caso alguém seja apanhado em falta, vós, os espirituais, corrigi esse com espírito de mansidão, cuidando de ti mesmo, para que também tu não sejas tentado. Carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo. Se alguém pensa ser alguma coisa, não sendo nada, engana-se a si mesmo. Cada um examine sua própria conduta, e então terá o de que se gloriar por si só e não por referência ao outro (Gl 6,1-4).

A linguagem das cartas paulinas falam de um apóstolo que conhecia a comunidade, que se aproximou para evangelizar, mas para ouvir o que a comunidade precisava. As exortações de seus escritos são em diversos momentos pontuais e direcionadas. São muitos os nomes de amigos, companheiros de viagens e de tribulações do Apóstolo. Por esse motivo a Igreja como Corpo de Cristo que Paulo propõe se realiza na comunhão, na cooperação e na caminhada conjunta. Os dons dados pelo Espírito às comunidades fazem com que sejam edificadas na caridade: “Procurai a caridade. Entretanto, aspirai aos dons do Espírito, principalmente à profecia” (1Cor 14,1). A caridade apresentada é sempre para a edificação da Igreja toda.

A partir da escuta e do acompanhamento pastoral, os apóstolos e seus sucessores nas comunidades continuaram a evangelização durante os séculos da História da Igreja.

Nos momentos, em que a sinodalidade como escuta de caridade deixou de existir, vimos uma pregação vazia e sem sentido. A inculturação do evangelho é necessária observação e paciência no processo de cristianização dos ambientes de cultura e de história das civilizações.

A chegada do Evangelho nos diversos povos provocou pontos de vista enriquecedores para a fé católica a modo paulino, sem rejeição do arcabouço imutável da fé o caráter dialogal e comunitário da missão e evangelização.

A comissão teológica Internacional assim se pronuncia sobre o desenvolvimento da sinodalidade na história:

A sinodalidade se manifesta desde o início como garantia e encarnação da fidelidade criativa da Igreja à sua origem apostólica e à sua vocação católica. Essa se exprime em uma forma que é unitária na substância, mas que aos poucos se explicita, à luz da atestação escriturística, no desenvolvimento vivente da Tradição. Portanto, esta forma unitária conhece diferentes expressões de acordo com os diversos momentos históricos e no diálogo com as diversas culturas e situações sociais¹¹⁰.

Deve-se, portanto, analisar os momentos da sinodalidade na Igreja no contexto histórico em que estão inseridos. Não respeitar esse fator é cometer o erro do anacronismo e julgar os fatos e compará-los de maneira irresponsável nos dias atuais. Se nessa época, a sinodalidade se manifesta de maneira diferente do que em outros momentos, é porque a situação histórica em que vivemos é outra. A participação dos leigos na vida da Igreja, o papel da Hierarquia, a importância do Papado, a Igreja Local, as conferências episcopais, os sínodos dos bispos e diocesanos, dentre outras práticas eclesiais que manifestam a unidade do Corpo de Cristo devem ser entendidos no tempo em que estão localizados.

Interessante perceber sobre a questão histórica da vida sinodal que:

Segundo S. Pié-Ninot, o primeiro testemunho do uso técnico da palavra sínodo remonta a Eusébio de Cesareia. Ao que parece, a conexão do chamado “Concílio de Jerusalém” com os “sínodos episcopais” foi realizada pela primeira vez por S. João Crisóstomo. Do ponto de vista da história sinodal, considera-se que o primeiro sínodo tenha sido convocado em 155, na cidade de Roma, pelo Papa Anacleto, para tratar da questão da data da Páscoa. Há também opiniões de que o primeiro teria sido convocado pelo Papa Vítor, em 190¹¹¹.

Já no século II Inácio de Antioquia dirigindo-se à comunidade de Éfeso os denota companheiros de caminhada por conta do batismo e da amizade com Cristo,

¹¹⁰ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 24.

¹¹¹ FERREIRA, A. L. C., A Sinodalidade Eclesial no Magistério do Papa Francisco, p. 393.

“a comunhão eclesial é produzida e se manifesta na reunião eucarística presidida pelo Bispo”¹¹².

No século III através de Cipriano de Cartago se vê o princípio episcopal e sinodal que rege a Igreja em nível universal e local: nada deve ser feito sem o Bispo, mas também nada sem os presbíteros e diáconos, mas também nada sem o consenso do povo. A partir do século IV, se vê a criação de Sínodos provinciais, nas províncias eclesiásticas presididas pelos Metropolitans, nisso há claro exercício da vivência da sinodalidade.

Seguindo a isso ainda nesse século, através do Concílio de Nicéia (325) há o reconhecimento das sedes de Roma, Alexandria e Antioquia, e depois em Constantinopla vemos o acréscimo da sede de Constantinopla, em 381. Após isso há o acréscimo da sede de Jerusalém à lista (451): “No Oriente, esta pentarquia é considerada forma e garantia do exercício da comunhão e da sinodalidade entre estas cinco sedes apostólicas”¹¹³.

A sinodalidade foi exercida nesse primeiro milênio do cristianismo através desses Concílios e Sínodos, os quais refletiram a Igreja da escuta e da sadia discussão. Existia, portanto, uma prática sinodal da vida católica.

Já no segundo milênio, a prática sinodal assume formas diversas, até chegarmos no Concílio de Trento, onde ali se estabeleceu as normas da celebração dos Sínodos diocesanos. A partir de então, a celebração sinodal não era mais para que o povo fosse ouvido, mas para transmitir e pôr em prática as suas normas e disposições¹¹⁴.

A celebração do Concílio Vaticano I mostra a Doutrina da infalibilidade do Papa e do seu primado como os pontos mais importantes daquele momento, onde se é apresentado que no “Beato Pedro é estabelecido o princípio e o fundamento perpétuo e visível da unidade da fé e da comunhão”¹¹⁵.

A caminhada sinodal encontrou no período anterior ao Vaticano II alguns expoentes, com as vozes proféticas como Johann Adam Möhler, Antonio Rosmini e John Henry Newman. Eles, em seus contextos peculiares, utilizando-se das fontes

¹¹² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 25.

¹¹³ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 26.

¹¹⁴ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 35.

¹¹⁵ CONCÍLIO VATICANO I, *Pastor Aeternus*.

normativas da Escritura e da Tradição, preanunciaram a renovação que viria no século XX.

Também faz parte da teologia sinodal a criação das Conferências episcopais já na segunda metade do século XIX, que nesse momento não estariam dirigidas por leis canônicas, mas pela necessidade de se reunir os bispos de uma localidade para o diálogo sinodal. Há aqui nitidamente o exercício da colegialidade e da escuta dentro de uma realidade de condições geopolíticas¹¹⁶.

3.2

A Sinodalidade como caminhada ecumênica. O diálogo com as comunidades cristãs

A partir da cultura do diálogo que a espiritualidade sinodal propõe, com base na humilde e atenta escuta chega-se inevitavelmente a pensar no diálogo com outras confissões cristãs. Nas culturas de países cristãos, a realidade da variedade de Igrejas é real. Sobre tudo no Brasil, em que as diversas correntes de protestantismo chegaram, a vida pastoral e familiar é tocada pela presença de outras comunidades cristãs.

Até aqui, nota-se as bases para um aprofundamento genuíno e relevante teológico da sinodalidade na vida da Igreja. No próximo capítulo, ver-se-á a aplicação dentro da realidade diocesana e paroquial.

Porém, antes disso, precisa-se salientar que existe um caminho que se faz com a sociedade inteira. De um diálogo aberto e amplo querido pelo Concílio Vaticano II chegou-se ao diálogo com outras comunidades cristãs (o esforço ecumênico) e de outras religiões não-cristãs (diálogo inter-religioso).

Nesse momento, se examinará a caminhada ecumênica dentro da esteira da sinodalidade. Diz a Comissão Teológica Internacional no Documento *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja* que:

A sinodalidade está no coração do empenho ecumênico dos cristãos, pois representa um convite a caminhar juntos na via em direção à plena comunhão e porque oferece-corretamente entendida- uma compreensão e uma experiência da Igreja em que podem encontrar lugar as legítimas adversidades, na lógica de uma recíproca troca de dons à luz da verdade¹¹⁷.

¹¹⁶ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, p. 38.

¹¹⁷ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, p. 15.

Quando se vislumbra a caminhada de Cristo e de sua Igreja nascente, o apóstolo Paulo e demais cristãos, se pensa numa comunicação de caridade com os que não eram da Igreja. É evidente que no início isso não era possível, devido à perseguição dos primeiros cristãos, mas aqui se que dizer que não se pode pensar na vida cristã com guerras e divisões entre aqueles que adoram a Cristo. Isso porque não é da vontade do Senhor que a sua Igreja seja no mundo sinal de testemunho contrário.

Com base nesse testemunho do próprio Senhor, de que se “não estão contra nós estão a nosso favor” a Igreja tem no presente momento, com o esforço colossal dos primeiros, a pensar o diálogo ecumênico. Já no século que passou, tem-se visto vários testemunhos de comunidades e Igrejas locais em reforçar e aprofundar uma caminhada permanente de unidade com os demais cristãos.

O ecumenismo sadio encontrado em diversos documentos da Igreja a partir do Vaticano II cresce e se transforma numa caminhada permanente de irmãos. Em todo o mundo se tem visto grupos cristãos que resolveram caminhar juntos, respeitando suas diferenças, e vivendo a fraternidade cristã com belos testemunhos.

O Decreto *Unitatis Redintegratio* do Concílio Vaticano II em seu início já deixa claro a preocupação ecumênica do evento conciliar quando diz: “promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado concílio Ecumênico Vaticano II, pois Cristo fundou uma só e única Igreja” (n.1).

Nesse Decreto se vê os princípios católicos do ecumenismo, a prática do ecumenismo e os dados históricos que levaram à separação das Igrejas cristãs. Mas nele há um clamor para que todo católico se esforce a aceitar e a avançar na caminhada conjunta pela unidade.

O Concílio exorta aos fiéis que se aproximem dos irmãos de outras comunidades cristãs: “é necessário que os fiéis católicos na empresa ecumênica se preocupem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando com eles sobre os assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles”. (n.5).

Também em João Paulo II, com sua Encíclica *Ut Unum Sint* de 1995, sobre o empenho ecumênico, tratando o tema no caráter de comunhão desejada pelo concílio, vê o ecumenismo como um caminho que brota inicialmente da unidade da Trindade. Nela se vê: “Para a Igreja Católica, portanto, a comunhão dos cristãos não é senão a manifestação neles daquela graça, pela qual Deus os torna

participantes da sua própria comunhão, que é a vida eterna”¹¹⁸ e ainda “acreditar em Cristo significa querer a unidade; querer a unidade significa querer a Igreja; querer a Igreja significa querer a comunhão de graça que corresponde ao desígnio do Pai desde toda a eternidade”¹¹⁹.

João Paulo II ainda aborda no mesmo Documento sobre a prática ecumênica e a colaboração prática que “as relações entre os cristãos não tendem somente recíproco conhecimento, à oração comum e ao diálogo, preveem e exigem desde já, toda a colaboração prática possível aos diversos níveis: pastoral, cultural, social, e ainda no testemunho da mensagem do Evangelho”¹²⁰. A prática ecumênica então se torna relevante no contexto de edificação da sociedade, quando pensada no âmbito da prática comum.

A superação das diferenças na edificação da sociedade comum faz com que “frequentemente de os responsáveis das Comunidades cristãs assumirem posição conjunta, em nome de Cristo, acerca de problemas importantes que dizem respeito à vocação humana, à liberdade, à justiça, à paz, ao mundo futuro”¹²¹.

O pontificado dos papas do século passado após o concílio e desse presente século foi, portanto, marcado por diversos momentos de diálogo com as Igrejas cristãs. É nítido o contato que bispos, padres e cristãos leigos em diversas partes do mundo tem de maneira profunda com os cristãos. O diálogo teológico tem sido marcado por esse contato em diversas instituições católicas. Onde cristãos de diferentes comunidades comunicam a si o discurso teológico e criam relações permanentes e uma caminhada frutuosa nesse contexto ecumênico.

Portanto, a sinodalidade vista até aqui, tem significativa relevância quando tratada de uma comunhão verdadeira, aberta, honesta, dialogal, caritativa, ecológica e teológica com os cristãos de outras igrejas e comunidades cristãs.

A caminhada ecumênica é a cada dia mais necessária para a Igreja. Em tempos de preconceitos e motivações das culturas à perseguição religiosa, os cristãos precisam ser protagonistas da necessária unidade desejada pelo próprio Cristo. O caminhar ecumênico pode ser enriquecido pela teologia da sinodalidade, pois como se fazer ecumenismo sem escuta, humildade e caminhar juntos? As

¹¹⁸ JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 9.

¹¹⁹ JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 9.

¹²⁰ JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 9.

¹²¹ JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*, 9.

características da sinodalidade são quase as mesmas da experiência ecumênica. Não se entende ecumenismo sem uma forte experiência de silêncio e respeito frente ao outro, de estar ao lado, de se caminhar, passo a passo com o outro diferente de mim.

É extremamente necessário, para os dias de hoje, que a teologia atual sinodal não se esqueça do aspecto pastoral e cotidiano da presença na vida das comunidades de outras igrejas. Na territorialidade da paróquia, em diversos países, mas sobretudo em muitas regiões brasileiras, se vê a presença muitas vezes relevante de outros cristãos.

A sinodalidade da Igreja Diocesana e paroquial leva consequentemente à prática de um sadio e profundo ecumenismo. O trabalho social e construtor de leis práticas para o fim de mazelas locais deve ser feito em conjunto com os cristãos outros e também de diversas religiões não cristãs.

Portanto, fugir da “sinodalidade ecumênica” é fugir da caridade cristã para com os outros batizados e para com a sociedade. A “Igreja em Saída” não vê impedimentos para a evangelização e se lança ao diálogo aberto e desinteressado com todos.

Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* ao propor a evangelização como um caminho de diálogo, deixa evidente a necessidade do caminhar do diálogo ecumênico quando diz:

Dada a gravidade do contratestemunho da divisão entre os cristãos, sobretudo na Ásia e na África, torna-se urgente a busca de caminhos de unidade. Os missionários, nesses continentes, referem repetidamente as críticas, queixas e sarcasmos que recebem por causa do escândalo dos cristãos divididos. Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, podemos caminhar decididamente para formas de anúncio, de serviço e de testemunho¹²².

Francisco ainda diz sobre a caminhada ecumênica que “a busca da unidade entre os cristãos é uma urgência à qual, hoje como nunca, poderá subtrair-nos; no nosso mundo faminto e sequioso de verdade, de amor, de esperança, de paz e de unidade, é importante para o nosso próprio testemunho”¹²³. E ainda sobre a sinodalidade e o diálogo com as Igrejas Ortodoxas reconhece a necessidade de uma caminhada conjunta de mútua ajuda: “não se trata de um mero exercício teórico,

¹²² FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 244-246.

¹²³ FRANCISCO, Discurso ao Patriarcado ecumênico de Constantinopla de 28 de junho de 2013.

mas de conhecer profundamente as tradições recíprocas para as compreender e, por vezes, também aprender delas, refiro-me, por exemplo, à reflexão da Igreja Católica sobre o sentido de colegialidade, e à tradição da sinodalidade”¹²⁴.

A caminhada sinodal, também com outros credos, faz com que os cristãos possam ser testemunhas para um mundo dividido pela intolerância e falta de liberdade religiosa. Francisco insiste na *Fratelli Tutti* que “como cristãos, pedimos que, nos países onde somos minoria, nos seja garantida a liberdade, tal como nós a favorecemos para aqueles que não são cristãos onde eles são a minoria”¹²⁵ e que “existe um direito humano fundamental que não deve ser esquecido no caminho da fraternidade e da paz: é a liberdade religiosa para as pessoas que creem de todas as religiões”¹²⁶.

3.3

A sinodalidade e o mundo contemporâneo

O diálogo com o mundo tem sido o esforço permanente da Igreja pós-conciliar. Desde então, tem se percebido que é necessário perceber o mundo ao seu redor e propor uma linguagem adequada aos seus diversos interlocutores. A Igreja não se vê como um espaço longe e fora da realidade, mas como comunidade de amor que pode testemunhar para o mundo o Evangelho de Cristo.

A mensagem de unidade e comunhão do Senhor Jesus, pode ser uma luz para o mundo dividido em que se vive. A crise de sentido de existência que o ser humano contemporâneo passa é provocada também pela exacerbação da cultura materialista e individualista atual. A linguagem do amor se ampliou para qualquer amor.

É urgente o testemunho de diálogo e sinodalidade que a Igreja pode dar ao mundo atual. O teólogo Mário de França Miranda salienta que:

Assim como a encarnação do Verbo de Deus estava toda ela voltada para a salvação da humanidade, assim também a Igreja de Cristo só se justifica enquanto está a serviço desta salvação ao longo da história humana. Toda a vida de Jesus com sua paixão, morte e ressurreição esteve a serviço do Reino de Deus. Do mesmo modo tudo o que constitui a Igreja alcança sua razão de ser e seu sentido na medida em que leva a mensagem evangélica e a práxis cristã, para seus contemporâneos. A Igreja é deste modo uma realidade não voltada para si, mas para a sociedade na qual deve ser sal, luz e fermento¹²⁷.

¹²⁴ FRANCISCO, Discurso ao Patriarcado ecumênico de Constantinopla de 28 de junho de 2013.

¹²⁵ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 279.

¹²⁶ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 279.

¹²⁷ MIRANDA, M. F., Igreja Local. Esse artigo, já citado anteriormente, exprime tal ideia.

Seria válido e necessário dentro do testemunho da Igreja que ela caminhasse ao lado do mundo? Que se os batizados se fizessem crentes e ao mesmo tempo “sinodais” com as questões do nosso tempo? Claro que sim. Para viver e entender as realidades temporais a Igreja se faz “tudo para todos” para alcançar a todos. A Igreja dialoga também com as realidades temporais desde sua gênese. Ser Igreja não é pertencer a um clube fechado e distante da realidade, mas inserido nas realidades humanas para transformá-las à luz do Evangelho.

Pois a comunidade humana se constitui e se compreende sempre no interior de um horizonte cultural transmitido. Habitamos um mundo social criado por outros, com sua linguagem, símbolos, papéis e instituições, realizações políticas e econômicas. E só no interior deste horizonte cultural histórico e contextualizado encaramos, entendemos e avaliamos a realidade¹²⁸.

Quando há então, uma crise na comunidade em relação aos costumes que se vê na realidade concreta, não se deve espantar nem fugir das questões do mundo, mas “como sacramento que deve assinalar na sociedade a presença viva do Reino de Deus, a Igreja tem de estar *aggiornata* com a linguagem do tempo e com os desafios da sociedade”¹²⁹ e também “outros cenários, outras experiências, outros horizontes socioculturais pedem mudanças na instituição eclesial”¹³⁰.

Essas mudanças, ao longo da história, a Igreja foi “sentindo” a partir da experiência sinodal com a realidade. A Igreja caminhou ao lado das realidades humanas como Cristo caminhou ao lado de tudo que tocava ao seu redor. Tudo foi visto, provado e sentido pelo Senhor Jesus (exceto o pecado).

Fugir da realidade é fugir da missão própria da Igreja. Deve-se fazer discípulos todos os povos, caminhando ao lado e dentro da cultura de todos os povos como nos 2 mil anos de história. Diálogo, reflexão, comunhão, paciência e aproximação são as marcas da Igreja ao longo da História.

Há os que se preocupam com as questões dogmáticas e fechadas da instituição e aprisionam a mensagem da Igreja para dentro de seus muros com o argumento de que os fiéis católicos devem viver carrancudos em sua vida. Do fechamento

¹²⁸ MIRANDA, M. F., Igreja e sociedade, p. 17.

¹²⁹ MIRANDA, M. F., Igreja e sociedade, p. 18.

¹³⁰ MIRANDA, M. F., Igreja e sociedade, p. 18.

espiritual e ao diálogo o mundo não conheceria a mensagem de Cristo. As culturas todas podem e devem dialogar com a fé cristã e vice e versa.

É evidente que “a sociedade moderna, regida pela razão e apoiada nas conquistas das ciências tende a privar a religião do seu papel (e de seu sentido social) em nossos dias”, mas se percebe que “hoje já se reconhece que as religiões tem algo a oferecer à sociedade civil, são elas que denunciam a marginalização, à que são condenados os mais pobres”¹³¹.

Assim os cristãos batizados se veem constantemente chamados a evangelizar o mundo. A Igreja ainda crê que o Evangelho é necessário às culturas portanto, “sem conversão ao Evangelho não se pode evangelizar”¹³² e, tal “conversão ao Evangelho é suscitada a partir de dentro, pelo Espírito Santo, Senhor e doador da vida” que leva os crentes a sair de si e olhar para o mundo.

A partir do Evangelho e do Espírito Santo que promove a evangelização, percebe-se que “evangelizar não significa ocupar um território, mas suscitar processos espirituais na vida das pessoas de modo que a fé seja enraizada e seja significada”¹³³ e também “a evangelização da cultura exige que se chegue ao coração da própria cultura, no lugar onde se geram os novos temas e paradigmas, atingindo os núcleos mais profundos dos indivíduos e das sociedades, para iluminá-los”.

A evangelização dos povos e culturas atuais através da Igreja e de suas instâncias, ao longo da História, sempre viveu com a enculturação e compreensão eclesial das culturas e costumes. Na pluralidade da pós-modernidade não se pode fechar as portas da mente para a missão do mundo. Por isso a comunidade eclesial deve crer que o caminho sinodal proposto para esse tempo é de extrema necessidade.

A sinodalidade vivida por todos os missionários e discípulos de Jesus no dia a dia da vida cotidiana remete à uma vida coerente, à conversão diária de sua vida ao modelo de Jesus, impele sempre a um testemunho ao mundo que vive em guerra permanente de valores. Assim diz o Cardeal Baldisseri, quando Núncio Apostólico no Brasil:

¹³¹ MIRANDA, M. F., Igreja e sociedade, p. 18.

¹³² CODINA, V., Ecclesiology do Vaticano II, p. 471.

¹³³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, Diretório para a catequese, p. 49-50.

O mandato de Jesus se torna também peremptório para a Igreja no momento atual; um mundo em cuja sociedade se evidencia uma vertiginosa perda dos valores humanos e cristãos e onde a secularização e o agnosticismo avançam e se instauram irreversivelmente. Por outro lado, o conteúdo da Boa Nova- Cristo Crucificado, morto e ressuscitado- representa um direito que todos os povos têm de conhecê-lo, a fim de poder, na dinâmica da liberdade humana, aceitá-lo ou rejeitá-lo¹³⁴.

O discípulo-missionário de Jesus que fez uma experiência eclesial profunda na sua comunidade paroquial, que caminha à força dos Sacramentos e se vê evidentemente impelido ao mundo, deve fugir de sua responsabilidade no mundo secular de hoje? Evidente que não. Chamados a ser “sal da terra e luz do mundo”, a Igreja tem dito desde sempre e mais após a experiência conciliar que os cristãos devem ser relevantes na sociedade. A fé do cristão não serve para se bagagem própria para guardar para si, assim diz o Documento da Conferência do CELAM em Aparecida:

Não resistiria aos embates do tempo uma fé católica reduzida a uma bagagem, a um elenco de algumas normas e de proibições, a práticas de devoção fragmentadas, a adesões seletivas e parciais das verdades da fé, a uma participação ocasional em alguns sacramentos, à repetição de princípios doutrinários, a moralismos brandos ou crispados que não convertem a vida dos batizados¹³⁵.

E ainda mais a fé cristã e o Evangelho são necessários aos tempos que vivemos. Mas para o mundo dividido, o testemunho de comunhão e sinodalidade serão experiência concreta e viva para a atualidade.

Aparecida ainda nos mostra que “a Igreja, como comunidade de amor é chamada a refletir a glória do amor de Deus, que é comunhão, e assim atrair as pessoas e os povos para Cristo”¹³⁶. Não há necessidade de proselitismos na evangelização do mundo atual pois os esforços da Igreja e das comunidades locais será trazer todos pela força do amor, “a Igreja atrai quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se se amarem uns aos outros como Ele nos amou”¹³⁷.

¹³⁴ BALDISSERI, L., A Coragem de anunciar o Cristo, p. 61

¹³⁵ CELAM, Documento de Aparecida. 158.

¹³⁶ CELAM, Documento de Aparecida, 159.

¹³⁷ CELAM, Documento de Aparecida, 160.

3.4

A sinodalidade no magistério do Papa Francisco

Desde sua eleição como Bispo de Roma em março de 2013 tem se visto e percebido nitidamente um pontificado sinodal. Francisco tem convidado a Igreja a caminhar unida, em saída para evangelizar. Em sua primeira homilia, em 14/03/2013 na Capela Sistina, para os cardeais que participaram do conclave que o elegeu, ele propõe a recordação de três verbos: caminhar, edificar e confessar. Dali já se via o movimento de saída que ele traria para toda a Igreja.

Diz o pontífice: “Caminhar, edificar-construir, confessar. Mas a realidade não é tão fácil, porque às vezes, quando se caminha, constrói ou confessa, sentem-se abalos, há movimentos que não são os movimentos próprios do caminho, mas movimentos que nos puxam para trás”¹³⁸. Francisco exorta ainda que a Igreja não seja uma ONG ou instituição outra, mas uma comunidade que confessa Jesus como Senhor, como Pedro foi capaz de testemunhar. Já aqui vai se desenhando aos poucos o caminho de seu pontificado.

Na *Evangelii Gaudium*, promulgada no primeiro ano de seu pontificado, e considerada como principal documento de sua teologia, quando fala da alegria da Igreja em anunciar o Evangelho, Francisco não desiste de propor a Igreja em saída, deixando claro os aspectos sinodais.

Francisco enfatiza, por diversas vezes, que a comunidade cristã precisa recuperar a alegria de anunciar a Cristo, renovando o encontro pessoal com Ele e renunciando a tudo que possa atrapalhar esse encontro pois: “o grande risco do mundo atual, com sua múltipla e avassaladora oferta de consumismo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho”¹³⁹ e ainda que “quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros”¹⁴⁰.

A abertura para o outro, fazendo a “Igreja em saída”, para Francisco começa pelo encontro com Jesus e a renúncia de uma vida fechada. Daí se vai ao encontro do outro para se caminhar junto, quando esse alguém fez a experiência com o Cristo.

Daí chega-se ao número 24 onde Francisco exorta aos cristãos católicos a «*Primeirear*», *envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar*. Esses verbos são

¹³⁸ FRANCISCO, Homilia na Capela Sistina proferida aos Cardeais no dia 14/03/2013.

¹³⁹ FRANCISCO, *Evangelii Gaudium* 23.

¹⁴⁰ FRANCISCO, *Evangelii Gaudium* 23.

elucidações nessa Exortação Apostólica sobre a espiritualidade sinodal de Francisco. Onde a sinodalidade se manifesta, não somente na celebração dos Sínodos e Concílios de toda a Igreja ou das Igrejas Locais, mas na vida e cotidiano de todo o evangelizador que não deve deixar que “se lhe roube a alegria do Evangelho”¹⁴¹.

O “sinodalisar” para Francisco, parte de Cristo até os outros crentes e até mesmo não-crentes.

O Sínodo, para o Papa, não é somente o evento a cada conjunto de anos, mas uma maneira da Igreja viver. Vale ressaltar trechos do discurso de Francisco em 17 de outubro de 2015 na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos quando ele enfatiza que “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”¹⁴² e que “aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo está já todo contido na palavra ‘sínodo’”¹⁴³ mas admite que “Caminhar juntos -leigos, pastores, Bispo de Roma- é um conceito fácil de exprimir com palavras, mas não é fácil pô-lo em prática”¹⁴⁴.

Citando a própria *Evangelii Gaudium*, 119, Francisco salienta a participação de todo o povo de Deus nas questões todas da Igreja com base no *sensus fidei*, onde não há a separação da Hierarquia para todos os demais membros do Povo de Deus: “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da fé, é um sujeito ativo de evangelização”. Francisco nega que os fiéis leigos sejam somente receptáculos da evangelização. Podem ser agentes, líderes etc.

A segunda provocação desse discurso é de uma Igreja da escuta. Para o pontífice não se pode falar de assuntos concernentes a todos sem a consulta. Como tratar temas como família, juventude e demais sem ouvir aqueles que serão “abordados”? A escuta proposta pelo Papa aqui é recíproca onde todos podem aprender, Povo fiel, Colégio Episcopal e bispo de Roma, escutando sempre o Espírito Santo para conhecer o que Ele deseja para a Igreja¹⁴⁵.

¹⁴¹ FRANCISCO, *Evangelii Gaudium* 24.

¹⁴² FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁴³ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁴⁴ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁴⁵ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

Ele diz, que o início da caminhada sinodal na celebração, de um Sínodo dos Bispos, começa por escutar o povo dos batizados tornados profetas, e continua ouvindo os padres sinodais e o Santo Padre. Deve-se permanecer escutando em todo o tempo ao Espírito Santo e às necessidades apresentadas na ocasião com a participação além dos padres sinodais daqueles que são convocados.

Sobre a participação e atuação do Papa nos sínodos, ele diz que “o fato de o Sínodo agir sempre *cum Petro* et *sub Petro* -por conseguinte, não só *cum Petro*, mas também *sub Petro*- não é uma restrição de liberdade, mas uma garantia de unidade”¹⁴⁶ e ainda no espírito conciliar “os bispos estão unidos ao Bispo de Roma pelo vínculo da comunhão episcopal (*cum Petro*) e, ao mesmo tempo, estão hierarquicamente sujeitos a ele como Cabeça do Colégio (*sub Petro*)”¹⁴⁷.

Ainda aqui, o Pontífice aponta a função da Hierarquia dos bispos na Igreja Sinodal (já que Igreja e sínodo são sinônimos) como servidores de todo o povo de Deus, aqueles que se abaixam mais ainda, e o papa também nesse conjunto, para servir. A autoridade da hierarquia e dos pastores e do serviço e o poder é o da cruz.

Nessa Igreja Sinodal, o evento “Sínodo dos Bispos” para Francisco é “a manifestação mais evidente dum dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”¹⁴⁸. O primeiro nível da sinodalidade manifesta-se nas Igrejas Particulares e o último na Igreja Universal, passando pelas Províncias e Regiões Eclesiásticas e Conferências episcopais que estariam em segundo nível.

Dentro da Igreja particular, como visto acima ser o primeiro nível de sinodalidade, existem os organismos de comunhão dentro da Igreja Particular, além do Sínodo diocesano, que citando o Código De Direito canônico, o pontífice aponta: o Conselho Presbiteral, o Colégio dos Consultores, o Cabido de Cônegos e o Conselho Pastoral.

No que concerne a ouvir e fazer participar todos da caminhada da Igreja, para os próximos anos, a proposta de Francisco vista claramente nesse discurso e em diversas ações suas, é de descentralizar a Igreja. Com a valorização da celebração dos Sínodos dos Bispos já liderados pelo presente pontífice e das conferências

¹⁴⁶ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁴⁷ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁴⁸ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

episcopais, tem se percebido essa necessária reforma das estruturas da Igreja Universal. Com a escuta dos membros da Igreja, a participação de todos os cristãos nessa caminhada sinodal, a escuta do mundo “pra fora da Igreja” e a visibilidade das suas ações, e aproximação física e pessoal em diversas ocasiões, o Bispo de Roma tem sido testemunha da “sinodalização” da Igreja. A proposta de Francisco não é somente do discurso que comove à comunhão, mas da realização da vida sinodal no cotidiano católico.

Para Francisco, na realização de cada Sínodo sob seu pastoreio na Igreja Universal, acontece esse caminho verdadeiramente sinodal. Daí se percebe que parece ser a dinâmica da Igreja e de seu ministério. Essa caminhada tem que se ver eliminada de preconceito e correria, porque senão a escuta seria prejudicada. Aponta ainda, o pontífice, as implicações ecumênicas dessa caminhada sinodal-fato que será apontado neste trabalho. A escuta é a todos: dentro e fora da Igreja. A Igreja em saída de Francisco é necessariamente da escuta e da caminhada conjunta com os membros da comunidade e do mundo que a rodeia, pois “Uma Igreja Sinodal é como estandarte erguido entre as nações (Is 11,12) num mundo que, apesar de invocar participação, solidariedade e transparência na administração dos assuntos públicos, frequentemente entrega o destino de populações inteiras nas mãos gananciosas”¹⁴⁹.

Francisco não se intimida em pensar, até mesmo a instituição Papado, sob a ótica sinodal, quando propõe uma conversão do papado:

Estou convencido de que, numa Igreja Sinodal, também o exercício do primado petrino poderá receber maior luz. O Papa não está, sozinho, acima da Igreja; mas dentro dela, como batizado entre os batizados e, dentro do Colégio Episcopal, como bispo entre os bispos, chamado simultaneamente- como sucessor do apóstolo Pedro- a guiar a Igreja de Roma que preside no amor a todas as Igrejas¹⁵⁰.

Além desse discurso, em cada Sínodo que teve sua presidência, Francisco salientou aspectos da sinodalidade em discursos de abertura e conclusão dos sínodos. Ver-se-á aqui essa trajetória de Francisco, até a convocação diferente e inovadora do próximo Sínodo dos bispos, o qual contará com a participação mais efetiva das Igrejas locais, a ser realizado em Roma. A Assembleia Geral Ordinária

¹⁴⁹ FRANCISCO, Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos em 17/10/2021.

¹⁵⁰ BALDISSERI, L., Uma reformulação do organismo sinodal.

em outubro de 2022, terá o tema: “Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação e missão”. Entretanto esse será celebrado em três fases entre outubro de 2021 e outubro de 2023, segundo a Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos passando por uma fase diocesana e outra continental, que darão a vida a dois *Instrumentum Laboris* distintos antes da fase definitiva a nível da Igreja Universal.

Em cada um dos Sínodos presididos por Francisco, se vê a disponibilidade em ouvir as Igrejas particulares, à valorização do *Instrumentum Laboris* e às discussões realizadas ao longo das reuniões sinodais. Está menos preocupado com o seu próprio documento, o pontífice, a exortação papal sempre esperada após o Sínodo, do que com as conclusões dos próprios sínodos. Já manifestou por tantas vezes que a experiência rica da reunião sinodal é extremamente necessária para a vida da Igreja. Diz ele: “O resultado do Sínodo não é um documento, estamos cheios de documentos”¹⁵¹ e ainda salientando a humildade daqueles que trabalham nos sínodos para que não caiam na tentação de produzir algo somente para os de fora mas para toda a Igreja, que deve meditar e se reavaliar diante disso, diz: “que este documento aja, e é preciso recitar orações com o documento, estuda-lo, pedir luz... o documento é principalmente para nós, foi o Espírito que realizou tudo isto”¹⁵². Para Francisco, a reunião sinodal da Igreja e os frutos que nos veem após o Sínodo são uma realidade também profunda e espiritual e não devem ser esquecida num documento. A sinodalidade para o Pontífice é realidade vivida.

A sinodalidade para Francisco deve ser vivida dentro e fora da Igreja. Já foi manifestado, que o trabalho de reforma da Igreja em suas estruturas também precisaria da sinodalidade para acontecer. A Cúria Romana e seus dicastérios precisam para Francisco passar por uma verdadeira renovação para que estejam mais a serviço da Igreja e das Igrejas Locais. Ele não deseja que todas as decisões sejam resolvidas em Roma, mas dá espaço e capacidade de decisão às Conferências episcopais. Para Francisco essa descentralização favorece à unidade e constrói uma Igreja que fale às necessidades atuais das pessoas.

Diz Francisco: “O trabalho da Cúria deve ser sinodal: reuniões periódicas dos Chefes dos Dicastérios, presididas pelo Romano Pontífice; audiências regulares previstas dos Chefes dos Dicastérios permitirá encontros mais frequentes e

¹⁵¹ FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

¹⁵² FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

sistemáticos dos diferentes prefeitos com o Papa e reuniões eficazes”¹⁵³. Nota-se que, a tarefa de reformar as estruturas internas com base no diálogo eficaz é de extrema importância para o pontífice. Essa participação de toda a Igreja para Francisco deve ser efetiva. A importância das estruturas diocesanas e das Conferências Episcopais são de extrema necessidade, para por em concreto a vida sinodal da Igreja.

Em entrevista ao Padre Antônio Spadaro, em 19 de agosto de 2013, quando arguido sobre o que Ele pensava sobre os dicastérios romanos ele também disse:

Os dicastérios romanos estão ao serviço do Papa e dos bispos: devem ajudar tanto as Igrejas particulares como as Conferências Episcopais. São mecanismos de ajuda. Nalguns casos, quando não são bem entendidos, correm o risco, pelo contrário, de se tornarem organismos de censura. É impressionante ver as denúncias de falta de ortodoxia que chegam a Roma. Creio que os casos devem ser estudados pelas Conferências Locais, às quais pode chegar uma válida ajuda de Roma. De fato, os casos tratam-se melhor no local. Os dicastérios romanos são mediadores, nem intermediários nem gestores¹⁵⁴.

E ainda sobre a questão do primado e da sinodalidade, vistos numa perspectiva ecumênica não deixa de dizer que: “devemos caminhar juntos: as pessoas, os Bispos e o Papa. A sinodalidade vive-se a vários níveis. Talvez seja tempo de mudar a metodologia do sínodo, porque a atual parece estática”¹⁵⁵ e ainda diz que “o esforço de reflexão comum, vendo o modo como se governava a Igreja nos primeiros séculos, antes da ruptura entre o Oriente e Ocidente, dará frutos a seu tempo. Nas relações ecumênicas isto é importante, não só conhecer-se melhor, mas também reconhecer o que o Espírito semeou nos outros como um dom também para nós”¹⁵⁶.

No que tange à valorização do princípio da colegialidade dos bispos, princípio tão importante nas reuniões conciliares, Francisco se torna alguém que promove esse tema de maneira enfática. Valorizando ao governo dos bispos em suas Igrejas Locais, das Conferências episcopais bem como de outros organismos de diálogo na Igreja, como o próprio CELAM, do qual foi participante ativo, antes do pontificado, Francisco deixa claro que a relação entre Papa e bispos, entre os colégios locais e o

¹⁵³ FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

¹⁵⁴ FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

¹⁵⁵ FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

¹⁵⁶ FRANCISCO, *Instrumentum Laboris* para o Sínodo dos Bispos.

colégio universal, não é somente uma programação na sua eclesiologia, mas uma prática adotada por ele na prática comum¹⁵⁷.

É reconhecida, portanto, a sinodalidade como uma das principais características do ministério de Francisco frente à Igreja. Não é à toa que propõe à próxima reunião sinodal que será realizada em diversos níveis: Local e Universal, a temática sinodal. Com o tema: "Igreja e sinodalidade: comunhão, participação e missão", Francisco quer insistir que a sinodalidade é o caminho da Igreja para os próximos anos.

Segundo o Cardeal Lorenzo Baldisseri:

O Sinodal expressa a subjetividade de todos os batizados: se parte do Batismo, eis porque o Sínodo como tal – na visão de Paulo VI, mas especialmente naquela do Papa Francisco - tem um conceito muito mais amplo da colegialidade. A colegialidade diz respeito a todo o episcopado, o Colégio onde o Papa, como Sucessor de Pedro, é o chefe do Colégio. Mas o que queremos destacar através da sinodalidade, também todos os batizados devem estar envolvidos e são atores, ou seja, não há atores e espectadores como no teatro, mas todos são protagonistas, cada um e, naturalmente, as funções segundo a própria constituição da Igreja¹⁵⁸.

Assim Francisco deseja: a Igreja caminhando em comunhão onde todos são agentes de sinodalidade. Os documentos, encíclicas, exortações e homilias de Francisco mostram um pontífice humilde para a escuta e atento às realidades que o cercam. Por diversas vezes vemos que “os documentos exercitam a colegialidade concreta e institucionalmente na medida em que o papa se refere com extremo cuidado às decisões das conferências episcopais e nacionais, o bispo de Roma se mostra efetivamente sintonizado com os cinco continentes”¹⁵⁹.

Para Francisco é preciso ainda caminhar juntos em todos os âmbitos da sociedade. Na *Fratelli Tutti*, sua Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social, Francisco salienta um aspecto que por diversas vezes já apontou: o diálogo. Para Francisco no verbo dialogar está contido: “aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se, procurar pontos de contato”¹⁶⁰.

O diálogo para Francisco, na *Fratelli Tutti*, é uma construção feita em conjunto e dentro da realidade. Quando se foge em “seus mundos privados” não há

¹⁵⁷ PASSOS, J. D., A Igreja em Saída e a casa comum, Francisco e os desafios de renovação, p. 114.

¹⁵⁸ BALDISSERI, L., A sinodalidade segundo Francisco.

¹⁵⁹ PASSOS, J. D., A Igreja em Saída e a casa comum, Francisco e os desafios de renovação, p. 116.

¹⁶⁰ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 119.

diálogo entre gerações ou culturas para o pontífice, ao passo que sobre o diálogo social autêntico “inclui a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, admitindo a possibilidade de que nele tenha convicções ou interesses legítimos”¹⁶¹.

Na construção desse diálogo, apesar de tantos meios disso acontecer, com o advento das redes sociais e globalização das ideias, Francisco enfatiza que “é necessário verificar, continuamente, que as formas de comunicação atuais nos orientem efetivamente para o encontro generoso, a busca sincera da verdade íntegra, o serviço, a proximidade com os últimos e o compromisso de construir o bem comum”¹⁶².

Por fim, tanto se teria a dizer, sobre um dos pontos mais importantes do ministério de Francisco e sua teologia para a sinodalidade, mas vale a pena ressaltar aqui, que para o pontífice essa questão é também de caráter espiritual. Além do diálogo efetivo que permear as relações eclesiais e com o mundo, não se deve esquecer a ação do Espírito Santo na construção da mentalidade de uma Igreja sinodal.

Francisco, no seu discurso aos bispos do Sínodo da Igreja Greco-Católica Ucraniana, em 2 de setembro de 2019, diz que não se deve perder a relação de sínodo-sinodalidade e Espírito Santo. A caminhada sinodal não é simplesmente fazer uma pesquisa de opiniões ou um inquérito sociológico e nem um Parlamento, para o pontífice. Segundo ele, Sínodo não seria fazer acordos políticos, mas abertura ao Espírito:

Se não houver Espírito Santo, não há Sínodo. Se o Espírito Santo não estiver presente, não há sinodalidade. Na verdade, senão houver Igreja, a identidade da Igreja. e qual é a identidade da Igreja? São Paulo VI disse claramente: a vocação da Igreja é evangelizar, aliás, a sua identidade é evangelizar. Entrai neste Sínodo com este espírito, com o Espírito Santo. Pedi ao Espírito¹⁶³.

Por isso se pode dizer que existe uma espiritualidade sinodal para a Igreja. A caminhada permanente que se faz com o Ressuscitado doador do Espírito Santo é caminhada interior também onde cada um é convencido pelo Paráclito para a vocação da comunhão e da unidade.

¹⁶¹ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 203.

¹⁶² FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 205.

¹⁶³ FRANCISCO, Discurso aos bispos do Sínodo da Igreja Greco-Católica Ucraniana em 2 de setembro de 2019.

3.5

A sinodalidade no Concílio Vaticano II

É sabido por todos que o Concílio Vaticano II foi um concílio eclesiológico, “oferece a alternativa de uma nova eclesiologia, mas que no fundo, volta à eclesiologia tradicional do primeiro milênio da Igreja: uma Igreja não clerical, mas Povo de Deus; não legalista, mas Mistério de comunhão em Cristo; não triunfalista, mas vivificada pelo Espírito”¹⁶⁴.

Na apresentação da Igreja não mais como sociedade perfeita, mas como Povo de Deus, é “antes de tudo, uma comunidade: comunidade eucarística local, comunidade diocesana, comunidade universal governada pelos bispos e presidida pelo bispo de Roma que forma com os bispos uma comunidade colegial”¹⁶⁵.

O Concílio, então quer trazer a ênfase, de que a Igreja é um povo unido pela presença de seu fundador, que se dá em alimento na Eucaristia e que é uma comunidade.

Esta dimensão comunitária é a base de toda a Igreja: família ou Igreja doméstica, comunidade paroquial, comunidade presbiteral, comunidade religiosa, comunidade diocesana, comunidade regional, comunidade universal, uma Igreja comunidade de comunidades e de Igrejas. Por isso as imagens bíblicas que o Vaticano II menciona são comunitárias: redil, vinha, edifício de pedras, cidade, a Jerusalém formada por muitos cidadãos (LG 6), corpo de Cristo formado por muitos membros (LG 7) ¹⁶⁶.

A expressão *sinodalidade* não é encontrada explicitamente nos documentos do Concílio, mas é evidente que todo ele reflete sobre a caminhada conjunta da Igreja.

Sua convocação por João XXIII reflete um esforço de diálogo, escuta e participação de toda a Igreja. sua realização é celebração de tudo isso. Seus documentos são reflexo da concretização de sinodalidade como algo urgente para a Igreja do Séc. XX.

Há uma urgente necessidade de se caminhar em comunhão no interior da Igreja, mas também com uma permanente abertura para o mundo. Assim na constituição apostólica *Humanae Salutis* do Papa João XXIII para a convocação do concílio vaticano II se vê:

¹⁶⁴ CODINA, V., Eclesiologia do Vaticano II, p. 465.

¹⁶⁵ CODINA, V., Eclesiologia do Vaticano II, p. 467.

¹⁶⁶ CODINA, V., Eclesiologia do Vaticano II, p. 467.

Diante deste duplo espetáculo: um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade, nós, desde quando subimos ao supremo pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna. Por este motivo, acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de nosso espírito, julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecumênico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão. A jubilosa repercussão que teve seu anúncio, seguida da participação orante de toda a Igreja e do fervor nos trabalhos de preparação, verdadeiramente encorajador, como também o vivo interesse ou, pelo menos, a atenção respeitosa por parte de não católicos e até de não-cristãos demonstraram, da maneira mais eloquente, como não escapou a ninguém a importância histórica do acontecimento¹⁶⁷.

O Pontífice inaugurador do Concílio ao oferecer os trabalhos para a Igreja e para o mundo, salienta a feliz repercussão de seu anúncio para os católicos e não católicos. Isto é inovador na História dos concílios, pois se antes a Igreja tinha a necessidade de reunir seus pastores para dizer algo sobre o mundo, seus próprios dogmas, reafirmar sua fé e garantir sua fé, agora está aberta ao diálogo e “à possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna”. Aqui se coloca como ajudadora e não legisladora sobre os problemas atuais.

É de especial percepção, no que tange ao tema do mundo que recebe os efeitos do Concílio, notar que:

Ao mundo, enfim, perplexo, confuso, ansioso sob a contínua ameaça de novos e assustadores conflitos, o próximo concílio é chamado a oferecer uma possibilidade de suscitar, em todos os homens de boa vontade, pensamentos e propósitos de paz: paz que pode e deve vir sobretudo das realidades espirituais e sobrenaturais da inteligência e da consciência humana, iluminadas e guiadas por Deus, criador e redentor da humanidade¹⁶⁸.

João XXIII já sinaliza a toda a humanidade de seu tempo, aos homens de boa vontade, que essa reunião conciliar oferecerá pensamentos e propósitos de paz. Não há aqui uma exclusão do diálogo com as esferas fora da Igreja. É quase um convite para que todos recebam dos frutos do que o concílio traria. O mundo é chamado para participar ativamente do que surgiria. De fato, os ventos do concílio sopraram

¹⁶⁷ JOÃO XXIII, *Humanae Salutis*, 6.

¹⁶⁸ JOÃO XXIII, *Humanae Salutis*, 9.

para uma Igreja aberta às realidades humanas, a responder o que a humanidade tanto esperava.

No discurso de conclusão dos trabalhos do Concílio, agora feito por Paulo VI, se vê nítida abertura às realidades para as quais a Igreja é chamada a anunciar o evangelho. Se em primeiro lugar a reunião conciliar quis falar sobre as questões de fé e animar a Igreja a viver a comunhão, agora a Igreja deseja ouvir o mundo e caminhar ao lado dele. Não há mais a demonização do mundo, mas uma aproximação dele:

Mas não é lícito omitir algo que é da maior importância quando examinarmos o significado religioso deste Concílio: isto teve ele a peito perscrutar o mundo deste nosso tempo. Nunca talvez como no tempo deste Concílio a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar retamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo fato de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio¹⁶⁹.

Paulo VI diz que o Concílio quis de fato se aproximar das realidades que outrora não se “avizinhava” para se transmitir a fé evangélica. Não se tem por objetivo lançar mão do relativismo ou de qualquer doutrina contrária à católica, mas atingir a sociedade humana e não mais fugir dela. O testemunho de comunhão que o concílio se propõe é para dentro e fora da Igreja. Não se deve sair de nossa atenção e olhares que vivemos numa sociedade pluralista onde se oferece “uma oferta múltipla de visões da realidade e padrões de comportamento ao contrário do que se dava no passado, quando devia se submeter aos quadros socioculturais legados por seus antecessores”¹⁷⁰. Também é uma sociedade de diálogo e de consenso onde a participação nas decisões sobre o mundo passa por todos. Se o mundo antes poderia aceitar as proposições sem grandes questionamentos, agora clama por participação nas decisões.

Daí o Concílio, com a proposta do diálogo e da comunhão, ser tão necessário para o modo da Igreja viver no mundo e trazer relevância na contemporaneidade.

Porém, o que se percebe é que há ainda um longo caminho a percorrer para de fato se viver em toda a Igreja a unidade e comunhão desejadas pelo Concílio. A

¹⁶⁹ PAULO VI, Discurso na última Sessão Pública do Concílio Vaticano II.

¹⁷⁰ MIRANDA, M. F., Igreja Local.

Comissão Teológica Internacional no Documento *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja* assim expressa:

A eclesiologia do povo de Deus sublinha, de fato, a comum dignidade e missão de todos os batizados no exercício da multiforme e ordenada riqueza dos seus carismas, das suas vocações, dos seus ministérios. O conceito de comunhão exprime, nesse contexto, a substância profunda do mistério e da missão da Igreja, que tem na reunião eucarística a sua fonte e o seu cume¹⁷¹.

E ainda diz que “a sinodalidade indica o específico *modus vivendi et operandi* da Igreja povo de Deus que manifesta e realiza concretamente o ser comunhão no caminhar juntos”¹⁷². Essa caminhada conjunta conciliar não era somente para a Igreja Católica, mas para toda a sociedade e para as outras religiões. Não se podia mais pensar a Igreja somente para dentro de si, mas agora como instrumento de Cristo para o mundo.

3.6

O esforço sinodal na caminhada da Igreja da América Latina de Puebla à Aparecida

Atendendo ao sopro do Espírito do Concílio, a Igreja da América Latina já nos anos seguintes ao evento quis viver a sinodalidade na sua vida eclesial. São muitos os movimentos de aproximação e caminhada conjunta na Igreja do continente.

Já no fim da década de 60 se realiza a celebração da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em 68, convocada pelo próprio Paulo VI. O tema dessa conferência já ali era: “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. O próprio pontífice esteve presente na inauguração da Conferência, em 24 de agosto de 1968, onde sublinhou que os prelados deveriam ter “a missão de favorecer todo honesto esforço para promover a renovação e a elevação dos pobres e que não deveriam ser solidários com sistemas e estruturas que cobrem e favorecem graves e opressoras desigualdades entre as classes e os cidadãos de um mesmo país”¹⁷³.

¹⁷¹ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, p. 13.

¹⁷² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, p.14.

¹⁷³ <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-08/papa-paulo-vi-colombia-50-anos-primeiro-pontifice-america.html>. Acessado em 25 de maio de 2021.

Esta Conferência foi um verdadeiro evento de sinodalidade, na esteira da eclesiologia de comunhão do concílio, agora trazido à realidade desse continente. Grande foi a participação: 86 bispos, 45 arcebispos, 6 cardeais, 70 sacerdotes e religiosos, 6 religiosas, 19 leigos e 9 observadores não católicos. A sinodalidade é expressa não somente pelas decisões ou textos aprovados ao final de cada Conferência, mas a própria realização como reunião de diferentes pessoas de diferentes nações e diferentes culturas para discernir sobre a realidade do continente, é testemunho de comunhão.

Nas propostas do documento de Medellin se vê um incentivo real e claro à pastoral de conjunto, à comunhão e à catolicidade da Igreja. No documento 15 se vê:

Com efeito, a Igreja antes de tudo é um mistério de comunhão católica, pois, no seio de sua comunidade visível, pela vocação da Palavra de Deus e pela graça de seus sacramentos, particularmente da Eucaristia, todos os homens podem participar fraternalmente da comum dignidade de filhos de Deus (LG 32), e todos também compartilhar a responsabilidade e o trabalho para realizar a missão comum de dar testemunho do Deus que os salvou¹⁷⁴.

Está claro neste trecho da Conferência, que a comunhão é sinal de sinodalidade. Os homens e mulheres que vivem a graça de compartilhar a responsabilidade e o trabalho entendem que não se pode caminhar sozinhos. A vida das comunidades é vida conjunta.

A seguinte Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla¹⁷⁵(1979), também pode ser considerada um forte testemunho de sinodalidade do povo desse continente. Essa reunião Latino- Americana foi marcada por forte participação: 364 pessoas, 21 cardeais, 66 arcebispos, 131 bispos, 80 padres, 16 religiosos, 33 leigos, cinco observadores não católicos, 4 diáconos permanentes, 4 camponeses e 4 indígenas.

Inicialmente convocada pelo Papa Paulo VI, mas por ocasião de sua morte no ano anterior, foi aberta pelo seu sucessor João Paulo II. Ainda na esteira do Concílio Vaticano II e animados pela Exortação Apostólica de Paulo VI *Evangelii Nuntiandi*,

¹⁷⁴ PANAZZOLO, J., Igreja, comunhão, participação, missão, p. 110.

¹⁷⁵ O evento seria realizado entre os dias 12 e 18 de outubro de 1978, no entanto, com o falecimento de Paulo VI em 6 de agosto desse ano e o breve papado de João Paulo I, foi adiado para o seguinte ano, futuro pontificado de João Paulo II. O contexto dessa reunião foi marcado pelos precedentes Sínodo dos Bispos (sobre a Evangelização em 1974 e sobre a catequese em 1977), por Paulo VI com a *Evangelii nuntiandi* e pelo Concílio Vaticano II e pelo discurso de João Paulo II.

os bispos reuniram-se sob o tema: “O presente e o futuro da evangelização da América Latina”.

Em seu discurso inaugural da Conferência, 28 de Janeiro de 1979, João Paulo II salienta o caráter da reunião de comunhão que se converteu a conferência: “É um grande consolo para o pastor universal constatar que vos congregais aqui não como um simpósio de peritos, não como um parlamento de políticos, não como um congresso de cientistas ou técnicos, por mais importantes que possam ser estas reuniões, mas como um fraterno encontro de pastores da Igreja”¹⁷⁶.

A sinodalidade é evidenciada nesse documento final, segundo o binômio “comunhão e participação”. Como expressado no capítulo anterior apresentando a paróquia, tão explicitado em todo o texto, “mediante o qual todo o povo de Deus é convocado a viver a comunhão em Cristo nas suas comunidades de fé e participar da missão universal da Igreja, cada um a seu modo e com seu carisma próprio”¹⁷⁷, expressa o Cardeal Odilo Scherer refletindo sobre os frutos dessa reunião de sinodalidade.

O texto, em sua terceira parte, *A Evangelização na Igreja da América Latina*, após ter explicitado os centros, os meios e os agentes de comunhão e participação, aborda exatamente sobre o diálogo para a realização dessa tarefa (capítulo IV). Após salientar os pontos de relevância do pluralismo religioso do continente e a necessidade do diálogo ecumênico e inter-religioso o texto diz:

A mesma palavra proclamada pela Igreja, pretende outrossim entrar num fecundo intercambio de manifestações religiosas e culturais que caracterizam o nosso hodierno mundo pluralista. Isto é o diálogo, que sempre tem um caráter de testemunho, dentro do máximo respeito à pessoa e à identidade do interlocutor. O diálogo tem suas exigências de lealdade e integridade da parte de ambos os interlocutores¹⁷⁸.

Puebla está contribuindo no contexto do diálogo com outras religiões, mas também para dentro da própria Igreja com a questão do diálogo honesto com aquele que ouve¹⁷⁹.

¹⁷⁶ <https://diopuava.org.br/?id=4367>. Acessado em 20 de maio de 2021.

¹⁷⁷ <https://www.cnbb.org.br/sinodalidade-da-igreja/>. Acessado em 24 de maio de 2021.

¹⁷⁸ http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acessado em 23 de maio de 2021.

¹⁷⁹ Interessante salientar que “a eficácia e a eficiência da evangelização estão vinculadas à capacidade que a Igreja tem de se inserir no contexto do receptor da sua mensagem. Se o Espírito Santo é o agente da evangelização, o momento histórico, com toda as suas circunstâncias, é o seu elemento catalisador”.

As Conferências do Episcopado latino-americano caracterizam-se por uma percepção da Igreja de ouvir o clamor dos pobres, marginalizados e excluídos da sociedade que vivemos. O diálogo aberto e honesto, no serviço da escuta foram sempre as marcas emblemáticas das Conferências.

Segundo muitos teólogos do continente, as Conferências que se seguiram foram necessárias para dar “a cara do latino-americano” às proposições conciliares. Na perspectiva comunitária e também social se vê em Brighenti:

No imediato pós-concílio, a Igreja na América Latina, ao fazer uma “recepção criativo Vaticano II (cf. GUTIÉRREZ, 1987), p. 213-237), forjou um novo modelo de ação, que poderíamos denominar com Puebla de “pastoral de comunhão e participação”, apoiada na autocompreensão da Igreja como “eclesiogênese”. O que o concílio representa para o mundo, o evento “Medellín” significa para a Igreja na América Latina, na medida em que se propôs aterrissar as instituições e eixos fundamentais do Vaticano II em nosso próprio contexto, periférico e empobrecido¹⁸⁰.

Nesse contexto, ainda se pode dizer segundo o mesmo autor, que “o mistério de comunhão do Vaticano II (LG 13) é vislumbrado no subcontinente enquanto corresponsabilidade de todos, numa Igreja toda ela ministerial”¹⁸¹ e que a “a vida em comunidade é vista como possível somente em pequenas comunidades, de tamanho humano, vivências e de base”¹⁸² só assim é possível se falar em comunidade paroquial pois se está pensando em uma comunidade possível e concreta.

A realização das Conferências do continente latino-americano já sinaliza para nós uma forte caminhada conjunta. É de se evidenciar, que cada país e nação tem uma caminhada própria de sua história, mas a caminhada sinodal permanente, com a instância do CELAM mostra a permanente preocupação de não se caminhar mais separados. A catolicidade da Igreja Universal, respeitando a liderança de cada bispo em sua Igreja Local, é ampliada quando os bispos se reúnem em suas conferências episcopais nacionais, mas também continentais.

A seguinte conferência, A IV Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, realizou-se em Santo Domingo (República Dominicana) de 12 a 28 de outubro de 1992, ainda no pontificado de João Paulo II tão marcado pela unidade e pela visibilidade da Igreja para o mundo. No discurso de inauguração, celebrando

¹⁸⁰ BRIGHENTI, A., Teologia Pastoral, p. 133.

¹⁸¹ BRIGHENTI, A., Teologia Pastoral, p. 136.

¹⁸² BRIGHENTI, A., Teologia Pastoral, p. 136.

os 500 anos de chegada do Evangelho nas terras da América, salienta o Papa “que nas suas deliberações e conclusões, esta Conferência deverá saber conjugar os três elementos doutrinários e pastorais, que constituem como as três coordenadas da nova evangelização: Cristologia, Ecclesiologia e Antropologia”¹⁸³. Enfatizando a necessidade de uma Nova Evangelização vemos ainda nesse mesmo discurso: “Não é a cultura a medida do Evangelho, mas Jesus Cristo é a medida de toda a cultura e de toda obra humana. Não, a nova evangelização não nasce do desejo de “agradar aos homens” ou de “procurar o seu favor” (Gl 1,10), mas da responsabilidade pelo dom que Deus nos fez em Cristo”¹⁸⁴.

O pontífice já havia sinalizado na *Redemptor Hominis*, sua Carta Encíclica de 1979, início do ministério pontifício, percebendo a evolução do pensamento sobre o homem e sobre o mundo, que a Igreja precisava necessariamente se adaptar a esse quadro aos sinais dos tempos, e colaborar assim trazendo uma Nova Evangelização.

Diz João Paulo II na mesma encíclica que “O homem de hoje parece estar sempre ameaçado por aquilo mesmo que produz; ou seja, pelo resultado do trabalho das suas mãos e, ainda mais, pelo resultado do trabalho da sua inteligência e das tendências da sua vontade”¹⁸⁵. E ainda que “este estado de ameaça contra o homem, da parte dos seus mesmos produtos, tem várias direções e vários graus de intensidade, (...) assim o progresso da técnica e o desenvolvimento da civilização do nosso tempo, que é marcado, aliás, pelo predomínio da técnica, exige um proporcional desenvolvimento também da vida moral e ética”¹⁸⁶.

Pode-se perceber que “Santo Domingo, em continuidade com Medellín e Puebla, significou um novo passo. Se em Medellín a palavra-chave era *libertação*, em Puebla, *comunhão e participação*, em Santo Domingo era *enculturação*”¹⁸⁷.

Santo Domingo dá atenção especial à *promoção humana* — e isto a pedido do próprio Papa João Paulo II —, devido à necessidade de todos se sentirem e agirem como “*gente*”. Para essa Conferência, a vivência da *cidadania* é requisito para uma efetiva comunhão e participação libertadora¹⁸⁸. E, para que haja uma autêntica promoção humana, é preciso ter em conta *as diferentes culturas* presentes

¹⁸³ JOÃO PAULO II, Discurso de abertura da Conferência de Santo Domingo.

¹⁸⁴ JOÃO PAULO II, Discurso de abertura da Conferência de Santo Domingo.

¹⁸⁵ JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*.

¹⁸⁶ JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*.

¹⁸⁷ CELAM, Documento de Santo Domingo.

¹⁸⁸ CELAM, Documento de Santo Domingo.

na América Latina e no Caribe — nessa conferência se começou a marcar, junto com a América Latina, o Caribe. Nas diferentes culturas latino-americanas e caribenhas percebe-se a imposição de uma *nova* cultura. É a cultura presente nos meios de comunicação social, na mentalidade fortemente reinante no espírito urbano-industrial, e que perpassa todas as camadas da sociedade. Tal cultura não é fácil de definir, mas caracteriza-se por um espírito técnico-científico. É um espírito perpassado de uma mentalidade *científica, matemática*, que valoriza cada vez mais a técnica do que o homem em sua vida ética e moral. Daí a necessidade do pontificado de João Paulo II para conduzir essa época de grandes transformações sociais.

Vale ressaltar também, o contexto eclesial percebido na época da preparação da presente Conferência: “houve uma diminuição na participação, afetando sua recepção e impacto na vida da Igreja. Pela variedade de interpretações que suscita, a ocasião do Quinto Centenário provocou reações contrastantes em setores eclesiais bem definidos”¹⁸⁹. Também se viu que a “nova evangelização” foi lida, em não poucos ambientes eclesiais, em termos ideológicos, como respaldo do catolicismo romano à atitude colonizadora com os povos ameríndios”¹⁹⁰ e “a vitalidade das Comunidades Eclesiais de Base, resultado da integração e participação social, foi progressivamente desfocada por outras instâncias, abertas com o incipiente processo de redemocratização da maioria dos países do continente”¹⁹¹.

Além das questões apresentadas acima, no que concerne à questão eclesiológica, a presente Conferência deu relevância a questão da nova evangelização, ao protagonismo dos leigos, a questão das paróquias como lugares apropriados para a realização de tudo isso, o reforço às comunidades de base.

Vê-se que, até aqui, essas Conferências foram celebrações de sinodalidade na reunião de diversas pessoas para pensar a realidade da Igreja e do mundo. A ênfase dada em Santo Domingo à Nova Evangelização, à Promoção Humana e enculturação mostra um passo largo de diálogo entre os católicos e com a sociedade. Com a necessária ampliação do diálogo com as realidades variadas humanas não se escapa à revisão das estruturas antigas e necessária renovação permanente delas. A

¹⁸⁹ <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acessado em 2 de junho de 2021.

¹⁹⁰ <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acessado em 2 de junho de 2021.

¹⁹¹ <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acessado em 2 de junho de 2021.

Igreja que caminha, até então para o fim do segundo milênio, se prepara para avançar na construção de estruturas justas a partir de Cristo.

Já a caminhada da seguinte Conferência de Aparecida, em 2007, como também se viu no Capítulo anterior aponta forte traços sinodais. Percebe-se que Aparecida, no entanto, abriu horizontes muito mais amplos do que somente resgatar ou rejeitar em relação à caminhada anterior do povo latino-americano: “Aparecida mostrou que a desafiadora realidade carregava consigo elementos novos, não considerados pelas Conferências anteriores porque, na época das mesmas, tais elementos não tinham ainda adquirido a força de que se revestiram no final do século XX e no início do século XXI”¹⁹². Se percebe claramente que: “Não sendo fatores de surgimento abrupto, eis que gerados lentamente no século passado, estes fatores, porém, se tornaram agudos exatamente no período da história do continente sobre o qual Aparecida deteve o seu olhar”¹⁹³.

A reunião dos bispos e do povo de Deus reunidos após o discurso de Bento XVI, além das perspectivas da paróquia como lugar de realização da vida dos discípulos missionários, que se veem em missão no mundo, podemos perceber não se pode pensar na caminhada pós Aparecida sem a questão da sinodalidade.

Em todo o Documento se vê a Igreja em saída que participa da comunhão com Deus, é enraizada pela vida eucarística, mas sai para dialogar com o mundo. A paróquia aqui é vista como rede de comunidades, onde a descentralização da paróquia permite chegar em tantos, que a visão anterior reduzida não chegava.

A realidade pastoral paroquial do Continente Latino-americano foi fortemente marcada pela participação dos fiéis no cotidiano das comunidades. Agora, Aparecida está propondo a esses discípulos que saiam em missão, que possam espalhar a todos os lugares o que se propunha a viver nas comunidades.

Aparecida foi sinal profético de levante para as comunidades que se viam como obsoletas e escassas. As comunidades são chamadas a levar a alegria de Cristo a todos em missão:

Desejamos que a alegria que recebemos no encontro com Jesus Cristo, a quem reconhecemos como o Filho de Deus encarnado e redentor, chegue a todos os homens e mulheres feridos pelas adversidades; desejamos que a alegria da Boa Nova do reino de Deus, de Jesus Cristo vencedor do pecado e da morte, chegue a todos quantos jazem à beira do caminho, pedindo esmola e compaixão. Anunciamos a

¹⁹² AMADO, J. P., O Documento de Aparecida e sua proposta para toda a Igreja, p. 65-90.

¹⁹³ AMADO, J. P., O Documento de Aparecida e sua proposta para toda a Igreja, p. 65-90.

nossos povos que Deus nos ama, que sua existência não é ameaça para o homem, que ele está perto com o poder salvador e libertador de seu Reino, que ele nos acompanha na tribulação, que alenta incessantemente nossa esperança em meio a todas as provas¹⁹⁴.

A missão vista em Aparecida, portanto, fala de um Deus próximo à humanidade. Essa proximidade se faz através de cada discípulo-missionário que vai até às realidades mais profundas da vida humana anunciar o amor de Deus. A Igreja sinodal é claramente vista e refletida na saída em missão de cada membro da comunidade cristã. O Deus que deseja caminhar com seu povo, o faz através dos membros ativos e alegres da Igreja. Por sua vez os discípulos missionários de Aparecida se aproximam do mundo com a atitude de humilde escuta e diálogo.

Interessante pontuar o “balanço” da Conferência de Aparecida a partir da questão da colegialidade feita por Libânio:

O fato da realização da conferência merece, por si só, registro positivo. Exprime, em momento de surto neoconservador e centralizador, gesto colegial e de autonomia do episcopado da América Latina e do Caribe. Houve limites na colegialidade em virtude das intervenções diretas e estatutárias de Roma: convocação, indicação do tema, nomeação da presidência, aprovação dos membros, discurso norteador e aprovação final. Mesmo assim, os bispos se reuniram, discutiram, ouviram uns aos outros, sentiram o pulso do continente. A conferência, em termos de colegialidade, vai além do sínodo, que só tem aspecto consultivo e deixa ao papa a redação da exortação apostólica pós-sinodal. Aqui existe um documento da lavra dos participantes da assembleia, como fruto da sua experiência pastoral e teológica¹⁹⁵.

Portanto, se vê traços nítidos em Aparecida pelas palavras acima da Igreja Sinodal que faz ouvir todos os seus agentes. A sinodalidade é a vida pastoral, mas também o diálogo teológico e celebrativo das reuniões que acontecem em vários âmbitos da Igreja, aqui se mostra refletida na realidade do nosso continente.

3.7

As conferências episcopais nacionais. Lugares de comunhão e sinodalidade

Ao falar da sinodalidade como caminhar juntos, se faz necessário dizer sobre o evento das Conferências Episcopais, lugares onde os bispos conseguem no diálogo sobre a realidade local estabelecer padrões e planos de ações conjuntos acerca de uma realidade próxima. Apesar de cada realidade diocesana ser peculiar

¹⁹⁴ CELAM, Documento de Aparecida, 29-30.

¹⁹⁵ LIBÂNIO, J. B., Conferência de Aparecida. Revista Vida Pastoral.

e específica. Também nas províncias, estados ou regiões, dependendo de como se é dividido em cada nação, os bispos daquele país reúnem-se para ouvir e discutir sobre a realidade que assolam o país: realidades sociais, doutrinárias, pastorais, litúrgicas etc. Sempre em consonância com o Papa, as Conferências avançam nas discussões e partilhas, apresentando soluções ou diagnósticos que contribuem até mesmo para a Igreja de todo o mundo.

Em primeiro lugar, a Conferência expressa a comunhão entre os bispos da localidade segundo vontade do Senhor Jesus que deseja a unidade. São modelos de comunhão para o povo de Deus quando estão unidos entre si e entre seu presbitério.

Segundo a *Lumen Gentium* a unidade entre os bispos se expressa pela colegialidade (n. 22).

Assim como, por instituição do Senhor, S. Pedro e os restantes Apóstolos formam um colégio apostólico, assim de igual modo estão unidos entre si o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos. A natureza colegial da ordem episcopal, claramente comprovada pelos Concílios ecumênicos celebrados no decurso dos séculos, manifesta-se já na disciplina primitiva, segundo a qual os Bispos de todo o orbe comunicavam entre si e com o Bispo de Roma no vínculo da unidade, da caridade e da paz (59); e também na reunião de Concílios (60), nos quais se decidiram em comum coisas importantes (61), depois de ponderada a decisão pelo parecer de muitos (62); o mesmo é claramente demonstrado pelos Concílios Ecumênicos, celebrados no decurso dos séculos. E o uso já muito antigo de chamar vários Bispos a participarem na elevação do novo eleito ao ministério do sumo sacerdócio insinua-a já também. É, pois, em virtude da sagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio que alguém é constituído membro do corpo episcopal¹⁹⁶.

Portanto, o ministério episcopal traz em si a necessidade de demonstrar para a Igreja e para o mundo a sua unidade. Pensar na divisão do colégio episcopal é pensar na divisão da Igreja. Quando unidos refletem a unidade de Cristo e da sua Igreja.

Todo bispo além de seu ministério frente à uma Igreja particular, como membro de um mesmo colégio episcopal deve zelar por toda a Igreja.

Todos os Bispos devem, com efeito, promover e defender a unidade da fé e disciplina comum a toda a Igreja; formar os fiéis no amor pelo Corpo místico de Cristo, principalmente pelos membros pobres, sofredores e que padecem perseguição por amor da justiça (cfr. Mt. 5,0); devem, finalmente, promover todas as atividades que são comuns a toda a Igreja, sobretudo para que a fé se difunda e a luz da verdade total nasça para todos os homens. Aliás, é certo que, governando bem a própria

¹⁹⁶ LOPES, G., *Lumen Gentium*, texto e comentário, p. 79-81.

igreja, como porção da Igreja universal, concorrem eficazmente para o bem de todo o Corpo místico, que é também o corpo das igrejas (n. 23) ¹⁹⁷.

No seu tríplice múnus de ensinar, reger e santificar, os bispos refletem a imagem de Cristo e de sua Igreja. Não somente para a manutenção de suas igrejas mas para expressar a catolicidade da fé, eles também manifestam no seu pastoreio a unidade do único Pastor, Jesus. Seu presbitério é da Igreja Católica.

Já a Conferência Episcopal será mais ainda uma expressão de unidade e sinodalidade, pois supõe uma abertura das Igrejas Locais à partilha de suas experiências e vida. Os encontros com os bispos de diversas regiões episcopais, dos presbíteros, dos leigos agentes de pastorais expressam essa caminhada conjunta.

No que tange ao período pós-conciliar, o teólogo França Miranda analisa dizendo que houve um esforço de sinalizar a comunhão das Igrejas e relevância do episcopado local e de cada país, pois isso demonstra cada vez mais a Igreja espalhada no mundo todo, sua catolicidade nas decisões da Igreja:

Apesar das dificuldades de cunho teológico nos anos que se seguiram ao Concílio, houve na prática uma clara revalorização do episcopado no seio da Igreja. Poderíamos enumerar alguns fatos, como Sínodo dos Bispos junto ao Papa, as Conferências Episcopais tornadas obrigatórias, a recomendação de encontros supranacionais de Conferências Episcopais à semelhança do CELAM e certa internacionalização da cúria Romana¹⁹⁸.

Mas em seguida, o mesmo autor salienta que nos tempos mais recentes, cada vez se percebeu, em contrapartida, uma necessidade de enquadramento do episcopado e das Igrejas Locais. Se a proposta conciliar foi de relevância e autonomia, ainda existe um longo caminho a ser percorrido: “a centralização observada nestes últimos anos desemboca numa noção de catolicidade ou de universalidade que não é própria da Igreja de Cristo, pois esta, enquanto comunidade de fiéis, deve respeitar as características socioculturais onde vivem os mesmos”¹⁹⁹.

As Conferências Episcopais, portanto, manifestam a unidade da Igreja em sua variedade e pluralidade. Manifestam elas uma sinodalidade ativa e saudável, onde as diferenças são pontes e não mais dificuldades em entender os processos alheios.

¹⁹⁷ LOPES, G., *Lumen Gentium*, texto e comentário, p. 83-84.

¹⁹⁸ MIRANDA, M. F., Uma Igreja em processo de renovação, Concílio Vaticano II, p. 378.

¹⁹⁹ MIRANDA, M. F., Uma Igreja em processo de renovação, Concílio Vaticano II, p. 380.

Ainda no Concílio se vê, no Decreto *Christus Dominus*, em seu número 38, sobre o ministério dos bispos, a respeito das Conferências Episcopais, quando apresenta então a noção, a estrutura, a competência e cooperação desses organismos:

- 1) Conferência episcopal é uma espécie de assembleia em que os Bispos duma nação ou território exercem juntos o seu múnus pastoral, para conseguirem, por formas e métodos de apostolado conformes às circunstâncias do tempo, aquele bem maior que a Igreja oferece aos homens.
- 2) A Conferência episcopal pertencem todos os Ordinários de lugar de qualquer rito, com excepção dos Vigários Gerais, os Bispos Coadjuutores, Auxiliares e outros que desempenham um cargo especial confiado pela Sé Apostólica ou pelas Conferências episcopais. Os restantes Bispos titulares, e também os Núncios do Romano Pontífice, só por causa do cargo que desempenham no território, não. são, de direito, membros da Conferência. O voto deliberativo pertence aos Ordinários de lugar e aos Coadjuutores. Aos Auxiliares e outros Bispos, que têm o direito de tomar parte na Conferência, os estatutos desta atribuirão voto deliberativo ou só consultivo.
- 3) Cada Conferência episcopal redige os próprios estatutos, que serão revistos pela Sé Apostólica. Neles, hão-de constar, além doutros meios em vista, os organismos de maior importância para a consecução do fim proposto, como são, por exemplo; o Conselho permanente dos Bispos, às Comissões episcopais e o Secretariado geral.
- 4) As decisões da Conferência episcopal, que forem legitimamente aprovadas com a maioria de pelo menos dois terços dos votos dos Prelados que fazem parte da Conferência com voto deliberativo, e revistas pela Sé Apostólica, tenham força para obrigar juridicamente nos casos em que o direito comum o prescrever ou uma ordem particular da Sé Apostólica, dada espontaneamente ou pedida pela mesma Conferência, o estabelecer.
- 5) Onde circunstâncias especiais o requeiram, poderão os Bispos de várias nações, com a aprovação da Sé Apostólica, constituir uma só Conferência. Favoreçam-se também relações entre as Conferências episcopais de nações diversas, para promover e defender um bem maior.
- 6) Recomenda-se encarecidamente aos Prelados das Igrejas orientais que, ao promoverem a disciplina da própria igreja nos Sínodos e ao fomentarem as actividades para bem da religião, tenham também em vista o bem comum do território todo onde se encontram várias igrejas de ritos diversos, e troquem também impressões em reuniões inter-rituais, segundo as normas que a autoridade competente vier a estabelecer²⁰⁰.

Essas características, acima salientadas pelo texto conciliar, nos mostram comunhão e participação dos bispos entre si na instituição das conferências. Nesse processo atual, de reinterpretar os textos do concílio e aplica-los na vida pastoral, não se pode esquecer, segundo Miranda, que “se por um lado, as transformações socioculturais em âmbito globalizado reforçam a necessidade de um primado forte,

²⁰⁰ CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, *Christus Dominus*, 38.

por outro, a diversidade de contextos e desafios socioculturais, pede uma maior participação das Igrejas Locais”²⁰¹.

3.8

Considerações conclusivas

Esta parte do presente trabalho teve como missão apresentar aspectos da sinodalidade na vida e missão da Igreja. Esse tem sido também o empenho do atual pontífice, mas não se faz senão com uma tradição de sinodalidade sobretudo na esteira do Concílio Vaticano II. O retorno às fontes chegou à caminhada comunitária e fraterna da Igreja viva nas comunidades. A renovação paroquial, que se verá na próxima seção, passa por uma retomada das fontes de sinodalidade vistas até aqui.

A Gênese da Igreja a partir de Cristo e de seu Espírito tratam de Unidade e missão, realizadas na caminhada dos discípulos de Jesus. O Reino de Deus é manifestado na vida da Igreja que testemunha para o mundo sua fé de comunhão e amor: “A renovação sinodal da Igreja passa sem dúvida pela revitalização das estruturas sinodais, mas se exprime antes de tudo na resposta gratuita ao chamado de Deus a viver como seu povo que caminha na história em direção ao cumprimento do Reino”²⁰².

²⁰¹ MIRANDA, M. F., Uma Igreja em processo de renovação, p. 383.

²⁰² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 65.

4

A paróquia e a sinodalidade. O caminhar-juntos como missão da comunidade paroquial

No presente capítulo se caminhará mais avante, no que concerne perceber a paróquia como lugar de realização da sinodalidade. Além de todas as estruturas da Igreja, que devem ser lugar de caminhada conjunta, onde todos os fiéis encontram apoio, acolhida e lugar de conversão, a Igreja Local e a paróquia, como expressão viva da Igreja próxima, aos fiéis podem ser lugares de formação de uma nova cultura, que segundo Francisco, sejam lugares de encontro.

“A dimensão sinodal da Igreja deve ser expressada por meio da aplicação e do governo de processos de participação e de discernimento capazes de manifestar o dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”²⁰³. Assim as realidades paroquiais, que não são as únicas na vida da Igreja, podem ser de aplicação da comunhão e do serviço mútuo.

Ver-se-á também aqui alguns dos agentes dessa sinodalidade na proximidade às pessoas: o pároco e os agentes leigos. Esses são essenciais para a construção de uma nova cultura, da escuta, da partilha e da solidariedade.

Se existe uma vocação intrínseca ao batismo à sinodalidade, deve-se aplicar isso no cotidiano dos fiéis e da paróquia. Como as pastorais e movimentos que já existem numa paróquia poderiam colaborar para a cultura sinodal? Além dos conselhos econômico e de pastoral, previstos no Código de Direito Canônico, o cotidiano pastoral das comunidades pode ser lugar de vivência dessa nova cultura.

Os sínodos dos bispos, reuniões que acontecem de tempos em tempos por convocação do Sumo Pontífice podem servir de inspiração e exemplo para reuniões diocesanas e locais, paroquiais e comunitárias. Assim parte-se do encontro pessoal, da escuta atenta, da coleta de dados da realidade para se chegar às conclusões de determinadas comunidades.

Não se pode mais pensar na vida pastoral, que supõe dinâmica, sem a participação de agentes diferentes com opiniões diferentes e movidos pelo mesmo Espírito Santo dado no batismo, que lhes inspira o amor e a resolução de problemas e o planejamento da vida conjunta de uma Igreja.

²⁰³ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja. Documentos da Igreja, p. 53.

4.1

A Igreja Local e a Pastoral de Conjunto

Antes de se pensar a sinodalidade, nas perspectivas mais próximas dos fiéis em suas paróquias, e em suas comunidades próximas de sua vida, é necessário se perceber a vida sinodal na primeira instância sinodal, onde se manifesta a sinodalidade: a Igreja Local. A pessoa do Bispo, seu pastoreio e sua pessoa são maravilhosos testemunhos dessa Igreja para nossos próximos tempos, onde o mundo secular urge concordância e fraternidade e também solidariedade.

A Igreja Local ou particular é lugar especial para a construção da mentalidade de uma Igreja sinodal nos nossos dias. Não se pode pensar o caminhar juntos fora da Igreja local. É ali que estão os cristãos todos pastoreados por seu Bispo.

Nessa realidade sinodal, muitas são as manifestações de sinodalidade além da própria pessoa do Bispo: a fraternidade de todo o clero, seu presbitério; as paróquias, capelas, comunidades, Igrejas filiais, as congregações e institutos sediados ali, as novas comunidades e movimentos como expressão do Novo Pentecostes para a Igreja, os organismos de diálogo como Conselho presbiteral, Colégio dos Consultores, reuniões de forâneas ou regiões, Conselho econômico da diocese e Conselho Pastoral.

Também as diversas ações sociais e de caridade daquela Igreja Particular bem como as associações de leigos que permanentemente fixadas na ajuda aos pobres manifestam o caminhar juntos com a sociedade que padece o flagelo da fome e da violência.

Por exemplo da atenção da Igreja Particular atenta aos sinais dos tempos e da necessidade de ver as questões e entender-se como transformadora vemos no 13º plano de Pastoral de Conjunto (2020-2023) da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em sua apresentação:

Nosso Plano de Pastoral consiste em estarmos atentos aos sinais dos tempos, isto é, ao sopro do Espírito em sua Igreja e na sociedade, para que sejamos colaboradores de sua obra santificadora que visa sanar determinadas feridas de nossa cultura. Dentre tantos elementos que influenciam a realidade, há aqueles que ferem a cultura desconfigurando-a do seu sentido positivo²⁰⁴.

²⁰⁴ ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 13º Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese do Rio, p. 7.

E ainda se vê:

Confiantes no dom do Espírito Santo que assiste e age na Igreja, recordemos que o êxito pastoral no que diz respeito à família arquidiocesana, dar-se-á na combinação de quatro importantes fatores: cuidado humano e pastoral (pastores e ovelhas), ação missionária efetiva e unidade de todas as instâncias da Arquidiocese, discernimento dos sinais do tempo e oração com o apoio dos meios colocados diante de nós pela graça de Deus e diálogo integral com todas as pessoas e com o mundo²⁰⁵.

O texto enfatiza a unidade, a caminhada conjunta e diálogo com o mundo. Não se pode portanto, pensar em evangelização diocesana e comunitária com fechamento e preconceitos. Na realidade da Igreja Local é mister promover o diálogo com todos. Bispo com padres e povo de Deus e vice-e-versa. A teologia sinodal é uma vida pastoral e espiritual. Não se pode mais voltar atrás, como nos tem exortado Francisco. Sem escuta e sem caminhada conjunta na realidade diocesana não existe Igreja.

Também na apresentação do Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, o Cardeal Odilo Scherer expressa : “a vida cristã requer a vinculação do fiel à comunidade da igreja, através de laços próprios com uma comunidade eclesial de pertença, que vai da família cristã, comunidade pequena e importante que está na base da Igreja, à paróquia e à diocese”²⁰⁶ e ainda “Nossa Igreja, em São Paulo, é desafiada constantemente a se colocar a serviço da dignidade e da vida plena de todas as pessoas, que pelos trabalhos sociais, para socorrer aos irmãos”²⁰⁷.

Os chamados “Planos de pastorais”, das diversas dioceses, clamam por unidade diocesana e por diálogo. A unidade do Corpo de Cristo é manifestada de maneira luminosa na vida da Igreja Local.

O diálogo coerente e testemunhal, nas áreas da economia e política, sempre visando estabelecer pontes com as instâncias seculares, mantem a Igreja particular como referência nas decisões que as diversas sociedades de nosso tempo têm tomado.

É evidente que a Igreja no mundo sempre será chamada ao testemunho até o martírio, nunca negando as bases de nossa fé católica que nos convida a anunciar a Cristo em todas as circunstâncias, o que se vê em diversos lugares do Brasil e do

²⁰⁵ ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 13º Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese do Rio, p. 9.

²⁰⁶ SCHERER, O., Discurso de apresentação do Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo.

²⁰⁷ SCHERER, O., Discurso de apresentação do Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo.

mundo uma perfeita visibilidade da Igreja como a instituição para o mundo referência em assuntos no que tange à vida e à caridade social.

Então, de fato, o primeiro nível de manifestação dessa profecia da sinodalidade para nossos tempos está na Igreja Local.

Na Igreja Local vemos claramente a sinodalidade pois:

Os vínculos de história, linguagem e cultura, que nela plasam a comunicação interpessoal e as expressões simbólicas, delineiam o seu rosto peculiar, favorecem na sua vida concreta o exercício de um estilo sinodal e constituem a base para uma eficaz conversão missionária. Na Igreja Particular o testemunho cristão se encarna em específicas situações humanas e sociais, permitindo uma incisiva ativação das estruturas sinodais a serviço da missão²⁰⁸.

Na diocese, Igreja Local ou Igreja Particular, recuperada sua teologia mais profunda com o Concílio Vaticano II, se realiza a Igreja de Cristo. É a chegada da Igreja em toda a humanidade. Pensar na centralização da Igreja Católica é negar as origens e o ordenamento do próprio Jesus que enviou a todas as nações da terra seus discípulos.

É preciso aprofundamento da teologia da Igreja Local e suas dimensões, a figura do bispo e seu ministério de comunhão e sinodalidade com o clero e o povo de Deus.

É claro para todos, que um dos maiores legados conciliares foi o resgate da figura do bispo, da importância da Igreja Local e da colegialidade dos bispos que transborda comunhão para toda a Igreja.

“É nela, (na Igreja Local), que acontece a plena e ativa participação de todo o Povo Santo de Deus nas mesmas celebrações litúrgicas, máxime na Eucaristia, numa única oração, junto a um só altar, presidido pelo Bispo, cercado de seu presbitério e ministros”²⁰⁹. E ainda: “nela está presente Cristo, cujo corpo e sangue comungamos, nela os féis se transformam naqu’Ele que recebem, eles congregam a família de Deus numa fraternidade que conduz à unidade”²¹⁰.

Vale destacar aqui nesse trabalho a figura episcopal que em si traz o caráter de unidade e diálogo. Com base na sucessão apostólica, são aqueles que ouviram a história e a tradição, recebem por imposição de mãos esse arcabouço que é maior

²⁰⁸ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja, p. 54.

²⁰⁹ LOPES, G., *Lumen Gentium*, Texto e comentário, p. 27-28.

²¹⁰ LOPES, G., *Lumen Gentium*, Texto e comentário, p. 27-28.

que si e que perdurará depois de si. O bispo é sinal de sinodalidade por sua própria ordenação e ministério.

Não se pode esquecer a importância do Concílio Vaticano II, para uma redescoberta do ministério episcopal na vida da Igreja resgatando o sentido antigo do grau da ordem episcopal, como expressa Walter Kasper:

Ele recorreu à tradição da Igreja Antiga, deixou de definir o ministério episcopal como extensão do ministério sacerdotal e passou a definir o ministério episcopal como plenitude do ministério e o ministério sacerdotal como participação em grau menor na ordo única. Desse modo, ele renovou a compreensão sacramental do ministério episcopal próprio da Igreja Antiga. Ele entendeu o bispo como sucessor dos apóstolos, ao qual é transmitida mediante a ordenação como bispo a plenitude do sacramento da ordem²¹¹.

O Concílio através do Decreto *Christus Dominus* em consonância com a *Lumen Gentium* ainda salienta que “o bispo deve expor a doutrina cristã de modo adequado às exigências da época e permanecer em diálogo com as pessoas, especialmente as que se encontram em situações difíceis, com os cristãos separados”²¹².

Papa Francisco, quando da realização da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, em 2013, exortou aos bispos presentes em uma reunião do CELAM, a voltar ao espírito da Conferência de Aparecida (2007) e à missão continental proposta ali. Ali também salientou, no contexto da renovação interna da Igreja, algumas perguntas aos presentes e a todos os bispos da Igreja a que se preocupem em resolver os problemas com o espírito de discernimento e de escuta para a missão. Diz ele interpelando os bispos propondo atitudes concretas:

Temos como critério habitual o discernimento pastoral, servindo-nos dos Conselhos Diocesanos? Tanto estes como os Conselhos paroquiais de Pastoral e de Assuntos Econômicos são espaços reais para a participação laical na consulta, organização e planejamento pastoral? O bom funcionamento dos Conselhos é determinante. Acho que estamos muito atrasados nisso²¹³.

Acima, Francisco, mesmo no início de seu pontificado, exorta a executar essas ações efetivamente. Já mostra a preocupação sinodal nas dioceses que provem

²¹¹ KASPER, W., A Igreja Católica, essência, realidade e missão, p. 296.

²¹² KASPER, W., A Igreja Católica, essência, realidade e missão, p. 296.

²¹³ FRANCISCO, Discurso aos dirigentes do CELAM, no dia 28 de julho de 2013, no contexto da JMJ Rio2013, em reunião no Centro de Estudos do Sumaré.

inicialmente dos bispos, em realizar esses conselhos de maneira real. Salienta a participação laical na “consulta, organização e planejamento pastoral”. Essa é a proposta do Pastor Universal para com os pastores das dioceses que não tivessem medo de prosseguir com o espírito de Aparecida. Ainda propondo o acompanhamento honesto aos fiéis por parte dos bispos e à abertura a todos ainda pergunta:

Nós, Pastores Bispos e Presbíteros, temos consciência e convicção da missão dos fiéis e lhes damos a liberdade para irem discernindo, de acordo com o seu caminho de discípulos, a missão que o Senhor lhes confia? Apoiamo-los e acompanhamos, superando qualquer tentação de manipulação ou indevida submissão? Estamos sempre abertos para nos deixarmos interpelar pela busca do bem da Igreja e pela sua Missão no mundo? Os agentes de pastoral e os fiéis em geral sentem-se parte da Igreja, identificam-se com ela e aproximam-na dos batizados indiferentes e afastados?²¹⁴.

Portanto, o protagonismo dos membros todos da Igreja depende da abertura que os pastores das Igrejas Locais derem. Não se pode retroceder na execução verdadeira dessa sinodalidade a partir das instâncias locais. Se isso não acontecer por parte do bispo, como as comunidades paroquiais se espelharão? Como o clero diocesano e os diversos membros da comunidade local viverão? Sem um claro e objetivo plano de ação à missão e à comunhão por parte do bispo e seus organismos, a Igreja Local não experimentará a renovação conciliar tão desejada e necessária para o presente século.

Ainda na esteira de Aparecida, Francisco exorta aos bispos da América Latina e Caribe, a vencer algumas tentações que destroem o discipulado que foi proposto ali no binômio: discípulo-missionário. Aqui salientamos a tentação do clericalismo, dentre todas as que ele apresenta.

O clericalismo é também uma tentação muito atual na América Latina. Curiosamente, na maioria dos casos, trata-se de uma cumplicidade pecadora: o pároco clericaliza e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta mais cômodo. O fenômeno do clericalismo explica, em grande parte, a falta de maturidade e de liberdade cristã em parte do laicato da América Latina: ou não cresce (a maioria), ou se comprime sob coberturas de ideologizações como as indicadas, ou ainda em pertenças parciais e limitadas. Em nossas terras, existe uma forma de liberdade laical através de experiências de povo: o católico como povo.

²¹⁴ FRANCISCO, Discurso aos dirigentes do CELAM, no dia 28 de julho de 2013, no contexto da JMJ Rio2013, em reunião no Centro de Estudos do Sumaré.

Aqui vê-se uma maior autonomia, geralmente sadia, que se expressa fundamentalmente na piedade popular²¹⁵.

Esse clericalismo na vida diocesana aborta vocações missionárias e de crescimento na vida pastoral. O bispo precisa rever as ações pastorais diocesanas que deixam de promover carismas e dons novos para o crescimento da Igreja.

Reverendo a *Lumen Gentium*, a constituição sobre a Igreja, quando aborda no número 10 sobre o sacerdócio comum diz que “o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um para o outro; o sacerdócio ministerial organiza e rege o povo sacerdotal”²¹⁶.

É importante rever a maravilhosa “novidade” conciliar apresentada na *Lumen Gentium* 12 no que tange os carismas e dons do povo fiel quando diz “a totalidade dos fiéis, que receberam a unção que vem do Espírito Santo (1Jo 2,20-27), não pode enganar-se na fé, e manifesta esta sua propriedade característica através do sentido sobrenatural da fé do povo inteiro”²¹⁷ e que na aceitação desses carismas “aos que governam a Igreja que pertence julgar da sua genuinidade e da conveniência do seu uso, e cuidar especialmente de não extinguir o Espírito, mas tudo ponderar, e reter o que é bom”²¹⁸.

Além da tarefa de discernir os carismas na vida diocesana e animá-los os bispos por sua própria pessoa e vocação devem ser agentes de comunhão e sinodalidade na vida de sua Igreja Local. Os bispos animam as paróquias com sua proximidade com o clero e suas lideranças locais.

4.2

A missão do pároco como agente de sinodalidade na paróquia

A partir da sua vocação batismal e por graça de sua ordenação e missão dentro da paróquia, o pároco é chamado a pastorear suas ovelhas com o amor e a postura de Cristo. A necessidade da renovação paroquial a partir do “olhar sinodal” pode exigir uma postura diferenciada do atual presbítero frente à sua comunidade. A

²¹⁵ FRANCISCO, Discurso aos dirigentes do CELAM, no dia 28 de julho de 2013, no contexto da JMJ Rio2013, em reunião no Centro de Estudos do Sumaré.

²¹⁶ LOPES, G., *Lumen Gentium*, Texto e comentário, p. 55.

²¹⁷ LOPES, G., *Lumen Gentium*, Texto e comentário, p. 59.

²¹⁸ LOPES, G., *Lumen Gentium*, Texto e comentário, p. 60.

seguir se verá a postura e missão dos leigos na comunidade. Mas é preciso antes discernir sobre o sacerdote designado a liderar a comunidade paroquial.

Se o bispo anima a vida diocesana, o pároco é chamado a animar a vida de seu rebanho próprio confiado a ele pelo ordinário da Igreja Local. Diante dos desafios que se lhe aparecem por sua própria vocação e missão na Igreja, desafios grandiosos para os dias atuais, tais como os apontados em Aparecida.

O Documento de Aparecida diz sobre um primeiro desafio em relação à identidade teológica do ministério presbiteral: “o Concílio Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um, ainda que de maneira qualitativamente diferente, participa do único sacerdócio de Cristo”²¹⁹. Também diz Aparecida que “o sacerdote não pode cair na tentação de se considerar somente mero delegado ou apenas representante da comunidade, mas sim um dom para ela”²²⁰.

O mesmo Documento ainda aponta o desafio da cultura atual no exercício do ministério presbiteral. O padre desses tempos não pode fugir da realidade, mas aprender, desde os tempos de formação no Seminário a semear a cultura do Evangelho nessas realidades.

Também o terceiro desafio do padre, ainda em Aparecida, é sobre o celibato e sua vida espiritual, ambos devem ser enraizados na caridade pastoral. O celibato deve ser visto como dom de Deus que possibilita configuração a Cristo e a vida do presbítero deve ser de intensa oração, com profunda experiência de Deus. Esses presbíteros com tantos desafios são chamados de presbíteros-missionários, agentes também de renovação da paróquia com sua vida doada e animadores dos outros discípulos missionários.

Os párocos, com mentalidade sinodal, são os que enfrentam corajosamente com Cristo esses desafios apontados acima e conduzem a comunidade à comunhão e à participação. Não se sentem amedrontados, os presbíteros, pelas lideranças leigas mas veem-nas como auxiliares no crescimento da paróquia.

Sem medo de se lançar em novos desafios de sua paróquia missionária, o “padre sinodal” é aquele que ouve a voz de Cristo na sua vida espiritual, preserva sua escolha vocacional como um tesouro dado por Deus, mas caminha para o futuro sem medo.

²¹⁹ CELAM, Documento de Aparecida, 193.

²²⁰ CELAM, Documento de Aparecida, 193.

O pároco da nova paróquia assume a postura dialogal e comunitária da vida cotidiana de seus paroquianos. Está próximo realmente das pessoas, ouve e caminha ao lado. Não dialoga somente com a paróquia, mas com o mundo a sua volta.

“É nessa sociedade de grandes e rápidas mudanças que o presbítero deve contextualizar sua identidade presbiteral e seu ministério pastoral e missionário. As mudanças culturais atuam sobre todos nós. Bento XVI disse mais vezes que o relativismo também penetra na Igreja”²²¹, nos vai dizer o Cardeal Hummes.

É nesse contexto tão plural, mas tão necessitado da cultura do encontro e da sinodalidade que o pároco é chamado a atuar. Auxiliado pelos outros sacerdotes de sua região, forânia e vicariato, percebe que a fraternidade sacerdotal é dom para sua vida, ou seja, caminha com os outros presbíteros da sua realidade local, e dá testemunho de comunhão para seus paroquianos.

Os fiéis leigos, que são pastoreados pelo sacerdote “com cheiro de ovelhas”, desejam colaborar cada vez mais com seu pastor próprio para que outros tenham a experiência do encontro com o Cristo. Superada a cultura do egoísmo e individualismo, os padres da paróquia sinodal não sabem viver sozinhos e favorecem o caminhar em meio a tantas diferenças.

A paróquia sinodal não admite mais párocos-reis nem prepotentes em suas ações, mas homens cada vez mais aperfeiçoados em sua humanidade por Cristo que é o fundamento de sua vida. Se por um lado, o ministério presbiteral lhes confiou o múnus régio, e na missão de pároco ele exerce efetivamente esse múnus, o pároco da paróquia renovada não se fecha. Deve ele ser forte e corajoso para pastorear as ovelhas segundo a Cristo. Eles, os párocos, devem governar suas comunidades, segundo o espírito do Cristo que se fez próximo. A proximidade do pároco com seu povo, permitirá o pastoreio e o governo, mas não será de prepotência e rigor absurdo, mas de misericórdia e compaixão.

4.3

Os leigos como agentes de construção da sinodalidade na paróquia e na sociedade

O inteiro povo de Deus é interpelado pela sua originária vocação sinodal. Existe uma necessária comunhão com Deus e a comunidade eclesial que move os cristãos para a promoção da vida de Cristo na Evangelização das instâncias todas

²²¹ HUMMES, C., *Padres para a nova evangelização*, p. 25.

do mundo. O secularismo e relativismo não pode alcançar os discípulos-missionários dos nossos dias senão for para interpela-los à missão.

A paróquia sinodal clama sempre por agentes preparados. Homens e mulheres em constante formação e libertados de planos de pastorais envolvidos em êxtases e euforias não movem os batizados a saírem de si.

Na necessária renovação paroquial, os leigos são vistos como agentes dessa missão. Superando o clericalismo, formados pela Palavra, pela vida litúrgica e pela necessária missão, é mister entender que “a missão dos leigos deriva do Batismo e da Confirmação, a sua ação dentro das comunidades eclesiais é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, na maior parte das vezes, todo o seu efeito”²²².

4.3.1

Os leigos no interior da paróquia. Conselhos econômicos e pastorais

Nascidos no interior da Igreja através dos Sacramentos de Iniciação da Igreja, os leigos são verdadeiramente cristãos, não menores ou menos importantes do que os fiéis ordenados. Chamados a participar ativamente das decisões da comunidade paroquial, o Código de Direito Canônico prevê a participação ativa nos Conselhos econômicos e de pastoral.

Assim se vê sobre os dois conselhos: Conselho Pastoral Paroquial: “a juízo do Bispo diocesano, ouvido o Conselho presbiteral, se for oportuno, seja constituído em cada paróquia o conselho pastoral, presidido pelo pároco, no qual os fiéis ajudam a promover a ação pastoral”²²³.

Conselho Econômico Paroquial: “Em cada paróquia, haja o conselho econômico, que se rege pelo direito universal e pelas normas dadas pelo Bispo Diocesano; nele os fiéis, escolhidos de acordo com as normas, ajudem o pároco na administração dos bens da paróquia”²²⁴.

É claro que os párocos das comunidades não conseguiriam trabalhar sozinhos para o êxito da vida cotidiana da paróquia. Ainda que muitos insistam nisso, na falta de transparência das finanças da comunidade e da “agenda” de atividades

²²² CNBB, Comunidade de comunidades, p. 111.

²²³ JOÃO PAULO II, Código de Direito Canônico, p. 161.

²²⁴ JOÃO PAULO II, Código de Direito Canônico, p. 161-162.

paroquiais, a dinâmica de uma paróquia “viva” é da comunhão e participação de todos os agentes paroquiais.

O conselho econômico paroquial e o de pastoral partem do embasamento eclesiológico que vimos do pós-concílio, onde a Igreja é vista como Povo de Deus, e como sinal de comunhão entre os crentes. Daí se vê que a Igreja é toda ministerial e não apenas de alguns de seus membros²²⁵.

Partindo do Conselho econômico paroquial, sabe-se atualmente da necessidade de que fiéis leigos se ponham à ajuda do pároco para a realização de um efetivo crescimento dos bens da paróquia e também da manutenção desses. O conselho econômico paroquial se faz necessário por sabermos que a paróquia também é uma instituição jurídica e necessita da prestação de contas de todas as suas finanças. Daí, os leigos são colaboradores para que haja essa organização do patrimônio da paróquia e na projeção daquilo que se deseja fazer para o futuro.

Conselho, no âmbito administrativo, significa um grupo de pessoas apontado ou eleito como corpo consultivo e/ou deliberativo e/ou administrativo, seja de atividades públicas, seja de atividades privadas, assim na vida paroquial o conselho liderado pelo pároco tem a missão de debater as múltiplas ações e os diversos planejamentos da comunidade, no que tange às questões financeiras²²⁶. Esse conselho também ajuda na manutenção do patrimônio da paróquia, tais como imóveis, prédios e veículos da mesma.

Funcionando de acordo com as leis canônicas que o Bispo Diocesano promulga, esse referido conselho “cuidar, entre outras coisas, das formas de arrecadação e administração dos recursos materiais e financeiros, de sorte a manter e ampliar as atividades paroquiais”²²⁷. Eles formam redes de recursos para tal tarefa e entendem a comunidade e suas necessidades como sua família no que concerne o zelo e dedicação que devem ter.

Este conselho não é menos importante que outros de cunho mais espiritual e pastoral, pois precisa trabalhar na consciência de missão também como toda a comunidade. Conservar e ampliar os recursos são atividades extremamente necessárias para o fortalecimento da missão catequética/kerygmática paroquial.

²²⁵ GIUSTINA, E. D., A paróquia renovada, participação do Conselho de Pastoral Paroquial, p. 83.

²²⁶ PEREIRA, J. C., Conselhos paroquiais, instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia, p. 22.

²²⁷ PEREIRA, J. C., Conselhos paroquiais, instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia, p. 25.

Exercem o carisma da sinodalidade, seus membros, quando caminham lado a lado com o pároco e ouvindo atentamente às necessidades da paróquia toda. Não são os governantes nem privilegiados, nem tampouco são entendidos com os donos da paróquia, mas representantes de tantos paroquianos junto a esse conselho.

Os participantes desse conselho não precisam ser de número elevado pois atrapalharia as decisões da comunidade: “assim sendo, é uma equipe que age junto com a comunidade e não há motivo para que toda a comunidade, ou um grupo muito grande, seja membro desta equipe”²²⁸.

Semelhante a esse conselho se equipara o Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) que juntamente com o pároco e os outros membros são representantes da paróquia toda nas decisões outras que não são as econômicas.

“A existência do Conselho Paroquial de Pastoral é importante para superar o individualismo, o autoritarismo, o isolamento de pastorais e movimentos da vida comunitária da paróquia”²²⁹, é um organismo de participação e comunhão. Podemos considerar a criação do Conselho como “caminho ótimo para a transformação da paróquia, de acordo com as linhas democráticas que avive o esforço dos leigos, diversifique e unifique os ministérios e carismas”²³⁰.

Esse Conselho é fruto direto da eclesiologia de comunhão desejada pelo Vaticano II pois todo batizado é chamado a ser relevante exercendo seu ministério profético no mundo. A comunidade paroquial deve se ver representada nas decisões tomadas em todos os âmbitos. Assim “o CPP tem como objetivos promover a unidade e corresponsabilidade das forças vivas da paróquia, examinando, planejando, avaliando, liderando e dinamizando as atividades pastorais da paróquia e propondo sobre elas”²³¹. Ele é direcionado e governado pelo pároco, mas ouvido todos aqueles membros efetivos do conselho, atua numa contínua reflexão sobre a vida e a realidade da paróquia, elabora e executa o plano de pastoral e também ajuda a realizar os compromissos firmados em assembleia.

Vale ressaltar que a existência desses conselhos, previstos pela lei canônica, não quer enrijecer a comunidade paroquial, ou devolvê-la à vida entre os muros,

²²⁸ PEREIRA, J. C., Conselhos paroquiais, instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia, p. 31.

²²⁹ PEREIRA, J. C., Conselhos paroquiais, instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia, p. 68.

²³⁰ CALDERON, J. L., Fraternidade sacerdotal.

²³¹ PEREIRA, J. C., Conselhos paroquiais, instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia, p. 72.

mas pelo contrário, quer sinalizar a missão e cooperação de todos para as disposições que a Igreja Universal tem proposto: missão e comunhão.

É bem verdade que existem agentes de pastoral, párocos e leigos, que aproveitam de semelhanças com mecanismos empresariais e importam a competição e o caráter de perfeição à paróquia, esquecendo-se da liberdade que o Espírito Santo deve promover. A paróquia é lugar do encontro e não do descartável.

Temos visto inúmeras vezes o Papa Francisco exortar o povo de Deus para que não entre nessa cultura do descartável, mas se promova a “cultura do encontro”: três são os níveis, as dimensões do encontro no pensamento do Papa Francisco, com Jesus, com os outros, e, por fim, a formação para a cultura da proximidade²³². Portanto, a participação efetiva dos fiéis nas instâncias paroquiais, tais como na área social, missionária e litúrgica, faz com que haja uma aproximação ativa, efetiva e afetiva dos fiéis entre si e na representação de todos os outros que compõem a comunidade.

A existência dos conselhos é de suma importância para o sucesso da pastoral nos grandes centros urbanos pois os párocos se veem a cada vez mais assoberbados de tantas funções que possuem que não conseguem estar ao lado de toda a comunidade. Por isso os membros do CPP são aqueles que recebem a formação para essa nova cultura do encontro e da missão para serem multiplicadores de tudo isso.

O CPP também pode ser para a comunidade um forte sinal para a multiplicação da rede de comunidades. É sabido, que nem todos os fiéis estão próximos às regiões centrais das paróquias onde está localizada a matriz paroquial, daí os Conselheiros são também os paroquianos próximos de todas as regiões.

Se a setorização da comunidade permite também sua maior evangelização, como nos propôs Aparecida, o Conselho Pastoral é o elo de comunhão de toda essa rede, quando traz ao pároco as necessidades de toda a área pastoral.

A centralização do poder nas mãos do pároco não permite uma sadia evangelização como salientamos em tantas vezes aqui. Não se pode voltar à vida paroquial sem a escuta e ao amor, por parte do pároco e dos outros responsáveis pela comunidade. Nesse contexto, Francisco exorta sobre o perigo do clericalismo tão nocivo para a vida da paróquia quando diz enfaticamente:

²³² REINERT, J. F., Paróquia, casa da iniciação e comunidade de sujeitos eclesiais, p. 62.

Outro perigo, que é uma tentação muito forte e falei dele várias vezes, é o clericalismo. E isto é muito forte. Pensemos que hoje mais de 60 por cento das paróquias – das dioceses não sei, talvez um pouco menos- não tem o conselho para os assuntos econômicos nem o conselho pastoral. Que significa? Que aquela paróquia ou diocese é com um espírito clerical, só pelo padre, que não concretiza aquela sinodalidade paroquial ou diocesana²³³.

A criação dos Conselhos paroquiais, vistos acima, permitem não somente uma maior sinodalidade na vida da paróquia e uma descentralização das atividades que antes eram dos sacerdotes, mas também é possível perceber que favorece o seu crescimento. Vê-se que “a organização da nova paróquia não procede de algo exterior a ela mesma, senão de seu objetivo e finalidade: verificar a fé em uma situação concreta, no compromisso. Desse modo se elabora uma organização sensível, funcional, atenta sempre a realidade do seu entorno”²³⁴.

Portanto, dentro do contexto da sinodalidade e comunhão, os conselhos apontados acima, são de extrema necessidade no cotidiano das comunidades. Isso se percebe pois “a paróquia e as comunidades eclesiais são espaço para a vivência da unidade na diversidade em que os cristãos leigos atuam como sujeitos e têm cidadania”²³⁵. E ainda que “os Conselhos Pastorais decorrem da eclesiologia de comunhão, fundamentada na Santíssima Trindade, são organismos de participação e corresponsabilidade, a ausência de Conselhos Pastorais é reflexo da centralização e do clericalismo”²³⁶.

4.3.2

Os leigos fora da paróquia, agentes da pastoral no mundo

Os leigos e leigas são chamados a semear a cultura do encontro e da comunhão também nas instâncias seculares que vivem. Na cultura do descartável e da não apreciação à vida humana, os fiéis leigos são protagonistas dessa profecia cristã de valorização da vida. A vida sinodal fora dos “muros da paróquia” leva os cristãos todos a testemunhar a experiência com Deus em todos os lugares. O secularismo e ateísmo atuais não devem nos amedrontar nem paralisar as ações eclesiais.

²³³ FRANCISCO, Diálogo do Papa Francisco com as participantes na plenária da união internacional das Superiores-Gerais (UISG).

²³⁴ CALDERON, J. L., *Fraternidade sacerdotal*.

²³⁵ CNBB, *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade*, p. 92.

²³⁶ CNBB, *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade*, p. 92.

Os discípulos de Jesus, que aprendem a considerar a Eucaristia como força da caminhada, se veem diante de uma grande seara para trabalhar no mundo e se lançam bravamente a isso. Com o apoio e incentivo dos pastores, como vimos anteriormente, todos agentes de sinodalidade na paróquia, os fiéis todos podem ser exemplos na família, nas áreas de relevância da sociedade. Sobre a ação pastoral e profecia, Brighenti nos diz:

“A ação pastoral, além de levar os cristãos a se inserirem no mundo, precisa prepará-los, também, para assumir as contradições de seu próprio contexto. Vimos, que, entre Igreja e mundo, há uma relação de tensão, pois enquanto sacramento da presença do Reino de Deus na ambiguidade da história a inserção da Igreja é por contraste [...]. A profecia da Igreja se dá igualmente em sua forma de inserção no mundo”²³⁷.

Ao mesmo tempo, em que os leigos e leigas são formados a serem missionários no seio de sua paróquia, e ali mesmo já fazem a experiência de comunhão, são chamados a irem sem medo ao mundo.

A paróquia na esteira da missão e da sinodalidade se torna verdadeira casa de formação para os fiéis: “com diversas celebrações e iniciativas, principalmente com a Eucaristia dominical, que é o momento privilegiado do encontro das comunidades com o Senhor ressuscitado, os fiéis devem experimentar a paróquia como família na fé e na caridade”²³⁸.

Os leigos são chamados a serem no mundo sinal profética da vida e da dignidade trazidos por Cristo Jesus, pois “a cultura atual tende a propor estilos de ser e viver contrários à natureza e dignidade do ser humano, o impacto dominante dos ídolos do poder, da riqueza e do prazer efêmero se transformaram, acima do valor da pessoa”²³⁹.

A missão da Igreja, mas de todo o povo de Deus nesse tempo do mundo é “comunicar a nossos povos a vida plena e feliz que Jesus nos traz, para que cada pessoa humana viva de acordo com a dignidade que Deus lhe deu”²⁴⁰.

A Conferência dos bispos do Brasil no Documento 105, fruto de Assembleia Geral do ano de 2016, deixa claro no que concerne no Serviço cristão no mundo que os leigos e leigas devem assumir seu papel de exercício de cidadania e que “a atuação cristã no social e no político não deve ser considerada ‘ministério’, mas

²³⁷ BRIGHENTI, A., Teologia Pastoral, p. 113-114.

²³⁸ CELAM, Documento de Aparecida, 305.

²³⁹ CELAM, Documento de Aparecida, 387.

²⁴⁰ CELAM, Documento de Aparecida, 389.

‘serviço cristão ao mundo’, na perspectiva do Reino”²⁴¹. No mesmo Documento se percebe a seguinte afirmação: “o cristão leigo expressa o seu ser Igreja e o seu ser cidadão na comunidade eclesial e na família, nas opções éticas e morais, no testemunho de vida profissional e social, na sociedade política e civil e em outros âmbitos”²⁴².

4.4

Questões pastorais sobre a sinodalidade paroquial

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar coisas inéditas para as comunidades paroquiais no que concerne a vida de comunhão, sinodalidade e a pastoralidade. Tendo em vista, a criatividade de diversas ações em todo o mundo no que tange a necessidade de fazermos uma pastoral mais próxima do mundo e do próprio povo católico, se a ação pastoral atual nos diversos países não refletirem a comunhão e a sinodalidade na vida cotidiana do povo, retrocederemos na mentalidade de *aggiornamento* pós-conciliar. Apresentamos a seguir então algumas questões pastorais que podem fomentar a vida comum de sinodalidade do povo.

Já foi visto acima, a atuação dos leigos e leigas nos Conselhos Paroquiais previstos pelas leis canônicas, mas ainda outros pontos são importantes no cotidiano da vida paroquial. As resoluções rígidas muitas vezes sufocam a pastoralidade. As situações antigas e novas que voltam a atingir, portanto, as famílias, os jovens e a vida dos pastores precisam ser vividas e dialogadas no seio da paróquia.

Os sínodos dos bispos, que aconteceram nos últimos anos sob o pontificado do Papa Francisco, demonstram o enfoque não somente sobre os temas apresentados, mas sobre as questões pastorais e práticas que o povo de Deus receberia a partir dali. Portanto, segundo o pontífice, não se faz necessário focar na letra dos documentos, mas na vida que se gerou a partir da postura de escuta e diálogo. Também é possível perceber que a nível paroquial e das pequenas comunidades, se faz necessária a prática sinodal para a viabilidade das resoluções propostas nas Dioceses e Paróquias.

²⁴¹ CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade, p. 162.

²⁴² CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade, p. 165.

4.4.1

A iniciação cristã

Os cristãos católicos são inseridos na vida de Deus e das comunidades a partir de uma experiência sacramental aprofundada, que os leva à mística do encontro com Cristo através dos sacramentos.

A caminhada sacramental paroquial é de inserção a Cristo e à comunidade. Na esteira conciliar, o Rito de iniciação Cristã de adultos nos diz que “O batismo os incorpora a Cristo, tornando-os membros do povo de Deus; perdoa-lhes os pecados e os faz passar, livres do poder das trevas, à condição de filhos adotivos, transformando-os em uma nova criatura pela água e pelo Espírito Santo; por isso são chamados filhos de Deus e realmente o são”²⁴³. O chamado a ser filhos de Deus os liga, portanto, ao povo de Deus. Não se pode pensar, então, numa vida de fé batismal somente com ligação a Deus. A economia da salvação nos diz de um Deus que quis um povo para si e em Cristo isso se torna possível. Na vida de Cristo que os cristãos batizados são inseridos a partir do batismo são inseridos ao mesmo tempo em todo o seu corpo: “além disso, o batismo é o sacramento pelo qual as pessoas passam a pertencer ao corpo da Igreja, ‘co-edificadas para constituir a habitação de Deus no Espírito’”²⁴⁴.

Ainda sobre o batismo, na celebração tanto do rito das crianças quanto dos adultos, se vê uma acolhida daquele que celebra a todo o povo que está ali quanto daquele que recebe o batismo. As palavras são essas ou semelhantes: “Assim como Jesus acolhia as crianças, também quero em nome da comunidade, receber, em nome da comunidade, receber em meus braços os filhos e filhas de vocês” (batismo de crianças). No batismo dos adultos a caminhada catecumenal é pedagógica para o acolhimento daquele que agora descobriu a comunidade ou que deseja, a partir do batismo, caminhar junto com aquela comunidade paroquial.

O Rito de iniciação cristã de adultos em muitas comunidades ao redor do mundo ainda está sendo implantado aos poucos, naquilo que se chamava “catequese de adultos” ou simplesmente “Crisma”. A implementação desse processo deve ajudar aquele que se aproxima a realmente ser daquela comunidade cristã. É desejo

²⁴³ SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, Ritual de iniciação cristã de adultos, p. 13.

²⁴⁴ SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, Ritual de iniciação cristã de adultos, p. 9.

de Cristo e de sua Igreja que o Sacramento do batismo não seja mais administrado de qualquer maneira como rito social e da “moda”. A caminhada catecumenal pressupõe a participação da comunidade inteira, do pároco, dos outros ministros ordenados, dos introdutores, dos catequistas e demais membros.

Os catecúmenos e catequizandos, com essa caminhada, se aprofundam muito mais na fé da Igreja. Se anteriormente, as comunidades se caracterizavam como lugares onde se “davam” os sacramentos, agora se precisa aprofundar no acolhimento, acompanhamento e evangelização daqueles que chegam. Ao receber o batismo e crisma aquele fiel se torna agora fortalecidos para ser relevantes no mundo e na comunidade paroquial. A definição de paróquia a partir do Catecismo da Igreja nos diz que “é uma determinada comunidade de fiéis, constituída de maneira estável na Igreja Particular”²⁴⁵. “A expressão comunidade de fiéis indica a união, a partir da fé, daqueles que são batizados e estão em plena comunhão com a Igreja”²⁴⁶.

É mister que a consciência sinodal desperte nas diversas pastorais unidas no ambiente paroquial que conduzam os novos membros tanto as crianças com suas famílias, tanto os jovens e adultos a desejarem participar ativamente do ambiente paroquial. Os “antigos paroquianos” não devem se perceber donos das coisas e ambientes da paróquia, mas sempre acolhedores dos que chegam. A falta da consciência sinodal no cotidiano de recebimento e acolhida de todos que se achegam aumenta a péssima ideia de “empresariado” nas relações paroquiais.

É necessário, portanto, “aproveitar” o ambiente das celebrações batismais e demais para propagar para as instancias internas e externas das paróquias a comunhão, acolhimento e caridade fraterna. Em muitos lugares, se percebe que essas celebrações de batismo de crianças são o único momento em que pessoas da sociedade se aproximam da comunidade. A Igreja Católica ainda em diversos países é o lugar onde se procura para começar um processo espiritual para os filhos que nascem.

Não se deve negligenciar esses momentos pastorais quando se recebe nas comunidades famílias católicas que estavam afastadas da vida comunitária e que com o nascimento de seus filhos se aproximam. A celebração deve ser bem preparada para o acolhimento desses membros que retornam à paróquia.

²⁴⁵ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 90.

²⁴⁶ CNBB, Comunidade de comunidades, p. 94.

O Sacramento da Eucaristia recebido por crianças e adultos então é a expressão maior de comunhão e sinodalidade. De fato, se o batismo inseriu a pessoa na comunidade, a Eucaristia os alimenta e demonstra por excelência a inserção na comunhão de Cristo.

A teologia eucarística intimamente ligada à comunhão da comunidade passa pela caminhada daqueles que estão chegando na comunidade paroquial. Os que estão caminhando com a “iniciação cristã” são catequizados a serem um com o Cristo eucarístico e com a comunidade paroquial.

Sobre essa eclesiologia eucarística que é a base das comunidades paroquiais se pode perceber: “A participação de todos no mesmo corpo e sangue do Senhor implica a comunhão de todos entre si: “Todos nós somos um só corpo, porque participamos deste único pão (1Cor 10,17). E a razão desta afirmação nos pede remontar do nível sacramental ao nível existencial”²⁴⁷.

É necessário ensinar e formar os cristãos que chegam nas comunidades a não enxergarem a Eucaristia somente como um preceito, mas como o que nutre para sempre a vida do crente. Se percebe que:

A Eucaristia foi um dos sacramentos que mais sofreu compreensões distorcidas e práticas deficientes ao longo da história do cristianismo. E não podemos afirmar que estas lacunas estejam hoje completamente abolidas. Apesar de todo esforço dos teólogos sistemáticos, biblistas, liturgistas e pastoralistas, bem como teólogos do Vaticano II, e recentemente da Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* de João Paulo II e da exortação pós-sinodal *Sacramentum Caritatis* de Bento XVI, para muitos a participação na Eucaristia ainda é vista como uma desobriga sob pecado, ou um ato social para solenizar eventos civis ou religiosos²⁴⁸.

Miranda salienta a banalização desse Sacramento na vida dos cristãos, os que são amadurecidos verão de maneira aprofundada. Nas missas celebradas deve se perceber a presença de Cristo que se dá em alimento e forma a comunidade. Daí essa família espiritual aprende a caminhar de maneira sinodal.

No mistério litúrgico da celebração do banquete eucarístico se percebe a comunidade atuante e participante naquele momento para irrigar a vida comum de todos. A mentalidade de renovação conciliar fez com que a participação dos fiéis fosse relevante na celebração eucarística. Esse aspecto é sinal de sinodalidade. O

²⁴⁷ MIRANDA, M. F., Eucaristia e Anúncio, p. 265.

²⁴⁸ MIRANDA, M. F., Eucaristia e Anúncio, p. 261.

ministro ordenado preside a assembleia, mas a comunidade é participante ativa e constante.

A Eucaristia faz a Igreja e faz os sujeitos de sinodalidade na vida paroquial. De fato, as pessoas veem nas comunidades o “horário de missa” como o momento mais importante do dia. Mas esse momento eucarístico deve ser vivido no contexto teológico conciliar senão retrocederemos em uma vivência da Eucaristia como preceito vazio e não como alimento para a vida dos discípulos de Jesus.

Graças à volta às fontes, a liturgia, ao se reapropriar de elementos centrais, tais como a centralidade do mistério pascal, e a decorrente centralidade do domingo, que é a festa semanal do cristão, a centralidade da Escritura nas celebrações, a valorização das duas mesas, mesa da Palavra e da Eucaristia, a participação ativa de todos dos fiéis, o uso da língua vernácula, a enculturação, pode-se afirmar que liturgia é sujeito eclesial, porque é lugar de concretização de comunidade de sujeitos celebrantes²⁴⁹.

A celebração comunitária dominical ou diária da Eucaristia passa a ser o momento mais importante da vida paroquial. Ela se faz com a participação ativa dos agentes de liturgia. Em muitas comunidades tem-se visto cada vez mais o amadurecimento e aprofundamento dos aspectos do ano litúrgico, da participação ativa em proclamar as leituras da celebração, dos cantos e hinos que animam e conduzem a comunidade. Os cristãos iniciados na vida eucarística participam como ajudantes das celebrações (os chamados coroinhas ou acólitos), e a partir da celebração são animados às diversas atividades da comunidade.

É impressionante perceber por exemplo nas comunidades brasileiras o incentivo às vocações específicas: sacerdotais, diaconais e matrimoniais. As comunidades católicas precisam dos ministros ordenados para a condução da vida da comunidade, mas em muitos lugares devido à falta de ministros os leigos tem sido líderes evangelizadores que levaram as comunidades à uma profundidade de vida solidária e caritativa. A chamada Iniciação Cristã é conduzida na maioria das comunidades por leigos que unidos uns aos outros inserem as pessoas na paróquia. A mentalidade sinodal é, então, gerada na consciência das comunidades através dos presbíteros que presidem as celebrações, mas favorecem as vocações laicais.

A caminhada catecumenal é imprescindível para gerar nos novos membros da paróquia que chegam o sentimento de pertença à família de Deus, na Diocese, na paróquia e nas comunidades.

²⁴⁹ REINERT, J. F., Paróquia, casa da iniciação e comunidade de sujeitos eclesiais, p. 112.

No que se refere ao amadurecimento da fé no Sacramento da Crisma, se vê nas comunidades paroquiais, após o recebimento desse sacramento, que muitos passam a congregar ativamente na paróquia. Muitos dos que foram batizados na infância, se veem agora mais amadurecidos a participar da vida paroquial depois de terem recebido a catequese e acompanhamento da pastoral do Catecumenato.

A sinodalidade é apreendida e vivida na iniciação cristã, sem dúvida. A comunidade paroquial que já vive sua rotina de agendas e eventos ao longo do Ano litúrgico e civil se vê renovada no recebimento de novos membros com batismo, Crisma e “Primeira Comunhão”. Daí nascem os leigos protagonistas da vida paroquial.

Portanto, a partir da experiência genuína e aprofundada da iniciação cristã vemos o nascimento de cristãos sinodais. Esses não veem a comunidade como guetos nem “quadrados de privilegiados”, mas de cristãos comunitários, batizados, crismados e eucaristizados. A ligação intrínseca entre os três sacramentos que vimos aqui mostra a força que os paroquianos recebem com a marca indelével e com a força semanal na celebração da páscoa dominical. Daí saem para construir a cultura sinodal na vida familiar.

4.4.2

A evangelização das juventudes pós *Christus Vivit*

Nos últimos impulsos da Igreja mundial na vida pastoral está o enfoque para a juventude. As Igrejas locais, há décadas, têm percebido a necessidade de se renovar a maneira de evangelizar as novas gerações.

A Conferência dos bispos do Brasil, por exemplo, já há muitos anos tem demonstrado a necessidade de se pensar na caminhada da juventude no país. Com base na premissa de diálogo da Igreja com a cultura atual, a evangelização, segundo a CNBB, precisa conversar com os sistemas culturais e resistir aos ventos contrários. Desse modo, em seu Documento 85, sobre a Evangelização da Juventude, de 2007, propõe novos caminhos para a percepção dos jovens na Igreja. Esses caminhos são os que direcionam a vida pastoral diocesana e paróquia até os dias de hoje.

Após traçar o perfil da Juventude Brasileira, a CNBB, salienta na esteira da visão sinodal de diálogo e comunhão com os jovens, que: “Nas atividades pastorais com a juventude, faz-se necessário oferecer canais de participação e envolvimento

das decisões, que possibilitem uma experiência autêntica de co-responsabilidade, de diálogo, de escuta e envolvimento no processo de renovação contínua da Igreja”²⁵⁰.

A experiência concreta do pontificado de São João Paulo II com as Jornadas Mundiais da Juventude desde o início de seu ministério, tem demonstrado a aproximação com os jovens. O santo da juventude de inaugurador das jornadas fez questão de comparecer nesses eventos mundiais de juventude para falar à juventude e ouvi-la. As mensagens do papa polonês marcaram as gerações de jovens desde a década de 80. Seguindo a isso Bento XVI e Francisco tem comparecido a esses eventos em todo o mundo.

As experiências sinodais das Jornadas Mundiais da Juventude são marcantes para sempre na vida da Igreja. o deslocamento dos jovens do mundo inteiro sob convocação do romano pontífice demonstram que os jovens participantes de comunidades paroquiais e de movimentos são também agentes de evangelização em todo o mundo.

Das Jornadas Mundiais da Juventude se veem muitos frutos em todos os âmbitos da vida da Igreja. A estrutura de organização desses eventos mundiais (a cada ano acontece no âmbito diocesano como um encontro com o bispo local), mostram a sinodalidade protagonizada por jovens. As diversas equipes de trabalho, na JMJ, são movidas por jovens da Diocese acolhedora do evento e por outros tantos de diversas nações e línguas, que até dedicam anos de suas vidas para a realização do evento.

Desde o início das Jornadas Mundiais da Juventude os pontífices animaram os jovens a serem agentes de comunhão nas comunidades. João Paulo II diz em um dos discursos sobre a Jornada Mundial da Juventude de Buenos Aires que aconteceu em 1987: “Posto que o homem não pode viver nem ser compreendido sem amor, quero convidar-vos a todos a crescer em humanidade, a pôr como prioridade absoluta os valores do espírito, a transformar-vos em homens novos”²⁵¹ e ainda diz:

As nossas celebrações terão também uma clara dimensão comunitária, exigência iniludível do amor de Deus e de comunhão daqueles que se sentem filhos do mesmo Pai, irmãos em Jesus Cristo e unidos pela força do Espírito. Por estar incorporados à grande família dos redimidos e ser membros vivos da Igrejas, haveis de experimentar

²⁵⁰ CNBB, Evangelização da Juventude, p. 76.

²⁵¹ JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em Buenos Aires, 1987.

nessa Jornada o entusiasmo e a alegria do amor de Deus que vos convoca à unidade e solidariedade²⁵².

O pontífice acima exorta os jovens à comunhão inseridos na família de Deus. Também no ano de 2004, celebrando a Jornada na Diocese de Roma, na preparação espiritual para a Jornada Mundial da Juventude do ano seguinte ainda exorta os jovens:

E não esqueçais de buscar Cristo e de reconhecer a sua presença *na Igreja*. Ela é como que o prolongamento da sua ação salvífica no tempo e no espaço. É nela e por intermédio dela que Jesus continua a tornar-se visível hoje e a fazer-se encontrar pelos homens. Nas vossas paróquias, movimentos e comunidades, sede hospitaleiros uns para com os outros, em ordem a fazer crescer a comunhão entre vós. Este é o sinal visível da presença de Cristo na Igreja, apesar do diafragma opaco que muitas vezes é interposto pelo pecado dos homens²⁵³.

Não há dúvidas que as Jornadas Mundiais da Juventude foram manifestações eclesiais de sinodalidade para as futuras gerações. Ali os jovens aprendem a ser Igreja, sendo acolhedores ao estrangeiro, a serem corajosos na preparação espiritual para ali e a viver os frutos posteriores ao evento. Em todas as Igrejas Locais onde se celebrou a Jornada Mundial da Juventude se viu e vê frutos de sinodalidade: uma nova juventude surge mais próxima dos pastores, mais ousada na evangelização. Os jovens católicos das últimas décadas participantes desse evento carregam essa marca eclesial de comunhão em suas próprias vidas para sempre.

Ainda sobre a experiência sinodal da Jornada Mundial da Juventude, Bento XVI, quando arguido sobre as Jornadas, diz claramente essas características postas acima quando relata:

Desde a primeira Jornada Mundial da Juventude em 1986, ficou patente que um grande número de jovens aprecia a oportunidade de se encontrar para juntos aprofundarem a própria fé em Cristo e partilharem uns com os outros uma jubilosa experiência de comunhão na sua Igreja. Anelam por ouvir a palavra de Deus e aumentar os conhecimentos a respeito da sua fé cristã. Anseiam por tomar parte num acontecimento que ressalta os grandes ideais que os inspiram, e voltam depois para suas casas repletos de esperança, com uma renovada decisão de construir um mundo melhor²⁵⁴.

²⁵² JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em Buenos Aires, 1987.

²⁵³ JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em 2004.

²⁵⁴ AREAS, M. A. P. (org.), Bento XVI e os jovens, p. 224.

Francisco, na Jornada Mundial da Juventude Rio 2013, conduzindo os jovens pelo tema do discipulado, também os animou dizendo que eram o Campo verdadeiro da fé disse ainda: “Queridos jovens, sintam a companhia de toda a Igreja e também a comunhão dos Santos nesta missão. Quando enfrentamos juntos os desafios, então somos fortes, descobrimos recursos que não sabíamos que tínhamos. Jesus não chamou os Apóstolos para que vivessem isolados; chamou-lhes para que formassem um grupo, uma comunidade”²⁵⁵.

O atual pontífice na Jornada em nosso continente convoca os jovens a formar comunidade, a ser Igreja onde estiverem.

Das Jornadas os jovens foram então chamados a servir sem medo em suas comunidades. A caminhada sinodal é uma escuta permanente de toda a comunidade. Nas Jornadas Mundiais da Juventude até mesmo os pontífices ouviram os testemunhos de jovens de diversas partes do mundo apresentando como fizeram a experiência com o Senhor.

A partir então da experiência de empatia da escuta dos jovens nas Jornadas Mundiais, Francisco propôs à Igreja um Sínodo inteiramente dedicado à Juventude, onde para a realização dele os jovens das diversas comunidades ao redor do mundo deveriam ser ouvidos na preparação.

Após a experiência do Sínodo da Família, Francisco após ouvir as Conferências Episcopais, resolve em 2016 convocar para outubro de 2018 esse Sínodo para a juventude. O tema desse sínodo foi *Os Jovens, a fé e o discernimento vocacional*, a celebração dele foi inédita pois teve desde o início até o documento final um protagonismo da juventude junto aos bispos em Roma. Foi a realização eclesial como um evento de esperança e concretização de todos os projetos das Igrejas Locais de se pensar na evangelização da juventude. As comunidades paroquiais necessitam de fato rever a caminhada sinodal junto aos jovens.

A pastoralidade paroquial sempre teve receio em trazer a relevância juvenil para as lideranças e protagonismos durante anos no pós-Vaticano II. Agora então, percebe o jovem mais do que nunca como agente de missão e vida na paróquia e no mundo. Francisco está trazendo o tema da juventude desde o início de seu pontificado em 2013.

²⁵⁵ FRANCISCO, Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude.

Assim o Documento Final do Sínodo publicado para toda a Igreja salienta o que dizemos:

A presença dos jovens representou uma novidade: por meio deles, no Sínodo ressoou a voz de uma geração inteira. Caminhando com eles, peregrinos ao túmulo de Pedro, experimentamos como a proximidade cria as condições para que a Igreja seja espaço de diálogo e testemunho de fraternidade que fascina. A força dessa experiência supera qualquer dificuldade e fraqueza²⁵⁶.

E merece destaque quando diz que “desde o início, os jovens foram envolvidos no processo sinodal: o questionário on-line, as numerosas contribuições pessoais e, sobretudo, a Renovação pré-sinodal são sinal eloquente disso”²⁵⁷.

O Documento final desse Sínodo, o qual é apresentado ao Santo Padre depois das reuniões sinodais e das reuniões sinodais em outubro de 2018 e da análise de tudo que acontece no evento, salienta a importância da escuta na Igreja. Como vimos em nosso trabalho, a Igreja é sinodal por natureza porque o Cristo ressuscitado caminhou ao lado dos seus discípulos. Essa Igreja é atenta à escuta a exemplo do Senhor Jesus também. E mais do que nunca os jovens de nossa época precisam ser escutados. Tantas são as indagações que os jovens tem apresentado às comunidades.

A tarefa da comunidade paroquial é tomar o sínodo como uma luz para a evangelização da juventude local, pois “muitos sentem por experiência que a sua voz não é considerada interessante nem útil no âmbito social e eclesial, em vários contextos, verifica-se pouca atenção ao seu clamor, de maneira particular ao daqueles que são mais pobres e explorados, e também a falta de adultos disponíveis e capazes de ouvir”²⁵⁸.

O Sínodo da juventude manifestou grandemente a sinodalidade da Igreja, diante da necessidade de se compreender a sinodalidade com o aspecto de escuta. “A escuta constitui um momento qualificador do ministério dos pastores, a começar pelos bispos, que muitas vezes, estão sobrecarregados de compromissos e têm dificuldade de encontrar tempo adequado para esse serviço indispensável”²⁵⁹.

Diante do tema da juventude tão importante para as Igrejas Locais, mesmo diante de tantas realidades plurais, “a própria composição do Sínodo tornou visíveis

²⁵⁶ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 8.

²⁵⁷ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 8.

²⁵⁸ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 15-16.

²⁵⁹ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 15-16.

a presença e a contribuição das várias regiões do mundo, salientando a beleza de ser da Igreja Universal”²⁶⁰.

O mesmo Documento Final desse Sínodo da Juventude, também, após a atitude de escuta que vimos acima, percebeu que “os jovens católicos não são meramente destinatários da ação pastoral, mas membros vivos do único corpo eclesial”²⁶¹. Ainda percebe que “desde o início do percurso sinodal, ficou claro que os jovens são parte integrante da Igreja” e “foi revigorante ouvir os testemunhos dos jovens presentes no Sínodo que, no meio de perseguições, escolheram por partilhar a paixão do Senhor Jesus”²⁶².

Já a exortação pós-sinodal de Francisco, *Christus Vivit*, desse Sínodo da Juventude mostra de maneira evidente o desejo do Papa de colocar a juventude do mundo nessa esteira permanente de sinodalidade. É de desejo de Francisco que os jovens façam a experiência de ouvir a Cristo, sua Palavra e de serem acompanhados por lideranças que os ouçam (como os próprios jovens pediram nos trabalhos do sínodo).

Francisco deixa claro, de sua própria escuta e relevância, de tudo o que o Sínodo trouxe para si. Ele expressa que ouviu os jovens e deixou-se interpelar por novas questões a partir daí e propõe a Exortação Apostólica para isso: “Deixei-me inspirar pela riqueza das reflexões e dos diálogos do Sínodo do ano passado. Não poderei recolher aqui todas as contribuições que poderão ler no Documento Final, mas tratei de assumir na redação desta carta as propostas mais significativas para mim”²⁶³.

De fato, há por parte dos pastores com consciência sinodal, uma necessária humildade nas palavras e na postura frente aos problemas apresentados. Sobre tudo diante dessa realidade juvenil de extrema delicadeza, com essas múltiplas juventudes espalhadas pelo mundo, o Papa e os pastores locais precisam a partir de agora se manter firmes em ouvir e acolher o que o jovem propõe.

No que concerne ao discernimento vocacional, tema também do Sínodo para a Juventude, o Papa discorrendo sobre a Escuta e Discernimento, diz que há três atitudes importantes no acompanhador de jovens. São essas: a atenção ao outro,

²⁶⁰ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 17.

²⁶¹ SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 17.

²⁶² SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia Geral Ordinária, p. 17.

²⁶³ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 4.

ouvindo e dedicando tempo ao que se está dizendo, sem se incomodar, sem se cansar; depois o discernimento das palavras que se ouve, ajudando a esse a separar o que é bom do que é ruim, tendo bravura, carinho e delicadeza; e a terceira atitude “consiste em escutar os impulsos que o outro experimenta ao olhar adiante, é a escuta profunda do lugar para o outro realmente quer ir”²⁶⁴.

Para os jovens, o Papa já salienta essas atitudes que é para toda a Igreja e seus pastores no acompanhamento da direção espiritual/discernimento vocacional, mas também para a caminhada sinodal. Caminhar junto significa além de ouvir, discernir os sinais do tempo e perceber na alteridade da caminhada que o outro caminha diferente de nós com intenções do coração diferentes. Isso significa discernimento de ajuda mútua na caminhada. O ouvir não me faz ficar alheio e fora da realidade, mas pelo contrário, me coloca na situação do outro gerando empatia e solidariedade.

O desenrolar da pastoral com a juventude nas diversas realidades de Igreja pelo mundo devem apresentar também diferentes perspectivas. Este trabalho não quer generalizar os modos de se tratar os jovens nas comunidades, mas sim salientar agora pontos da maneira de apresentar o Cristo nos grupos de jovens na perspectiva sinodal.

É claro que o trabalho pastoral de conjunto encontra uma das maiores expressões na pastoral juvenil. O jovem deseja sempre estar com outros jovens na realização de tarefas mais simples. Se por um lado tem se isolado em suas manias e costumes, isso se dá sempre pela influência de outros de “sua tribo”. Portanto, não se pode desistir do trabalho conjunto com a juventude nas paróquias mesmo abrindo mal da conveniência e práticas antigas que não funcionam para as gerações mais jovens.

A vivência jovem nas paróquias precisa cada vez mais ser acompanhadas por adultos leigos e ordenados com o olhar sinodal. O jovem, como os discípulos de Emaús, não se incomodam de ter adultos ao seu lado, desde que estejam escutando de fato as necessidades deles.

Por isso a renovação da pastoral juvenil nas Dioceses, paróquias e comunidades passa necessariamente por ouvir a juventude e caminhar do seu lado. Francisco exorta aos próprios jovens que acendam as luzes na vida de outros jovens

²⁶⁴ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 292-294.

e à toda a Igreja a reconhecer a juventude não mais como o futuro do mundo, mas o presente que enrique o agora da humanidade²⁶⁵.

Ainda no aspecto da escuta às necessidades dos jovens, na *Christus Vivit* Francisco deixa claro que:

O Sínodo reconheceu que os fiéis da Igreja nem sempre têm a atitude de Jesus. Em vez de nos dispormos a escutá-los profundamente, predomina a tendência a dar respostas preconcebidas e receitas preparadas, sem deixar que as perguntas dos jovens sejam consideradas em sua novidade e sem aceitar sua provocação. Em vez disso, quando a Igreja abandona os esquemas rígidos, abre-se à escuta disponível e atenta dos jovens²⁶⁶.

A questão sinodal da Igreja para os jovens, diante de tantas realidades cruéis que a juventude vive, deve, ao modo de Francisco, chegar ao nível de chorar pela juventude, de chorar pelos dramas dos jovens. Ele eleva a questão de ouvir e ajudar para se compadecer de fato com as situações que nos são apresentadas. O pontífice em belas palavras diz: “não sejamos uma Igreja que não chora diante desses dramas de seus filhos jovens” e “o pior que podemos fazer é aplicar a receita do espírito mundano que consiste em anestesiá-los com outras notícias, com outras distrações, com banalidades”²⁶⁷.

Portanto como vimos acima, o trabalho paroquial com os jovens pode seguir esses passos que Francisco aponta para o acompanhamento da juventude.

O trabalho paroquial de acompanhamento da juventude, que se renova a cada tempo, passa por um plano de Pastoral Diocesano em que os jovens são considerados participantes das decisões da Igreja Local. Muitos desses jovens já são atuantes na vida fora da Igreja, em Universidades, Empresas grandes ou pequenas, no trabalho, mas também na falta dele, na marginalização da vida, a juventude precisa ser ouvida e levada em consideração. Se a fase adulta é muitas vezes de acomodação, a juventude atuante numa paróquia pode renovar toda a estrutura de uma Diocese.

O jovem é capaz de se arriscar em projetos novos propostos pelo Bispo Diocesano que chega querendo renovar a vida de sua Igreja; o jovem está sempre inconformado com algo e pode ser o motor de realização de novos projetos para a sua paróquia e comunidade. Os jovens não podem mais ser considerados os piores

²⁶⁵ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 64.

²⁶⁶ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 65.

²⁶⁷ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 65.

pecadores de uma comunidade, mas sim os que recebendo responsabilidades no seio da paróquia podem ser animados a estar ali.

Francisco propõe para a pastoral juvenil, ainda na mentalidade sinodal, duas linhas de ação, a busca e o crescimento. Isso com base na maneira dos jovens compreenderem a fé.

O próprio pontífice reconhece que os jovens são capazes, com base na busca, de realizar grandes coisas para chamar outros jovens a estar com eles: “o primeiro anúncio pode despertar uma profunda experiência de fé em meio a um retiro de impacto, o importante é que cada jovem se atreva a semear o primeiro anúncio nessa terra fértil que é o coração de outro jovem”. Vemos aqui que a caminhada de anúncio querigmático é salientada por Francisco que deve ser feita através do amor e da proximidade. Ele está convocando os jovens a serem exercitadores de instrumentos de sinodalidade na evangelização de outros.

Os jovens mesmos sabem, que não se “conquista” jovens pela guerra ou pela covardia da violência, mas pela aproximação com base na linguagem jovem. Falar ao outro com a linguagem do outro é uma postura de humildade sinodal. A pastoral juvenil pode ser exemplo para tantas outras nas comunidades pequenas ou grandes, onde essas não conseguem mais atrair outras pessoas para si por não querer fazer o caminho do outro.

A busca do outro desinteressada é necessária para toda a paróquia. Quantas pessoas ao longo do dia, atravessam as ruas e avenidas das comunidades sem serem interpeladas pela proposta de Cristo? Os cristãos paroquianos se acostumaram às estruturas caducas de suas “panelas” e grupos de amigos. Agora os jovens são chamados a buscar o outro na linguagem do amor e serem agentes de promoção humana em suas comunidades paroquiais.

No aspecto do crescimento, dentro da pastoral juvenil, ainda na *Christus Vivit*, Francisco insiste que não haja um acúmulo de doutrinação para os jovens: “qualquer projeto formativo, qualquer caminho de crescimento para os jovens, deve incluir certamente uma formação doutrinal e moral”²⁶⁸ mas é importante ser fundada a formação em outros dois eixos, o kerygma e o crescimento no amor fraterno e no serviço, diz o pontífice.

²⁶⁸ FRANCISCO, *Christus Vivit*, 213.

4.4.3

As famílias, a sinodalidade e a *Amoris Laetitia*

É evidente que toda a pastoral paroquial ganhou vida e gênese a partir da experiência conciliar. O século XX foi de grandes mudanças na vida cotidiana das pessoas e já demonstrava à Igreja da necessidade de falar diferente aos frequentadores das comunidades. Os tempos exigiam mudanças na maneira de lidar com a família e apresentar uma linguagem adequada aos casais e às novas situações familiares que surgiam, agora mais evidentes.

Não somente no âmbito da liturgia e da sacramentalidade da comunidade, mas no acompanhamento da vida paroquial, se notou a necessidade de organizar os grupos de acompanhamento pastoral no interior das comunidades. Agora o pároco, os demais ministros ordenados e toda a comunidade vão além do âmbito da celebração litúrgica. Pensar na sinodalidade paroquial é pensar no início de diversas manifestações “pastorais” vividas e lideradas por leigos. A renovação litúrgica das comunidades bem como a renovação bíblica com o acesso à formação bíblica aos leigos, se somou à uma manifestação pastoral nas paróquias.

Mais do que nunca as comunidades passaram a atrair os cidadãos do bairro e da região para aquele lugar. Daí surgiram as manifestações de reuniões de pequenos e grandes grupos onde os leigos, segundo a orientação de seus pastores (isso onde se podia ter padres e bispos próximos) frutificaram em novos movimentos em todo o mundo.

Esse processo de pastoralização das práticas paroquiais de maneira mais sistematizada é fruto direto do concílio e dos papas que se seguiram a ele. Se pode considerar o Concílio como evento para reforçar a vocação batismal de todo fiel católico.

Daí se mostrou uma necessidade de se reforçar movimentos de trabalho com as famílias, seio de toda a sociedade, com a pastoral familiar. Esse encontro é de reforço e ajuda às dioceses e Igrejas locais e paróquias. O trabalho de atenção às famílias a partir da relevância laical ganhou grande salto com os papas desse pós-concílio.

Já o grande João Paulo II expressa na *Familiaris Consortio*, sobre a participação das famílias no desenvolvimento da sociedade: “A família possui vínculos vitais e orgânicos com a sociedade, porque constitui o seu fundamento e

alimento contínuo mediante o dever do serviço à vida: pois é da família que saem os cidadãos e na família encontram a primeira escola daquelas virtudes sociais”²⁶⁹.

Eventos mundiais e locais ressaltaram o valor do casal, da família, da vida humana a partir da fecundação até a morte natural. As Jornadas Mundiais para as famílias, bem como a mobilização das Conferências de bispos para pensar a pastoral da família são sempre importantes no contexto em que vivemos. As famílias devem ser acompanhadas pelos pastores de almas. Elas encontram força e ânimo nos sacramentos recebidos e impulso missionário através dos bispos e presbíteros que as guiam.

A pastoralidade da família e sua contínua sinodalidade são de grande importância para a vida da Igreja, pois:

À medida que a família cristã acolhe o Evangelho e amadurece a fé, torna-se comunidade evangelizadora. Escutemos de novo Paulo VI: “a família, como a Igreja, deve ser um lugar onde se transmite o Evangelho e de onde o Evangelho se irradia. Portanto, no interior de uma família consciente desta missão, todos os componentes evangelizam e são evangelizados. Os pais não só comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem também receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. Essa família torna-se, então, evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente no qual está inserida”²⁷⁰.

Portanto, pensar na Pastoral Familiar para a vida paróquia nos nossos dias é pensar a família como protagonista da evangelização de outras famílias. Pais e filhos serão, juntamente com os presbíteros guias da comunidade, acompanhadores de outros que precisam. Não se concebe mais uma pastoral somente receptiva, onde as famílias recebem um Evangelho que não se coaduna com sua realidade. A pastoral da sinodalidade no interior das casas propõe uma efetiva alegria de ajudarem outras famílias. Existem hoje contextos muito diversos de problemas nas famílias, esses serão “trabalhados” na realidade paroquial a partir da ajuda daqueles que vivem ou que já viveram essas realidades.

Os fiéis leigos precisam urgentemente, então, se posicionar para o trabalho das famílias no interior das comunidades. São muitas as mazelas que atingem crianças, jovens e pessoas adultas casadas ou não. O trabalho não pode ficar somente nos ombros do pároco. O Diretório da Pastoral familiar da CNBB, n. 360 propõe isso claramente quando diz: “Por sua natureza a Igreja é missionária. É mãe

²⁶⁹ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, 42.

²⁷⁰ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, 52.

que gera, educa e edifica a família cristã, operando em seu favor a missão de salvação que recebeu do Senhor. Os cônjuges e os pais cristãos são convocados a evangelizar a partir da família, pelos valores éticos-cristãos”²⁷¹. E no seguinte número alerta sobre a escuta à família pontuando: “a evangelização da família e através da família exige que se preste muita atenção à situação em que vivemos e se escutem, com sincera abertura de espírito, aspirações, angústias, interrogações da nossa época”²⁷².

Vale destacar o esforço da CNBB de ressaltar o trabalho dos leigos na Igreja e no mundo com o Documento 105 onde se vê o que dizíamos acima:

A renovação eclesiológica conciliar compreendeu o cristão leigo plenamente como membro efetivo da Igreja e não como um fiel de pertença menor ou inferior, a quem faltasse algo da comum dignidade cristã. O Concílio “dedicou páginas maravilhosas à natureza, espiritualidade, missão e responsabilidade dos fiéis leigos”, consideradas por São João Paulo II como uma maravilhosa teoria do laicato²⁷³.

O Sínodo da família também foi uma experiência sinodal relevante e importante para os nossos tempos. A pastoralidade paroquial demonstra a necessidade de se falar às famílias de nosso tempo de maneira atualizada e nova. Essa sensibilidade foi demonstrada na convocação deste Sínodo por Francisco.

Na exortação pós Sinodal *Amoris Laetitia*, Francisco então propõe um caminho de amor para a família diante do diagnóstico que vemos no mundo de hoje. O pontífice pontua o caminho sinodal como de escuta das realidades variadas que são vividas e até mesmo sofridas em todo o mundo: “o caminho sinodal permitiu analisar a situação das famílias no mundo atual, alargar a nossa perspectiva e reavivar a nossa consciência sobre a importância do matrimônio e da família”²⁷⁴.

A postural pastoral de Francisco, apesar das provocações daqueles que não se deixam levar pelo espírito da caminhada sinodal, é de diálogo e de escuta sobre a questão da realidade das famílias.

Já no discurso de encerramento do Sínodo, Francisco pontua essa mentalidade sinodal, aberta às questões todas quando diz: “certamente não significa que esgotamos todos os temas inerentes à família, mas que procuramos iluminá-los com

²⁷¹ CNBB, Diretório da Pastoral familiar, p. 360.

²⁷² CNBB, Diretório da Pastoral familiar, p. 360.

²⁷³ CNBB, Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, p. 24.

²⁷⁴ FRANCISCO, *Amoris Laetitia*, 2.

a luz do Evangelho (...), significa que escutamos e fizemos escutar as vozes das famílias e dos pastores da Igreja que vieram a Roma”²⁷⁵.

Francisco, nesse mesmo discurso, ainda salienta aspectos importantes no caminho sinodal que foram feitos no próprio Sínodo e que precisam ser vividos por toda a Igreja. Para o pontífice a caminhada da Igreja não é fechada nem rígida, mas flexível no que tange às questões pastorais e que aparecem no percurso da caminhada.

No caminho deste Sínodo, as diferentes opiniões que se expressaram livremente- e às vezes, infelizmente, com métodos não inteiramente benévolos- enriqueceram e animaram certamente o diálogo, proporcionando a imagem viva duma Igreja que não usa “impressos prontos”, mas que, da fonte inexaurível da sua fé, tira água viva para saciar os corações ressequidos. (...) Amados irmãos, a experiência do Sínodo fez-nos compreender melhor também os verdadeiros defensores da doutrina não são os que defendem a letra, mas o espírito; não as ideias, mas o homem; não as fórmulas, mas a gratuidade do amor de Deus e do seu perdão²⁷⁶.

As interpelações nesse discurso de Francisco já mostram essa pastoral sinodal clara e necessária. Ela parte da escuta e do diálogo das verdadeiras necessidades do homem contemporâneo. As críticas e polêmicas acerca deste Sínodo não tiraram para Francisco o frescor da abertura para a caminhada sinodal: “Na verdade, para a Igreja, encerrar o Sínodo significa voltar realmente a ‘caminhar juntos’ para levar a toda a parte do mundo, a cada diocese, a cada comunidade e a cada situação a luz do Evangelho, o abraço da Igreja e o apoio da misericórdia de Deus”²⁷⁷.

Vale ressaltar aqui nessa caminhada de construção do Sínodo para as famílias, a contribuição do Cardeal Lluís Martínez Sistach, Arcebispo Emérito de Barcelona, um dos padres sinodais, quando da sua participação e percepção dos trabalhos sinodais: “Desde o primeiro momento, o Papa Francisco disse a nós, os Padres Sinodais que o Sínodo é trilhar caminhos juntos com espírito de colegialidade e sinodalidade e que tínhamos de sempre pensar primeiramente no bem da Igreja e no bem das famílias”²⁷⁸.

E ainda diz que “este Sínodo é um acontecimento pelo lugar que lhe reconhece a uma verdadeira colegialidade eclesial; esta última esteve, sem dúvida,

²⁷⁵ FRANCISCO, Discurso do Papa Francisco no Encerramento do Sínodo da Família.

²⁷⁶ FRANCISCO, Discurso do Papa Francisco no Encerramento do Sínodo da Família.

²⁷⁷ FRANCISCO, Discurso do Papa Francisco no Encerramento do Sínodo da Família.

²⁷⁸ SISTACH, L. M., Como Aplicar a *Amoris Laetitia*, p. 11.

na origem da reflexão dos Padres Sinodais, porém agora forma parte do exercício de acompanhamento pastoral”²⁷⁹.

A pastoral sinodal é apontada de fato na *Amoris Laetitia* no seu penúltimo capítulo, de nome: acompanhar, discernir e integrar a fragilidade. Francisco percebe a problemática de tantas famílias que, vivendo a ruptura do vínculo do matrimônio, não merecem ser descartadas, mas ao contrário, “trata-se de integrar a todos, deve-se ajudar cada um a encontrar a sua própria maneira de participar da comunidade eclesial, para que se sinta objeto de uma misericórdia ‘imerecida, incondicional e gratuita’”²⁸⁰.

Na caminhada sinodal das famílias que vivem situações diferentes ou “irregulares” Francisco depois de escutar os anseios de diversos pastores no Sínodo, nos convida a ver as famílias que vivem isso pela via do amor e da misericórdia. Ele propõe a lógica da misericórdia pastoral: “compreendo aqueles que preferem uma pastoral mais rígida, que não dê lugar a confusão alguma; mas creio sinceramente que Jesus Cristo quer uma Igreja atenta ao bem que o Espírito derrama no meio da fragilidade”²⁸¹.

Nesta pastoral da sinodalidade e da misericórdia Francisco convida os fiéis a ouvirem os pastores e os leigos que vivem entregues ao Senhor, mas também exorta aos pastores a “escutar, com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no coração do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na Igreja”²⁸².

4.4.4

A renovação das estruturas pastorais para a cultura da sinodalidade

É de extrema necessidade que as estruturas paroquiais, que como se verificou acima são fruto da primavera conciliar, para nosso presente século estejam dispostas a serem renovadas mais uma vez.

A renovação de estruturas responde à uma necessidade atual onde a modernidade não conversa com figuras obsoletas em nenhum lugar. A renovação da Igreja em Saída de Francisco é o sinal profético para a evangelização do mundo.

²⁷⁹ SISTACH, L. M., Como Aplicar a *Amoris Laetitia*, p. 13.

²⁸⁰ FRANCISCO, *Amoris Laetitia*, 297.

²⁸¹ FRANCISCO, *Amoris Laetitia*, 308.

²⁸² FRANCISCO, *Amoris Laetitia*, 308.

É mister renovar o comportamento antiquado em muitas de nossas comunidades, onde se vê o fechamento de prédios e estruturas físicas para o não-acolhimento do que chega de repente e estranho aos que já estão. A renovação conciliar pode ser considerada não terminada e não concluída. A atual polarização da visão de Igreja nos tem fechado em nós mesmos. O acolhimento ao necessitado e pobre existencial desejado pelo atual pontífice, não é somente para a América Latina onde vivemos, mas para toda a Igreja.

A sinodalidade como característica inerente à Igreja, Corpo de Cristo, que é chamada a caminhar juntamente com seus membros e dialogar com o mundo, é um clamor do Espírito de Cristo para as paróquias de nosso tempo.

A maneira de agir nos planos de pastorais precisam ser revistos e aperfeiçoados na sua espiritualidade concreta à vida das pessoas desse tempo. As linhas e linhas escritas em manuais diocesanos que nunca foram à prática, parecem não conversar com a realidade.

A maneira sinodal de agir clama uma conversão e mudança urgente da maneira do pároco agir na comunidade, da maneira dos líderes leigos e de todos. Existe uma nova clericalização do cotidiano das comunidades. Se existe por um lado uma urgente necessidade de clamor vocacional para a atual juventude (fator já pontuado no último sínodo da juventude) às vocações específicas, todos devem se sentir chamados a transformar a realidade onde vivem a partir de uma caminhada conjunta.

O Papa Francisco dentro da consciência sinodal, onde todos os batizados: leigos e fiéis ordenados, caminham juntos para a edificação da Igreja já nos diz sobre o perigo do clericalismo. Bloquear as ações pastorais somente para serem decididas pelos clérigos é frear a ação do Espírito na Igreja. Aos bispos do Chile em 16 de janeiro de 2018, em uma de suas viagens apostólicas, diz o Sumo Pontífice:

“A falta de consciência do fato que a missão é de toda a Igreja, e não do padre ou do bispo, limita o horizonte e- o que é pior- corta todas as iniciativas que o Espírito pode suscitar no meio de nós. Digamo-lo claramente: os leigos não são os nossos servos, nem os nossos empregados”²⁸³. E sobre o mal que o clericalismo faz na vida da Igreja, Francisco diz que longe de dar impulso às diferentes contribuições

²⁸³ FRANCISCO, Discurso aos bispos do Chile em 16 de janeiro de 2018, por ocasião da Viagem Apostólica.

e propostas, apaga o profetismo e ainda esquece que a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo fiel de Deus e não só a poucos eleitos e iluminados²⁸⁴.

Para Francisco, fazer a caminhada sinodal envolve necessariamente os leigos como um precioso passo nesse caminho: “a sinodalidade significa também o envolvimento dos leigos, como membros de pleno direito da Igreja, também eles são chamados a exprimir-se, a dar sugestões, participantes da vida eclesial, não só devem ser acolhidos, mas também ouvidos”. A Igreja caminha em toda as suas estruturas e ministérios, por isso rejeitar a ação laical nessa renovação sinodal das paróquias insistindo na clericalização das lideranças é ferir a Igreja em sua própria maneira de ser. Se ser Igreja é ser sinodal, o envolvimento de todos é necessário e fundamental.

A caminhada sinodal paroquial de estruturas que realmente funcione precisa passar pelo caminho da humildade e escuta. Uma comunidade que caminha a tantos anos em crescimento pode passar por crises estruturais senão se renovarem pela escuta de todos e da realidade local. É evidente que as realidades mudam rapidamente em nossos dias. Uma paróquia de muitos anos de fundação já apresentará sinais de enfraquecimento pastoral e desânimo dos agentes senão realizar de tempos em tempos, a partir da experiência bíblica e espiritual, uma renovação genuína e interior.

Os planos de obras e construções físicas de nossas paróquias muitas vezes apresentam protagonismo maior do que o cuidado com pessoas reais e com os pobres das comunidades. Os tempos de pandemia e crises são necessários para que as paróquias, então, realizem a parada obrigatória em Cristo.

Os Planos de Pastoral de Conjunto devem estar baseados na teologia sinodal para um maior aproveitamento e eficácia dos dons e talentos dos paroquianos dentro de suas comunidades. Os pastores estão sempre apelando para que os seus paroquianos estejam disponíveis à ação missionária, mas sem as pistas e o caminho traçado, as comunidades ficam perdidas.

O Documento conclusivo da V Conferência do episcopado da América Latina e do Caribe em Aparecida propõe ações urgentes e necessárias para essa caminhada das comunidades, baseadas na comunhão e na missão. Aparecida vê as paróquias

²⁸⁴ FRANCISCO, Discurso aos bispos do Chile em 16 de janeiro de 2018, por ocasião da Viagem Apostólica.

como esses lugares de formação permanente para a missão. Além de ver as paróquias como lugar de sinodalidade, como apresentado em nosso trabalho, no capítulo anterior, esse Documento tão relevante para a caminhada em nosso continente:

Se queremos que as paróquias sejam centros de irradiação missionária em seus próprios territórios, elas devem ser também lugares de formação permanente. Isso exige que se organizem nelas várias instâncias formativas que assegurem o acompanhamento e o amadurecimento de todos os agentes pastorais e dos leigos inseridos no mundo²⁸⁵.

E ainda diz que “os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de leigos missionários”²⁸⁶. Isso se dá através do ambiente do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, na família e em todos os lugares, os leigos são chamados, portanto a construir essa cultura cristã baseada no amor e na solidariedade:

Queremos felicitar e incentivar a tantos discípulos e missionários de Jesus Cristo que, com sua presença ética coerente, continuam semeando valores evangélicos nos ambientes onde tradicionalmente se faz cultura e nos novos areópagos: o mundo das comunicações, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo das minorias, a promoção da mulher e das crianças, a ecologia e a proteção da natureza²⁸⁷.

Esse documento não deixa de trazer à luz da vida pastoral a necessária relevância das pequenas comunidades na vida paroquial. essas comunidades são irradiação da vida sinodal e missionária. Em Aparecida se reforça a necessidade de se criar pequenas comunidades em nosso Continente. De fato, a paróquia em sua territorialidade, em muitos lugares imensa, não consegue alcançar a vida das pessoas, daí a necessidade de se criar essas pequenas comunidades. A paróquia se torna uma rede de comunidades. Isso também é atitude sinodal, quando se deixa o glamour e a proteção das grandes Igrejas Matrizes para se estar próximo de todos nas chamadas comunidades.

Esse trabalho quer salientar aqui que se faz necessário para um urgente crescimento de nossas comunidades em todos os âmbitos, que nos esforcemos à

²⁸⁵ CELAM, Documento de Aparecida, 313.

²⁸⁶ CELAM, Documento de Aparecida, 174.

²⁸⁷ CELAM, Documento de Aparecida, 491.

ação sinodal. Viver sinodalmente é muito mais do que a preparação para os Sinodos dos bispos em Roma, quando são convocados pelos papas, mas pensar no cotidiano da vida diocesana e da paróquia a partir da mentalidade de uma experiência humilde de escuta e caminhada conjunta com todos os membros do Corpo de Cristo. Todos os batizados possuem dignidade para contribuir à Igreja que está localizada perto de nós.

O sentido que foi resgatado aqui nesse estudo de que todos os habitantes da Terra são atingidos pela ação da Igreja pois são pertencentes a um determinado território paroquial (canonicamente falando), deve interpelar os agentes de missão para caminhar conjuntamente com todos.

Assim não se deve esquecer daqueles todos dentro desse território diocesano e paroquial que devem ser alvos da missão dos paroquianos. Aqui já falamos sobre os jovens tão atingidos pelas mazelas de nossa época. Mas não se deve esquecer também de todos os que vivem nas “periferias existenciais”. Todos os leigos e leigas juntamente com os ministros ordenados devem se empenhar à apostolicidade da vida paroquial que se caracteriza segundo Aparecida: estado permanente de missão.

A encíclica de São João Paulo II *Christifidelis Laici* sobre os fiéis leigos já exorta sobre esse empenho apostólico:

Os fiéis leigos devem convencer-se cada vez mais do particular significado que tem o empenhamento apostólico na sua Paróquia. A paróquia, sendo a Igreja colocada no meio dos homens, vive e atua profundamente integrada na sociedade humana e intimamente solidária com as suas aspirações e os seus dramas. Frequentemente, o contexto social, sobretudo em certos países e ambientes, é violentamente sacudido por forças de desagregação e desumanização: o homem pode encontrar-se perdido e desorientado, mas no seu coração permanece o desejo, cada vez maior, de poder sentir e cultivar relações mais fraternas e humanas²⁸⁸.

Assim entende-se uma ação sinodal permanente, na esteira do estado permanente de missão de Aparecida, como um crescimento da consciência de todos os paroquianos, missionários, participantes de comunidades e movimentos. Isso se dará por uma urgente renovação da paróquia para que as consciências ampliadas possam ser as propagadoras desse estado permanente de caminhar juntos.

Foi tratado acima sobre a formação necessária em todo o território paroquial: matriz e comunidades, para dar o arcabouço para a realização. Assim podemos

²⁸⁸ JOÃO PAULO II, *Christifideles Laici*, 27.

concretamente ver na atitude do Bispo que preside a Igreja Local, do pároco que conduz a paróquia, e demais ministros ordenados, e todos os leigos e leigas como protagonistas da criação do ambiente sinodal nas comunidades.

4.5

Considerações conclusivas

Conclui-se com essa sessão do trabalho que a missão permanente da Igreja, que é manifestar a glória de Cristo para toda a humanidade e levá-la à perfeição na eternidade, é iluminada pela sinodalidade.

A sinodalidade passa pela realização do evento Sínodo dos Bispos, sob presidência do Sumo Pontífice e do Colégio Episcopal, também é realizada nas Conferências Episcopais trazendo vida e ânimo pastoral ao agir pastoral das Dioceses e das Paróquias. Essas por sua vez, na localidade e na dimensão pontual e ampla dos problemas que aparecem, não vivem somente da fé nos corações dos fiéis mas na concretização do serviço da escuta e do diálogo para o acolhimento dos pobres e de todo ser humano “avizinado” e aproximado da paróquia. Pela Sinodalidade o Povo de Deus é abraçado e apoiado em todas as suas necessidades, pois nada passa despercebido à uma Igreja Sinodal. Todos são Igreja.

Na sinodalidade paroquial se vê a Igreja viva e próxima de todos. Percebe-se paroquianos abertos a acolher ao diferente e ao necessitado. Os jovens, em suas variadas necessidades e as famílias são apoiados e ouvidos por todos. A paróquia em esteira sinodal está em saída permanente, mas é alimentada diariamente pelos Sacramentos que celebra em seu seio.

5 Conclusão

Ao final desse trabalho de pesquisa se pode concluir que a sinodalidade é uma resposta pastoral adequada para as necessidades locais da Igreja dos últimos tempos. As ações sinodais realizadas pelos agentes de pastoral a partir de um plano de pastoral diocesano, que traga a relevância do trabalho dos leigos, trazem frutos de evangelização abundantes para a vida da Igreja.

Também se pode verificar no decorrer do presente trabalho, ao apresentar a paróquia, sua história e sua relevância, o enfoque sobre a vida cotidiana das comunidades cristãs católicas. A comunidade paroquial ainda é relevante para os cidadãos residentes naquele território paroquial quando se preocupa com os necessitados, quando traz formação e consciência ecológica a partir da experiência de uma eclesiologia de comunhão. O centro da comunidade paroquial é a Eucaristia que une os paroquianos, mas o Sacramento da Unidade também provoca às ações de solidariedade com todos os moradores da localidade, mesmo com os membros de outras religiões e os sem religião.

Fica evidente ao longo dos capítulos desse trabalho que os paroquianos ao mesmo tempo que são “estrangeiros” nesse mundo, pois sua morada é a eternidade, são protagonistas da ação pastoral. Desse modo, as pastorais e movimentos na atual paróquia não são mais para si, mas contribuem para corresponder à missionariedade tão importante a partir da mensagem evangélica e da Igreja pós-conciliar.

A paróquia na perspectiva batismal-missionária é relevante ainda para nossos dias. A estrutura que já existe se abre para um novo tempo a partir então do grito profético da Sinodalidade, desejado por Francisco. De fato, a experiência que desde o seu início compõe sua vida e essência, a experiência sinodal, deixa a Igreja mais solidária e mais relevante para o mundo, tornando-se missionária.

Desde seu início, nos Atos dos Apóstolos, seguindo os ordenamentos de Jesus, a Igreja viveu os passos de sinodalidade quando se percebeu ampla e criativa em seus carismas. Desde o Concílio de Jerusalém, passando por cada Concílio na história, e por fim, a instituição pós conciliar do Sínodo dos bispos, a Igreja se entendeu sinodal. Caminhar juntos não deve ser a escolha de alguns e a atitude de caridade da escuta não deve ser esquecida. A Igreja vive a experiência sinodal como carisma de todo o seu Corpo por ter sido fundada por Cristo desse jeito. O

ressuscitado dá o testemunho de caminhante ao lado dos seus amigos. Daí a experiência sinodal recebe forças para ser redescoberta em nosso século.

A sinodalidade como espiritualidade e atitude firme dos membros da Igreja, mantém os cristãos católicos no exercício de sua vocação batismal abertos a todos. A abertura da Igreja que vai até todos não deve ser também entendida como algo descoberto por Francisco, mas como um impulso necessário para nossos dias.

Por fim, a paróquia sinodal é a paróquia formada, aprofundada, crescida amadurecida em meio às crises, aberta ao novo, cheia de carismas, solidária com os pobres, aberta aos jovens, cuidadora das famílias, casa da escuta. Nessa paróquia que vive a experiência sinodal todos caminham lado a lado. O pároco vive a sinodalidade como plano principal de pastoral, a partir do impulso diocesano para tal. Os leigos não são somente executores das decisões de cima, mas participantes ativos e fiéis. Leigos e leigas lideram, colaboram, opinam, trabalham, criticam, colocam “a mão na massa”, porque a partir dessa missão permanente de vida não são mais visitantes ali, mas agentes.

A renovação da paróquia tão desejada pelo Concílio, mesmo que indiretamente, e cultivada em todos os pontificados de Paulo VI até Francisco, ainda precisa acontecer verdadeiramente. Planos de pastorais de conjunto diocesanos e regionais, ou até mesmo de Conferências episcopais em todo o mundo, parecem belos em sua escrita e proposta, mas ainda longe da realidade da vida dos membros das comunidades.

Daí se exige urgentemente para nossos dias que haja uma abertura para a espiritualidade sinodal a fim de que todos se deem as mãos para a construção da comunidade. Bispos, Conselhos presbiterais e econômicos, párocos, formadores de seminários, reitores de Igrejas, capelães e demais sacerdotes, diáconos e seminaristas precisam mais do que nunca se abrir à experiência sinodal proposta pelo Papa Francisco.

Não se conseguirá mais chegar ao desejado binômio discípulos-missionários proposto por Aparecida se todo o Povo de Deus espalhado pela terra não se abrir à sinodalidade.

Aquele que governa a Igreja fazendo-se servo dos servos, o atual pontífice, propôs para a Igreja para os próximos anos, no que tange não somente à vida pastoral, mas também teológica, espiritual, ecumênica, a caminhada sinodal.

A paróquia sinodal nunca estará, portanto, acabada ou finalizada. Deve-se romper com a tentação de estabelecer planos pastorais que tragam palavras, expressões e atitudes de definição. A caminhada sinodal, como se conclui, envolve a humildade de perceber que “o caminho se faz caminhando” e que ao longo do percurso se apresentarão muitos conflitos e crises para serem resolvidas com a escuta responsável.

As estruturas paroquiais de escuta, os conselhos que a lei canônica prevê inclusive, farão com que essa caminhada paroquial e comunitária seja sempre viva e alegre. A comunidade viva experimentará a partir de sua vida litúrgica os grandes ventos do Espírito que “sopra onde quer”. Da criatividade, paciência e diversos dons da Graça de Deus brotarão dons e carismas diversos na comunidade.

Conclui-se que a paróquia sinodal é o impulso profético para nossos dias e para os próximos. A paróquia não estará obsoleta se se abrir ao novo, acolhendo e indo às periferias existenciais de nosso tempo. Ela, com seus membros vivos, não terá medo de sair para pescar em águas profundas de um tempo difícil em que vivemos.

Referências bibliográficas

AMADO, J. P. O Documento de Aparecida e sua proposta para toda a Igreja. **Atualidade Teológica**. Rio de Janeiro. v. 22, n. 58, p. 65-90, jan./abr. 2018.

ANDRADE, D. R. **Reinventar a paróquia?** Sonhar em tempo de incertezas. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. **13º Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese do Rio**. Disponível em: <http://arqrio.org/formacao/detalhes/309/texto-do-13o-plano-de-pastoral-de-conjunto>. Acesso em 31/07/2021.

AREAS, M. A. P. (org.). **Bento XVI e os jovens**. São Paulo: Cultor de Livros, 2010.

AURELIO, M. **A Igreja do Papa Francisco à luz do Vaticano II**. Aparecida: Editora Santuário, 2016.

BALDISSERI, L. **A coragem de anunciar a Cristo, Caminho, Verdade e vida**. São Paulo: Paulus, 2010.

BALDISSERI, L. **A sinodalidade segundo Francisco**. Disponível em: <https://pisdc.org.br/cardeal-baldissери-e-a-sinodalidade-segundo-francisco/>. Acesso em: 02/08/2021.

BALDISSERI, L. **Uma reformulação do organismo sinodal**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582898-baldissери-uma-reformulacao-do-organismo-sinodal>. Acessado em 2 de junho de 2021.

BENTO XVI. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis***. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini***. São Paulo: Paulinas, 2011.

BENTO XVI. **Carta Encíclica *Deus Caritas Est* sobre o amor cristão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BENTO XVI. **Carta Encíclica *Caritas in Veritate***. São Paulo: Paulinas, 2009.

BIANCHI, E. **A Paróquia. Ensaios**. Prior Velho: Paulinas, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2011.

BRIGHENTI, A. **Teologia Pastoral**, a inteligência reflexa da ação evangelizadora. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

CALDERON, J. L. Fraternidade sacerdotal. **Una revista de sacerdotes para sacerdotes**, n. 20. Jul./Set. 1998.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CELAM. **Documento de Puebla**. Disponível em: http://www.celam.org/doc_conferencias/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf. Acesso em: 29/07/2021.

CELAM. **Documento de Santo Domingo**. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilio/conferenciasgeraisdoepiscopado-latino-americano-e-do-caribe/>. Acessado em 2 de junho de 2021.

CNBB (Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé). **A paróquia no Concílio Vaticano II e no magistério pontifício posterior**, seleção de textos. Edições CNBB, Brasília, 2014.

CNBB. **Comunidade de comunidades**: uma nova paróquia, a conversão pastoral da paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CNBB. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade**: sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14). Brasília: Edições CNBB, 2016.

CNBB. **Diretório da Pastoral familiar**. Brasília: Edições CNBB, 2012.

CNBB. **Evangelização da Juventude**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

CODINA, V. Ecclesiologia do Vaticano II. **Perspectiva teológica Belo Horizonte**. v. 20, n. 61, Set/Dez. 2013.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A sinodalidade na vida e na missão da Igreja**. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONG. PARA LA DOCTRINA DE LA FE. **El Misterio de la Iglesia y la Iglesia como comunión**. Madrid: Ediciones Palabra, 2005.

CONCÍLIO VATICANO I. **Constituição Dogmática Pastor Aeternus**. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: **Compêndio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: **Compêndio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: **Compêndio Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Christus Dominus*. Decreto sobre o **múnus pastoral dos bispos na Igreja**. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decree_19651028_christus-dominus_po.html. Acesso em: 29/07/2021.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missa evangelizadora da Igreja**. Disponível em: http://www.clerus.va/content/dam/clerus/Dox/Istruzione2020/Instrucao_PT.pdf. Acessado em: 30 de maio de 2021.

CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. **A Vida fraterna em comunidade**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CORIDEN, J. A. **The Parish in catholic tradition, history, Theology and Canon Law**. New York: Paulist Press, 1997.

FERREIRA, A. L. C. A Sinodalidade Eclesial no Magistério do Papa Francisco. **Atualidade Teológica**, v. 22, n. 59, p. 390-404, mai./ago. 2018.

FRANCISCO. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e amizade social**. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si* sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO. **Carta do Papa ao Povo de Deus**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2018/documents/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.html. Acessado em 1 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Diálogo do Papa Francisco com as participantes na plenária da união internacional das Superiores-Gerais (UISG)**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/may/documents/papaf-rancesco_20160512_uisg.pdf.

FRANCISCO. **Discurso no Encontro dos bispos na Cidade do Chile e Peru**. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180116_cile-santiago-vescovi.html. Acessado em 2 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Discurso aos membros da Comissão Teológica Internacional (29/11/2109)**. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/november/documents/papa-francesco_20191129_commissione-teologica.html.

FRANCISCO. **Discurso ao Patriarcado ecumênico de Constantinopla de 28 de junho de 2013.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/june/documents/papa-francesco_20130628_patriarcato-ecumenico-costantinopoli.html. Acessado em 20 de junho de 2021.

FRANCISCO. “**Discurso por ocasião da 70a Assembleia Geral da Conferência Episcopal Italiana**”. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/may/documents/papa-francesco_20170522_70assemblea-cei.html. Acesso em 03 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Discurso na Conclusão da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos.** Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/pa-pa-francesco_20151024_sinodo-conclusionone-lavori.html. Acessado em 2 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Discurso aos dirigentes do CELAM, no dia 28 de julho de 2013, no contexto da JMJ Rio2013, em reunião no Centro de Estudos do Sumaré.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/pa-pafrancesco_20130728_gmg-celam-rio.html. Acesso em 10 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos** em 17/10/2021. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/pa-pafrancesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html acessado em 9 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* sobre o amor na família.** São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.** São Paulo: Paulinas, 2018.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* sobre a chamada à santidade no mundo atual.** São Paulo: Paulinas, 2017.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia.** Disponível em http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acessado em 2 de junho de 2021.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós Sinodal *Christus Vivit*.** São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO. **Homilia na Capela Sistina proferida aos Cardeais no dia 14/03/2013.** Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130314_omelia-cardinali.html. Acesso em 23 de maio de 2021.

FRANCISCO. **O amor é contagioso, o evangelho da Justiça**. Fontanar, São Paulo, 2017.

GIUSTINA, E. D. **A paróquia renovada**. Participação do Conselho de Pastoral paroquial. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOPEGUI, Juan A. Ruiz de. O Concílio Vaticano II quarenta anos depois. **Perspectiva Teológica**, n. 37, v. 78, 2005.

GRINGS, D. **O Apóstolo Paulo**. Rio de Janeiro: Edições Arquidiocese do Rio de Janeiro, 2017.

HUMMES, C. **Padres para a nova evangelização**. São Paulo: Paulus, 2013.

JOÃO XXIII, **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. Para a convocação do Concílio Vaticano II**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_jxxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. acessado em 17 de maio de 2021. Acesso em 29/07/2021.

JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 1993.

JOÃO PAULO II. **Código de Direito Canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnpaulii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html. Acessado em 2 de junho de 2021.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* no termo do grande jubileu do ano 2000**. São Paulo: Paulinas, 2001.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica *Redemptor Hominis* no início do seu ministério pontifical**. São Paulo: Paulinas, 1979.

JOÃO PAULO II. **Discurso de abertura da Conferência de Santo Domingo**. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182510.pdf. Acessado em 4 de junho de 2021.

JOÃO PAULO II. **Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em Buenos Aires, 1987**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/youth/documents/hf_jp-ii_mes_30111986_ii-world-youthday.html. Acesso em 02/06/2021.

JOÃO PAULO II. JOÃO PAULO II. **Discurso por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em 2004.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnpaulii/pt/messages/youth/documents/hf_jp-ii_mes_20040301_xix-world-youth-day.html. Acesso em 03/06/2021.

JOÃO PAULO II. **Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America* sobre o encontro com Jesus Cristo vivo caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América.** São Paulo: Paulinas, 1999.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*.** São Paulo: Paulinas, 2005.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Sobre a Formação dos Sacerdotes *Pastores Dabo Vobis*.** São Paulo: Paulinas, 2005.

JUAN PABLO II. **Creo en la Iglesia, catequesis sobre el Credo (IV).** Madrid: Ediciones Palabra, 1998.

KASPER, W. **A Igreja Católica, essência, realidade e missão.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

KAUFMANN, T. (org). **História ecumênica da Igreja.** Dos primórdios até a Idade Média. São Paulo: Editora Sinodal, 2012.

LAMELAS, I. P. A experiência sinodal na Igreja pré-nicena, O caso de África sob o episcopado de São Cipriano. **Didaskalia**, XLV, 2015, p. 33- 85.

LIBANIO, J. B. Conferência de Aparecida. **Revista Vida Pastoral.** Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentoseconcilios/conferenciadeaparecida/>. Acesso em 31/07/2021.

LOHFINK, G. **Deus precisa da Igreja?** Teologia do povo de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOPES, G. ***Lumen Gentium***, texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

MAESTRO, J. P. G. La Parroquia a luz de la exhortacion Evangelii Gaudium. **Salmanticensis**, n. 62, v. 3, 2015, p. 391-411.

MIKUSZKA, G.L. **Por uma paróquia missionária.** São Paulo: Paulus, 2012.

MIRANDA, M.F. **Igreja e Sociedade.** São Paulo: Paulinas, 2009.

MIRANDA, M. F. Igreja Local. **Atualidade Teológica.** Ano XIV, n. 34, p. 40-58 jan/abr, 2010.

MIRANDA, M. F. Uma Igreja em processo de renovação, Concílio Vaticano II: o legado e a tarefa. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 72, n. 286, p. 366-395, 2012.

MIRANDA, M. F. Eucaristia e Anúncio. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 68, n. 270, p. 260-276, 2008.

MIRANDA, M. F. **A Salvação de Jesus Cristo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PANAZZOLO, J. **Igreja, comunhão, participação, missão**. São Paulo: Paulus, 2011.

PASSOS, J. D. **A Igreja em Saída e a casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2016.

PASSOS, J. D. **As reformas da Igreja Católica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

PAYA, M. **A paróquia, comunidade evangelizadora**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2005.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Pós Sinodal *Evangelii Nuntiandi***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_pvi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 29/06/2021.

PAULO VI, PP., **Discurso na última Sessão Pública do Concílio Vaticano II**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html. Acesso em: 03/05/2021.

PEREIRA, J. C. **Conselhos paroquiais, Instrumentos de gestão participativa na vida da paróquia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. **Diretório para a catequese**. Brasília: Edições CNBB, 2020.

RABNER, H. **La Parrocchia**. Roma: Edizioni Paoline, 1963.

RATZINGER, J. **Compreender a Igreja hoje**. Vocação para a comunhão. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao espírito da liturgia**. São Paulo: Paulinas, 2012.

REINERT, J. F. **Paróquia, casa de iniciação e comunidade de sujeitos eclesiais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. **Ritual de iniciação cristã de adultos**. São Paulo: Paulus, 2001.

SATTLER, D.; SCHNEIDER, T. Doutrina sobre Deus. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000, v. I, p. 53-113.

SCHERER, O. **Discurso de apresentação do Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo**. Disponível em: arquisp.org.br. Acesso em: 10/06/2021.

SÍNODO DOS BISPOS, XV ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. **Os jovens, a fé e o discernimento vocacional, Documento final, Carta aos jovens.** São Paulo: Edições CNBB, 2019.

SISTACH, L. M. **Como aplicar a Amoris Laetitia.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2017.